



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 368 - VGTŸ C-FEIRA, 8 DE UGVGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 153ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2009 – Complementar. 36459

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de quatro emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010. Inclusão em Ordem do dia oportunamente dos seguintes Requerimentos: nºs 1.113, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre a referida matéria; e 1.114 e 1.115, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Sociais; e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, sobre a referida matéria. 36459

1.2.2 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 88, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta o § 2º ao art. 59 da Constituição Federal para determinar a obrigatoriedade do exame da viabilidade econômico-financeira de proposição que implique aumento dos gastos públicos, cuja admissibilidade dependa da fundamentação quanto ao impacto econômico-financeiro e orçamentário. 36462

1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado das Cidades

Nº 6.592, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 754, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg. 36464

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.116, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso ao Sr. Omar José Abdel Aziz. ... 36464

Nº 1.117, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso às atletas Fabiana Murer e Fabiana Beltrame. 36465

Nº 1.118, de 2011, de autoria do Senador Fernando Collor, solicitando informações ao Mi-

nistro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. 36465

Nº 1.119, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso aos dois novos ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Srs. Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi. 36466

Nº 1.120, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso à Agência de Fomento do Estado do Amazonas. 36467

1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2011 (nº 3.391/2000, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o imóvel que menciona, e dá outras providências*. 36467

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação*. 36468

Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2011 (nº 6.868/2002, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.	36475	Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2011 nº 4.479/2004, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedo, à criança ou ao adolescente.....	36494
Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011 (nº 176/2007, na Casa de origem, do Deputado Fábio Souto), que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.	36477	Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2011 (nº 4.502/2004, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar como ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.....	36495
Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2011 (nº 446/2011, na Casa de origem, do Deputado Pauderney Avelino), que altera a alínea “c” e inclui a alínea “e” no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.....	36478	Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011 (nº 5.323/2009, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.	36497
Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2011 (nº 1.009/1999, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.	36480	Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2011 (nº 6.049/2005, na Casa de origem, do Deputado Alex Canziani), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de cozinheiro.....	36498
Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2011 (nº 1.200/2003, na Casa de origem, do Deputado Ivan Valente), que altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	36481	Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2011 (nº 7.388/2006, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que institui o Dia Nacional do Artesão.	36500
Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011 (nº 1.685/2003, na Casa de origem, da Deputada Laura Carneiro), que dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.	36484	Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011 (nº 7.500/2006, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira), que acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.	36502
Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2011 (nº 2.491/2007, na Casa de origem, do Deputado Ivan Valente), que altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	36486	Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011 (nº 19/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.....	36503
Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011 (nº 2.954/1997, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.....	36489	Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011 (nº 20/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.	36505
Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2011 (nº 3.244/2000, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que dá nova redação ao inciso VIII e ao § 7º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.....	36490	1.2.6 – Comunicações da Presidência	
Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2011 (4.314/2008, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.....	36493	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 62 a 76, de 2011, lidos anteriormente.	36508
		Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto	

Legislativo nºs 195 e 196, de 2011, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo a referida Comissão o prazo de quinze dias úteis, prorrogável por igual período, para opinar sobre as proposições. 36508

1.2.7 – Comunicações

Do Deputado Federal Wellington Fagundes e dos Senadores Jayme Campos e Pedro Taques, referente à criação da Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira. (**Ofício s/nº/2011**) 36508

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (**Ofício nº 167/2011, de 5 do corrente**). *Designação da Senadora Lúcia Vânia, como suplente, para compor a referida Comissão.* 36508

1.2.8 – Pareceres

Nº 887, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2011. 36509

Nº 888, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2011. 36512

Nº 889, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011. 36514

Nº 890, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2011. 36516

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta o Capítulo V-A “DA PERDA DE MANDATO ELEITIVO POR DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA SEM JUSTA CAUSA E DA JUSTA CAUSA PARA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA”, no Título II da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal”.* 36519

Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce o § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.* 36521

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Defesa da redução da taxa de juros brasileira. 36523

SENADOR PAULO PAIM – Registro de convites recebido por S. Exª para participar de evento no Rio de Janeiro; e outros assuntos. 36527

SENADOR GEOVANI BORGES – Satisfação com a abrangência prevista de acesso à internet pela população de baixa renda por meio do Programa Nacional de Banda Larga, anunciada pelo Ministro

das Comunicações, Paulo Bernardo, durante audiência pública no Senado; e outros assuntos. 36534

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comemoração pelo transcurso, hoje, dos 161 anos da autonomia política do Estado do Amazonas, ocorrida em 5 de setembro de 1850. 36537

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre artigo da Socióloga Maria Lucia Victor Barbosa em referência à proposta de regulação da mídia a ser enviada pelo Governo Federal ao exame do Congresso Nacional. 36540

SENADOR FERNANDO COLLOR – Registro da realização da Conferência Diplomática em Paris, em 1º do corrente, evento que reuniu representantes de mais de 60 países para debater a transição na Líbia. 36543

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro das providências do Ministério da Agricultura quanto às pragas que assolam a produção agrícola do Estado de Roraima. 36544

SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações acerca da regulamentação da Emenda 29, que trata do gasto com saúde pública nos estados, municípios e União. 36547

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Apoio à liberdade de imprensa. 36549

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre os diversos aspectos da legalidade no país, no ano que comemoramos os 50 anos da Campanha da Legalidade. 36550

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Homenagem a Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), pelo trabalho desenvolvido na TV Brasil. 36553

SENADOR WELLINGTON DIAS – Importância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e outros assuntos. 36554

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Considerações acerca da redução da taxa de juros brasileira. 36558

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da dosagem dos mecanismos de controle da inflação, pelo Governo Federal, como forma de assegurar o crescimento do País. 36560

SENADOR PEDRO TAQUES – Registro da importância da Cadeia da Legalidade. 36562

SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa de reajuste salarial para os bombeiros e policiais do Estado da Paraíba. 36563

1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Cumprimentos aos diretores e colaboradores do SESI pela publicação do *Relatório Anual 2010*, apresentando o conjunto de programas, projetos e atividades realizados. 36564

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária
amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia
anteriormente designada..... 36565

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA****3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 5-9-20110****SENADO FEDERAL****4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Es-
porte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa
do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Le-
gislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma
Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Ino-
vação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17,
de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
(Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40,
de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha
Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes
(Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos
Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº
1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolu-
ção nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades
de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 153ª Sessão, Não Deliberativa, em 5 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Vanessa Grazziotin, e dos Srs. Geovani Borges, Fernando Collor, Ricardo Ferraço, Pedro Taques e Valdir Raupp.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 52 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Iniciamos a sessão ordinária do dia de hoje, 5 de setembro de 2011...

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2009 – Complementar**, que altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010**, da Senadora Níura Demarchi, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Ao Projeto foram apresentadas quatro emendas.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das emendas.

São as seguintes as emendas:

EMENDA Nº 1 – PLENÁRIO (Ao PDS nº 593, de 2010)

Suprima-se o art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, tornando o Projeto sem eficácia:

Justificação

A Portaria 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego encontra-se com sua eficácia sustada até 1º-9-2011, data em que entrará em pleno vigor, tornando suas disposições obrigatórias para empresas com mais de dez empregados que optem pela utilização de controle eletrônico de jornada de trabalho.

Ainda que se avalie que a Portaria representa um inegável avanço na regulamentação dos controles de ponto eletrônico, conferindo segurança e confiabilidade aos registros feitos sob tais sistemas em benefício de empregados e empregadores, há de se reconhecer as dificuldades iniciais para o cumprimento imediato de todos os aspectos que a norma contém, sendo razoável estipular um prazo de sessenta dias para que as empresas passem a cumpri-la integralmente. Em tal período, assim, não haverá a imposição de multas pelo descumprimento da Portaria, atuando a Auditoria-fiscal trabalhista de forma meramente consultiva.

Porém, se recomenda certa cautela da Auditoria-fiscal do Ministério do Trabalho, ao menos nos dias imediatamente posteriores à mencionada data.

Pelas razões expostas, apresentamos esta Emenda, cujo apoio é indispensável para que continue em vigência a Portaria nº 1.510 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

EMENDA 2 – PLEN

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam sustados os efeitos previstos pelo art. 14 da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.”

Justificação

O Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência do que prescreve o art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, é, sem dúvida alguma, competente para editar normas relativamente ao ponto eletrônico, bem como sobre os procedimentos de sua anotação, determinar padrões de segurança, normas de preservação dos dados, obrigatoriedade de cadastro do empregador junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outras determinações constantes da Portaria nº 1.510, de 2009.

Já a obrigatoriedade de o fabricante apresentar “Certificado de Conformidade do REP a Legislação” emitido por órgão técnico credenciado e “Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade” para o registro do modelo do REP no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), caracteriza excesso regulatório, eis que o disposto no § 2º do art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho não determina a imposição de obrigação a terceiro, no caso, o fabricante do aparelho de ponto eletrônico.

Assim, se o dever de fornecer o certificado e o atestado referidos no art. 14 da Portaria nº 1.510, de 2009, não está prescrito em lei, cabe-nos concluir que o disposto no seu art. 14 caracteriza exorbitância do Ministério do Trabalho e Emprego do seu poder de regulamentar. Por essa razão, propomos que sejam sustados os efeitos previstos pelo art. 14 da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**.

EMENDA Nº 3 – PLEN

(Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, a seguinte redação:

Art. 1º Sustam-se os efeitos do art. 30-A da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. “NR”

Justificação

A mudança proposta com a presente emenda, busca sustar os efeitos do art. 30-A da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, que diz:

“Art. 30-A. Equipara-se ao fabricante nacional, para efeitos desta Portaria, o importador que legalmente introduzir no Brasil o equipamento REP.

§ 1º Considera-se importador, para efeitos desta Portaria, o responsável pela introdução do equipamento REP no Brasil, pessoa jurídica regularmente constituída sob as leis brasileiras, apta a assumir as responsabilidades decorrentes da comercialização do produto e das determinações e especificações previstas nesta Portaria.

§ 2º O manual do usuário, o “Termo de Responsabilidade e Atestado Técnico”, documentação técnica e as informações constantes no corpo do equipamento REP importado, deverão ser redigidos em língua portuguesa.” (NR)

O § 1º do artigo 30-A da Portaria M.T.E 1.510/2009, introduzido pela Portaria M.T.E 1.001, de 6 de maio de 2010, excluiu a possibilidade da **pessoa natural** ser importadora do REP. Segundo o artigo 170 da Constituição Federal de 1988:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

.....
*Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, **salvo nos casos previstos em lei.** (grifos nossos)*

Somente a Lei pode dispor sobre esta matéria, portanto, o Senhor Ministro do Trabalho e Emprego extrapolou seu poder regulamentar ao excluir a possibilidade da pessoa natural ser importadora do REP, visto que o mencionado artigo restringe que apenas as pessoas jurídicas podem ser importadoras do REP, matéria que a Constituição Federal reserva exclusivamente à Lei a possibilidade de alguma restrição.

Corroborar o entendimento acima, quanto à possibilidade das pessoas naturais poderem ser importadoras, o que determina o § 3º do artigo 149 da Constituição Federal de 1988, que prevê:

*§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada à pessoa jurídica, **na forma da lei.***

Considerando que a única extrapolação do poder normativo do Senhor Ministro do Trabalho e Emprego ocorreu com relação ao artigo 30-A da Portaria nº 1.510/2009, a sustação pretendida deve ser, portanto, dirigida somente ao referido artigo.

Sala das Sessões, – Senador **Inácio Arruda**.

EMENDA Nº 4 – PLEN

(Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, a seguinte redação:

Sustam os efeitos do art. 30-A da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, introduzido pela Portaria nº 1.001, de 6 de maio de 2010, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. “NR”

Justificação

A mudança proposta com a presente emenda, busca adequar a ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, à emenda que estamos apresentando com o objetivo de sustar os efeitos do art. 30-A da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, que diz:

“Art. 30-A. Equipara-se ao fabricante nacional, para efeitos desta Portaria, o importador que legalmente introduzir no Brasil o equipamento REP.

§ 1º Considera-se importador, para efeitos desta Portaria, o responsável pela introdução do equipamento REP no Brasil, pessoa jurídica regularmente constituída sob as leis brasileiras, apta a assumir as responsabilidades decorrentes da comercialização do produto e das determinações e especificações previstas nesta Portaria.

§ 2º O manual do usuário, o “Termo de Responsabilidade e Atestado Técnico”, documentação técnica e as informações constantes no corpo do equipamento REP importado, deverão ser redigidos em língua portuguesa.”(NR)

O § 1º do artigo 30-A da Portaria M.T.E nº 1.510/2009, introduzido pela Portaria M.T.E nº 1.001/2010, excluiu a possibilidade da **pessoa natural** ser importadora do REP. Segundo o artigo 170 da Constituição Federal de 1988:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados as seguintes princípios:

.....
Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, **salvo nos casos previstos em lei. (grifos nossos)**

Somente a Lei pode dispor sobre esta matéria, portanto, o Senhor Ministro do Trabalho e Emprego extrapolou seu poder regulamentar ao excluir a possibilidade da pessoa natural ser importadora do REP, visto que o mencionado artigo restringe que apenas as pessoas jurídicas podem ser importadoras do REP, matéria que a Constituição Federal reserva exclusivamente à Lei a possibilidade de alguma restrição.

Corroborar o entendimento acima, quanto à possibilidade das pessoas naturais poderem ser importadoras, o que determina o § 3º do artigo 149 da Constituição Federal de 1988, que prevê:

§ 3º A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada à pessoa jurídica, **na forma da lei.**

Considerando que a única extrapolação do poder normativo do Senhor Ministro do Trabalho e Emprego ocorreu com relação ao artigo 30-A da Portaria nº 1.510/2009, a sustação pretendida deve ser, portanto, dirigida somente ao referido artigo.

Sala das Sessões, – Senador **Inácio Arruda.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há sobre a mesa requerimentos que serão lidos.

São os seguintes os requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1.113, DE 2011

Requeremos, nos termos regimentais, que sobre o PDS nº 593/2010, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009 do Ministério de Estado de Emprego e Trabalho, seja também ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Sala das Sessões, 31 agosto de 2011.

Senadora Vanessa Grazziotin
Senador Pedro Taques

SENADOR(A) ASSINATURA

1. Paulo B. Farias
2. Dep. ...
3. Paulo ...
4. ...
5. ... (PP/RS)
6. ...
7. ...
8. ...
9. ...
10. ...

11. ...
12. ...
13. ...
14. ...
15. ...
16. ...
17. ...
18. ...
19. ...
20. ...

21. ...
22. ...
23. ...
24. ...
25. ...
26. ...
27. ...
28. ...
29. ...
30. ...

31. ...
32. ...
33. ...
34. ...
35. ...
36. ...
37. ...
38. ...
39. ...
40. ...

41. ...
42. ...
43. ...
44. ...
45. ...
46. ...
47. ...
48. ...
49. ...
50. ...

51. ...
52. ...
53. ...
54. ...
55. ...
56. ...
57. ...
58. ...
59. ...
60. ...

61. ...
62. ...
63. ...
64. ...
65. ...
66. ...
67. ...
68. ...
69. ...
70. ...

71. ...
72. ...
73. ...
74. ...
75. ...
76. ...
77. ...
78. ...
79. ...
80. ...

81. ...
82. ...
83. ...
84. ...
85. ...
86. ...
87. ...
88. ...
89. ...
90. ...

91. ...
92. ...
93. ...
94. ...
95. ...
96. ...
97. ...
98. ...
99. ...
100. ...

REQUERIMENTO Nº 1.114, DE 2011

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12, do RISF, requeremos que o PDS nº 593, de 2010 – que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 1.115, DE 2011

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12, do RISF, requeremos que o PDS nº 593, de 2010 – que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico do ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 88, DE 2011**

Acrescenta o § 2º ao art. 59 da Constituição Federal para determinar a obrigatoriedade do exame da viabilidade econômico-financeira de proposição que implique aumento dos gastos públicos, cuja admissibilidade dependa da fundamentação quanto ao impacto econômico-financeiro e orçamentário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 59 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único:

“Art. 59.
.....

§ 2º A admissibilidade de proposição legislativa que implique aumento dos gastos públicos é condicionada à apresentação e ao exame de fundamentação específica de viabilidade econômico-financeira e de impacto orçamentário da medida, na forma regimental.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senado Federal, e, de resto, o Congresso Nacional, acostumou-se a apreciar, com lamentável regularidade, proposições legislativas cuja aprovação implica o aumento de gastos públicos, nem sempre adotando os critérios mais responsáveis do ponto de vista financeiro e orçamentário.

Pior, a apreciação dessas proposições legislativas nem sempre acompanhada de um estudo do impacto econômico-financeiro de sua eventual aplicação, e essa lacuna traduz uma postura de irresponsabilidade histórica com o Erário.

Com o objetivo de combater essa cultura e mitigar essa prática, submetemos ao exame dos eminentes colegas esta Proposta de Emenda à Constituição, cujo propósito é vincular qualquer proposição que implique aumento de gastos públicos a um exame específico, nesse âmbito, e obrigar que sua justificação contemple uma fundamentação qualificada quanto a tais efeitos.

Essencial será, depois de aprovada tal medida, exigir que a mesma não se transforme em exigência protocolar, cerimonial, mas que passe a constituir a manifestação do compromisso efetivo do Poder Legislativo com o equilíbrio das contas públicas, fundamento de uma economia saudável.

Contamos com a participação dos eminentes pares para o aperfeiçoamento e a aprovação da medida que ora submetemos ao exame do Senado Federal.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**.

	NOME	PARTIDO	UF	Assinatura
1.	José Viana	PSDB	GO	José Viana
2.	ANGELA POMELA	PT	RN	ANGELA POMELA
3.	CLOVIS AMARAL		MG	CLOVIS AMARAL
4.	RODRIGO ROHMENBERG	PMDB	DF	RODRIGO ROHMENBERG
5.	Ana Amélia	PP/RS	RS	Ana Amélia
6.	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA
7.	ANTONIO CARLOS VANDERLINS		SE	ANTONIO CARLOS VANDERLINS
8.	Edwards M. S. S. S.	PT	SP	Edwards M. S. S. S.
9.	WELLINGTON DIAS	PT	PI	WELLINGTON DIAS
10.	João B. Z. Z.	PT	RS	João B. Z. Z.
11.	Marcelo Duval	PSC	SE	Marcelo Duval
12.	Carla Maldonado	PMDB	SC	Carla Maldonado
13.	João Vicente Lemos	PTB	PI	João Vicente Lemos
14.	Júdice da Costa	PSB	BA	Júdice da Costa
15.	Luiz Miranda	PSDB	GO	Luiz Miranda
16.	CICERO LUCENA	PSDB	PB	CICERO LUCENA
17.	Ana Rita Aragão	PT	ES	Ana Rita Aragão
18.	W. S. S.	PT	SP	MARTA
19.		PMDB	MS	Waldemar Mota

	NOME	PARTIDO	UF	Assinatura
20.	JOÃO KIBELO SOBRINHO	PMDB	MA	JOÃO KIBELO SOBRINHO
21.	Aleiz GURGACE	PDT	RO	Aleiz GURGACE
22.	João Carlos	BEM	MT	João Carlos
23.	Waldemar	PMDB	PB	Waldemar
24.		PSOL	AP	APOLÔNIO RODRIGUES
25.	BRUNO MAGGI	PR	MT	BRUNO MAGGI
26.	Alcides Nery	PSDB	SP	Alcides Nery
27.	Walter Sampaio	PMDB	PB	Walter Sampaio
28.		PP	RJ	JOÃO CARLOS
29.		PMDB	AP	GEOVANI RAYR
30.		PMDB	PE	JAYMEAS VIECONCELOS
31.	Alcides Oliveira	PSDB	TO	Alcides Oliveira
32.		PMDB	PR	SERGIO SAUZE
33.		PMDB	RS	PEDRO STALON
34.		PMDB	RN	ROBERTO JUCA
35.		PR	PE	AUGUSTO STORTINO
36.		PMDB	AM	EDUARDO BRAGA
37.		BEM	RN	JOSÉ AGUIPINO
38.		PR	AM	ACFREDO NASUMEN
39.				

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II – do Presidente da República;
- III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A proposta de emenda à Constituição

que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício de Ministro de Estado:

– **Nº 6.592, de 1º de setembro de 2011**, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 754, de 2011, de informações, do Senador Rodrigo Rollemberg.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.116, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Governo do Estado do Amazonas, bem como a todo povo amazonense, pelos 161 anos da Elevação do Amazonas à Categoria de Província, comemorado no dia 5 de setembro, assim como seja encaminhado o referido Voto ao excelentíssimo senhor governador Omar José Abdel Aziz, no seguinte endereço: Av. Brasil, s/nº, Bairro Compensa II, Manaus/AM, CEP: 69036-110.

Justificação

O Estado do Amazonas comemora um feito histórico em relação a sua autonomia política. Há 161 anos, no dia 5 de setembro de 1850, o Estado do Amazonas foi elevado à Categoria de Província. Isso porque antes desse dia o Amazonas era subordinado ao Estado do Pará.

A data é muito importante para o Estado. Segundo o professor Sylvio Mário Puga, a criação da Província do Amazonas tem ligação direta com as pressões para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, num momento em que o Governo Imperial se encontrava pressionado pelo governo dos Estados Unidos com vistas à abertura da navegação do rio Amazonas.

No plano interno, um dos vetores para a criação da Província deve ser apontado na extensão e gravidade dos conflitos desenvolvidos na Província do Grão-Pará, entre 1835 e 1849, com a deflagração da Cabanagem, a maior revolta popular ocorrida durante a Regência, que manteve a Província separada do governo central.

A revolta espalhou-se pelo Grão-Pará, expandiu-se na Comarca do Alto Amazonas em 1836, liderada por Apolinário Maparajuba e veio a atingir as populações do Madeira, Solimões e Negro, que caíram sob o controle dos cabanos. A reação imperial foi enérgica. Segundo Arthur César Ferreira Reis, “os cabanos batidos no Pará, sem mais organização e chefes de prestígio, desmoralizados na comarca, nem por isso depuseram as armas.

Ao alastrar-se por toda a Província do Grão-Pará, que englobava a Comarca do Alto Amazonas, ficava explícita a dificuldade de pronta defesa militar principalmente numa área cujo centro de decisão estava a 1.500km de Manaus, perdurando até 1840.

Essa dificuldade experimentada pelo Governo Imperial no combate à Cabanagem cria condições de política interna, que permitiram diminuir as resistências ao anseio da criação da Província do Amazonas.

Na época a excessiva centralização administrativa e política levaram à incorporação como províncias do Império apenas as capitânicas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A autonomia da Amazônia deu-se somente em 1850, quando foi criada a Província do Amazonas, com sede na cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus em 1856.

Parabéns a todo o povo amazonense, pelos seus 161 anos de autonomia política!

Sala das Sessões, 5 de Setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, as atletas olímpicas Fabiana Murer e Fabiana Beltrame, que conquistaram a 1ª medalha de ouro em suas modalidades — salto com vara e remo, respectivamente para o Brasil em um Mundial de Atletismo, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Rua Rio Purus, nº 103, Conj. Vieiralves, Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM, CEP: 69.053050.

Justificação

A saltadora Fabiana Murer entrou definitivamente para a história do esporte brasileiro. Com ela, o Brasil conquistou sua primeira medalha no Mundial de atletismo, na modalidade em salto com vara, em Daegu, na Coreia do Sul.

A atleta Fabiana Murer, ganhou o ouro no salto com vara. A brasileira ultrapassou o sarrafo com a marca de 4,85m. O resultado é inédito na história do País na competição. Na prova mais técnica do atletismo, ela evoluiu num País sem a menor tradição no esporte.

Após o ouro de Fabiana Murer, foi a vez de Fabiana Beltrame brilhar no Mundial de Atletismo. Assim como Murer, Fabiana Beltrame nos orgulhou ao subir no pódio para receber a medalha de ouro no remo **skiff** simples leve em Bled, na Eslovênia.

A prova teve seu início atrasado devido à presença de um cisne no percurso, que precisou ser retirado pela organização. Após sair atrás na largada, Fabiana Beltrame se recuperou e assumiu a liderança ainda na primeira parcial. A brasileira colocou dois barcos de vantagem para a segunda colocada e disparou na frente para vencer com 7min44s58.

A remadora brasileira quebrou o protocolo no momento da premiação e subiu ao pódio com a filha Alice para receber a medalha de ouro e ouvir o Hino Nacional brasileiro, que foi executado pela primeira vez após uma final de Mundial de remo e levou Fabiana Beltrame às lágrimas.

Foi emocionante poder ver as cores do Brasil no topo. Parabéns, as nossas atletas Fabiana Murer e Fabiana Beltrame!!!

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 2011

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, as seguintes informações:

1. Qual o número de documentos sigilosos produzidos pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) anualmente? E quantos são os ostensivos?
2. Quantos documentos de caráter ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado estão arquivados no âmbito GSI, inclusive aqueles sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)?
3. Como se dá o processo de classificação e desclassificação de documentos sigilosos no âmbito deste Ministério?
4. Há acordos internacionais sobre salvaguarda de assuntos sigilosos que afetam as atividades do GSI? Quais?

5. Há algum estudo ou avaliação sobre os impactos da aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2010, nas atividades conduzidas pelo GSI e pela ABIN?
6. O GSI já dispõe de alguma estratégia de revisão dos documentos sigilosos sob sua guarda no caso de aprovação do PLC nº 41, de 2010?
7. A desclassificação automática, sem possibilidade de prorrogação do sigilo de determinados documentos, poderá causar algum risco ou ameaça à segurança nacional, a integridade das fronteiras do País ou ao domínio de tecnologias sensíveis de que dispõe o Brasil?
8. A obrigatoriedade de divulgação na rede mundial de computadores (internet) de todas as informações produzidas pelo GSI, independentemente de solicitação, é factível diante da atual estrutura e natureza dos serviços executados por esse Ministério?

Justificação

Com as discussões sobre o PLC nº 41, de 2010, tendo chegado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, entendemos como fundamental que se proceda a um amplo debate sobre a salvaguarda de assuntos sigilosos e os impactos da desclassificação de documentos públicos para os interesses nacionais.

Nesse sentido, percebemos que é essencial ter informações de autoridades do Poder Executivo, particularmente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), sobre o tema.

Apenas com os esclarecimentos fornecidos pelo Poder Executivo, poderá o Senado Federal exercer a nobre função fiscalizadora precípua do Poder Legislativo e conduzir um debate responsável sobre assunto que afeta diretamente a segurança do Estado e da sociedade.

Por essas razões, produzimos o presente Requerimento de Informações. Dado o regime de urgência da matéria, estando inclusive já pautada, solicitamos a agilização do trâmite do presente requerimento, se possível por meio de decisão **ad referendum**.

Sala das Sessões, – Senador **Fernando Collor**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.119, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos dois novos Ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ senhores Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, nomeados pela Presidenta Dilma no último dia 05 de setembro, bem como seja encaminhado o referido voto aos respectivos ministros no seguinte endereço: SAFS Qd 06 Lote 01, trecho III, CEP 70095-900, Brasília/DF.

Justificação

Dois novos ministros foram nomeados pela presidenta Dilma Rousseff para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foram escolhidos para ocupar as vagas dos ministros aposentados Luiz Fux e Paulo Medina, respectivamente.

No último dia 9, realizou-se a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O Plenário aprovou no mesmo dia o nome dos indicados. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (15), Seção 2, páginas 1 e 2. A posse será no dia 5 de setembro, às 16h, na sede do STJ, em Brasília.

Marco Aurélio Bellizze Oliveira tem 47 anos, é natural da cidade do Rio de Janeiro. Dedicado à magistratura há mais de 25 anos, ele foi indicado para ocupar a vaga deixada por Luiz Fux, atualmente ministro do Supremo Tribunal Federal. Magistrado de carreira, é especialista em Execução Penal e Direito Eleitoral e mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Segundo Bellizze, agora é hora de pensar nos grandes desafios que enfrentará como integrante do Tribunal da Cidadania.

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, de 53 anos, nasceu em Timbó (SC). Ele vai ocupar a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Paulo Medina. Buzzi ingressou na magistratura em 1982 e, atualmente, é integrante do Comitê Executivo do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presidente do Comitê Especial para Implementação do Manual dos Juizados Especiais junto ao CNJ.

Sala das Sessões, 05 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.120, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos, à Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM que, comemora 12 anos no dia 2 de setembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente da Agência, senhor Pedro Falabella, no seguinte endereço: Rua Franco Sá, 812 – São Francisco – Manaus – AM.

Justificação

A missão da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM é concorrer para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Amazonas, através de ações de apoio técnico e creditício que propiciem a geração de emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

A AFEAM é a única instituição financeira de desenvolvimento no Estado, que atua em 100% do território amazonense, atendendo aos pequenos, micro, médios e grandes empresários.

Até o fim de 2011, a Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM estima aplicar mais de R\$ 100 milhões, atendendo a aproximadamente 6.500 clientes, gerando e/ou mantendo 22 mil ocupações econômicas, segundo informou o presidente do órgão, Pedro Falabella. Nesta sexta-feira, dia 2 de setembro, a instituição completa 12 anos de atividade. Ao longo de sua existência, a AFEAM realizou mais de 100 mil operações de crédito em todo o Estado. O presidente ressalta que a AFEAM é a única instituição financeira de desenvolvimento no Estado, que atua em 100% do território amazonense, atendendo aos pequenos, micro, médios e grandes empresários.

Apesar das dificuldades geográficas, peculiares da nossa região, a AFEAM não mede esforços para chegar até as mais remotas localidades, por meio das ações Itinerantes de Crédito estruturadas pela equipe técnica, que viaja durante todo o ano aproximadamente 103.172 km, para atender pessoas que buscam empreender e contribuir com o crescimento de seus municípios e, acima de tudo, manter-se de forma digna, promovendo o sustento de suas famílias, evitando o inchaço populacional na capital do Estado.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2011

(Nº 3.391/2000, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o imóvel que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA autorizado a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o imóvel rural objeto do Registro nº 8.575, fls. 173v e 174 do Livro 3-I, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ubajara, com 563,7238ha (quinhentos e sessenta e três hectares, setenta e dois ares e trinta e oito centiares), situado no Município de Ubajara, Estado do Ceará.

Art. 2º A alienação de que trata o art. 1º será feita mediante doação pura e simples, observadas as formalidades legais, objetivando a consolidação do Parque Nacional de Ubajara.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.391, DE 2000

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o imóvel que menciona, e dá outras providências,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autorizado a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o imóvel rural objeto do Registro nº 8.575, fls. 173v e 174, livro 3-I, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ubajara, com 563,7238 ha (quinhentos e sessenta e três hectares, setenta e dois ares e trinta e oito centiares), situado no Município de Ubajara, Estado do Ceará.

Art. 2º A alienação de que trata o artigo 1º será feita mediante doação pura e simples, observadas as

formalidades legais, objetivando a consolidação do Parque Nacional de Ubajara.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 985, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o texto do projeto de lei que “Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a alienar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o imóvel que menciona, e dá outras providências”.

Brasília, 25 de julho de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM/Nº 102

Em, 6 de julho de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o projeto de lei anexo, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a transferir ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o domínio rural inserido no perímetro do Parque Nacional de Ubajara com área de 563,7328 ha, localizado no Município de Ubajara, Estado do Ceará.

O Parque acima mencionado foi criado pelo Decreto nº 45.954, de 30 de abril de 1959, pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que dispunha dentre outras, sobre a desapropriação das propriedades particulares inseridas em seu perímetro, ficando ditas terras sujeitas ao regime do Código Florestal.

Posteriormente, com base no Decreto nº 72.496, de 19 de julho de 1973, que declarou o imóvel de interesse para fins de desapropriação, coube ao Incra promover as medidas judiciais necessárias à regularização fundiária do Parque Nacional de Ubajara, impondo-se agora a transferência do domínio da mencionada área ao Ibama, de modo a consolidá-lo de vez.

Respeitosamente, – **Raul Belens Jungmann Pinto**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2011

(Nº 5.894/2009, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Transforma cargos vagos da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformados em 800 (oitocentos) cargos de Analista Ambiental e 200 (duzentos) cargos de Analista Administrativo da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, o quantitativo de 2.535 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco) cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, relacionados no Anexo desta Lei.

§ 1º A transformação de cargos a que se refere o **caput** dar-se-á sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, conforme demonstrado no Anexo desta Lei.

§ 2º Os cargos criados na forma disposta no **caput** serão distribuídos para os Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Con-

servação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, mediante ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os cargos referidos no **caput** serão providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 2º A indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, poderá ser paga, até o limite de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais, aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal, conforme disposto em regulamento.

§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** disporá sobre os critérios para concessão e pagamento da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, considerando a sua natureza e a sua aplicabilidade aos servidores a que se refere o **caput**, bem como sobre as características das localidades em que a referida indenização será paga.

§ 2º A indenização de que trata o **caput** somente será paga aos servidores que a ela passam a fazer jus nos termos desta Lei enquanto se encontrarem nas condições de exercício estabelecidas no regulamento.

Art. 3º Ficam acrescidas entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

Art. 4º A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

“Art. 11-A. É vedada a remoção com mudança de sede do servidor recém nomeado antes de decorrido pelo menos 5 (cinco) anos de

efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício.

Parágrafo único. Excluem-se da vedação a que se refere o **caput** as hipóteses de remoção de que tratam o inciso I e as alíneas **a**, **b** e **c** do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.”

Art. 5º Os arts. 14 e 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta em regulamento.”(NR)

“Art. 16.

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas e as condições de trabalho, sendo considerado insuficiente, para obtenção de promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º

§ 9º O exercício das atribuições típicas dos cargos que integram a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata esta Lei, e o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, em localidades situadas na Amazônia Legal, assegurará aos seus titulares prioridade para a realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção.”(NR)

Art. 6º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

IV – órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as di-

retrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

.....” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a) Quantidade de cargos vagos a serem transformados/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2010)	IMPACTO MENSAL(R\$)
Previdência, Saúde e Trabalho	422069-Médico - FUNASA/MS	NS	220	3.432,21	755.086,20
	422203-Agente Administrativo - MTE	NI	715	2.301,27	1.645.408,05
	422268-Auxiliar de Enfermagem - MS	NI	1.500	2.301,27	3.451.905,00
	422250-Assistente de Administração - FUNASA/MS	NI	100	2.301,27	230.127,00
TOTAL			2.535	-	6.082.526,25

b) Quantidade de cargos a serem criados mediante transformação/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO-CARGO-ÓRGÃO	NÍVEL ESC.	QTDE	REM (JUL/2009)	IMPACTO MENSAL (R\$)
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Ambiental – IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	800	5.577,64	4.462.112,00
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Administrativo – IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	200	5.577,64	1.115.528,00
TOTAL	-	-	1.000	-	5.577.640,00

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.894, DE 2009

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam transformados em mil cargos de Analista Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, o quantitativo de dois mil, quinhentos e trinta e cinco cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, relacionados no Anexo.

§ 1º A transformação de cargos a que se refere o **caput** dar-se-á sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, conforme demonstrado no Anexo.

§ 2º Os cargos criados na forma disposta no **caput** serão distribuídos para os Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, mediante ato do Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão.

§ 3º Os cargos referidos no **caput** serão providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 2º A indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, poderá ser paga, até o limite de R\$ 590,00 mensais, aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 2002, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em caráter permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal, conforme disposto em regulamento.

§ 1º O regulamento a que se refere o **caput** disporá sobre os critérios para concessão e pagamento da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 1991, considerando a sua natureza e a sua aplicabilidade aos servidores a que se refere o **caput**, bem como sobre as características das localidades em que a referida indenização será paga.

§ 2º A indenização de que trata o **caput** somente será paga aos servidores que a ela passam a fazer jus nos termos desta Lei enquanto se encontrarem nas condições de exercício estabelecidas no regulamento.

Art. 3º Ficam acrescidas entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

Art. 4º A Lei nº 10.410, de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 11-A. É vedada a remoção com mudança de sede do servidor recém nomeado antes de decorrido pelo menos cinco anos de efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício.

Parágrafo único. Excluem-se da vedação a que se refere o **caput** as hipóteses de remoção de que tratam o inciso I e as alíneas **a**, **b** e **c** do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.” (NR)

Art. 5º Os arts. 14 e 16 da Lei nº 10.410, de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta em regulamento.” (NR)

“Art. 16.

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas e as condições de trabalho, sendo considerado insuficiente, para obtenção de promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º

§ 9º O exercício das atribuições típicas dos cargos que integram a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata esta Lei, e o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, em localidades situadas na Amazônia Legal assegurará aos seus titulares prioridade para

a realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção.” (NR)

Art. 6º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV – órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro – SBF, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

a) Quantidade de cargos vagos a serem transformados/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2010)	IMPACTO MENSAL(R\$)
Previdência, Saúde e Trabalho	422069-Médico - FUNASA/MS	NS	220	3.432,21	755.086,20
	422203-Agente Administrativo - MTE	NI	715	2.301,27	1.645.408,05
	422268-Auxiliar de Enfermagem - MS	NI	1.500	2.301,27	3.451.905,00
	422250-Assistente de Administração - FUNASA/MS	NI	100	2.301,27	230.127,00
TOTAL			2.535		6.082.526,25

b) Quantidade de cargos a serem criados mediante transformação/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2010)	IMPACTO MENSAL(R\$)
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Ambiental - IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	1.000	5.577,64	5.577.640,00
TOTAL			1.000		5.577.640,00

MENSAGEM Nº 663, DE 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

Brasília, 25 de agosto de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 115/2009/MP/MS/MMA

Brasília, 5 de junho de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o Anexo Projeto de Lei que “Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

2. As medidas propostas buscam suprir a demanda do Ibama e do Instituto Chico Mendes por pessoal especializado e proporcionar aos servidores mecanismos de incentivo ao exercício de suas funções na Amazônia Legal. O objetivo é atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39, § 1º, da Constituição Federal. O projeto também busca adequar a legislação de forma a incluir como órgãos executores constituintes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro.

3. Pelo Projeto de Lei em questão, ficam transformados em mil cargos vagos de Analista Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, o quantitativo de dois mil, quinhentos e trinta e cinco cargos vagos da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho. A criação dos cargos dar-se-á sem aumento de des-

pesa, mediante a compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados.

4. A medida também dispõe sobre a possibilidade de pagamento da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, até o limite de R\$ 590,00 mensais, aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 26 de outubro de 2006 integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, que, em caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal. A medida é um mecanismo de incentivo à criação de um corpo permanente de servidores numa região de difícil acesso.

5. O texto prevê a edição de regulamento que disporá sobre os critérios para concessão e pagamento da referida indenização.

6. O Projeto de Lei em comento acresce entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

7. São também acrescentados e alterados dispositivos à Lei nº 10.410, de 2002, de forma a vedar a remoção com mudança de sede do servidor recém nomeado da Carreira de Especialista em Meio Ambiente antes de decorrido pelo menos cinco anos de efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício e disciplinar que o exercício das atribuições típicas dos cargos que integram a Carreira Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do Meio Ambiente em localidades situadas na Amazônia Legal assegurará aos seus titulares prioridade para a realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção.

8. Por fim, propõe-se a adequação do inciso IV do art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, de forma a incluir como órgãos executores constituintes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Serviço Florestal Brasileiro.

9. O impacto da proposta em tela é da ordem de R\$ 6.282.652,00 em 2009 e de R\$ 13.645.255,00 em 2010, quando estará anualizado. Faz-se oportuno registrar, ainda, que a presente medida alcança cerca de 1.735 servidores ativos.

10. Sob esse aspecto, cabe ressaltar que este impacto correrá à conta de recursos orçamentários do Tesouro Nacional consignados ao grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” e não afetará a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício em que a mesma ocorrer, uma vez que sua execução ficará condicionada aos limites estabelecidos no decreto vigente que disporá sobre programação orçamentária e financeira dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, em consonância com os arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

11. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva, José Gomes Temporão, Carlos Minc Baumfeld.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, assim estruturado:

IV – órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

I – de ofício, no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10-12-97)

LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991

Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

Art. 16. Será concedida, nos termos do regulamento, indenização de Cr\$4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) por dia, aos servidores que se afastarem do seu local de trabalho, sem direito à percepção de diária, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanhas de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básica, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais. (Vide Lei nº 8.270, de 1991) (Regulamento)

Parágrafo único. É vedado o recebimento cumulativo da indenização objeto do **caput** deste artigo com a percepção de diárias.

LEI Nº 10.410, DE 11 DE JANEIRO DE 2002

Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Art. 11. O ingresso nos cargos referidos no art. 1º far-se-á mediante prévia aprovação em concurso público específico, exclusivamente de provas.

§ 1º Na hipótese do art. 4º, parágrafo único, o concurso realizar-se-á obrigatoriamente por áreas de especialização.

§ 2º São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos referidos no art. 1º:

I – curso superior completo ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor e Analista Ambiental;

II – diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de Gestor Administrativo e Analista Administrativo;

III – diploma de conclusão de segundo grau, ou de curso técnico equivalente, para o cargo de Técnico Ambiental; e

IV – diploma de conclusão de segundo grau, e habilitação legal específica, se for o caso, conforme definido no edital do concurso, para o cargo de Técnico Administrativo.

§ 3º Para acesso às áreas de especialização a que se referem o parágrafo único do art. 4º e o § 1º, poderão ser estabelecidos, no ato que as delimitar, requisitos específicos de formação e titulação.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente cumprirão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas.

Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Art. 16. A avaliação de desempenho funcional terá seus resultados apurados mensalmente e consolidados a cada 12 (doze) meses, obedecendo ao disposto nesta Lei.

§ 1º A avaliação anual de desempenho terá como finalidade a verificação da observância dos seguintes critérios:

I – cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo;

II – produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade;

III – assiduidade;

IV – pontualidade;

V – disciplina.

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas, sendo considerado insuficiente, para obtenção de promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º

§ 3º Será dado conhecimento prévio aos servidores dos critérios, das normas e dos padrões a serem utilizados para a avaliação de seu desempenho.

§ 4º No estabelecimento dos padrões a que se refere o inciso II do § 1º, é vedada a aferição de resultados com base em número de autos de infração ou de busca e apreensão lavrados, ou fundada na arrecadação decorrente da expedição desses atos ou de outros similares.

§ 5º A avaliação de desempenho será realizada por comissão de avaliação composta por 4 (quatro) servidores, pelo menos 3 (três) deles estáveis, com 3 (três) anos ou mais de exercício no órgão ou entidade a que estejam vinculados, e todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o seu chefe imediato e outro um servidor estável, cuja indicação será efetuada ou respaldada, nos termos de regulamento e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por manifestação expressa do servidor avaliado.

§ 6º O membro indicado ou respaldado pelo servidor terá direito a voz e não a voto nas reuniões deliberativas da comissão a que se refere o § 5º

§ 7º O resultado da avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive, quando for o caso, o relatório relativo ao colhimento de proves testemunhais e documentais.

§ 8º E assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do procedimento que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

LEI Nº 11.355, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006

Dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, do Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE e do Plano de Carreiras e Cargos do INPI; o enquadramento dos servidores originários das extintas Tabelas de Especialistas no Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Plano União de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a criação do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998; a criação da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar; a extinção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar – GDATM; e a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar – GDATM; a alteração da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; a alteração dos salários dos empregos públicos do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001; a criação de cargos na Carreira de Defensor Público da União; a criação das Funções Comissionadas do INSS – FCINSS; o auxílio-moradia para os servidores de Estados e Municípios para a União, a extinção e criação de cargos em comissão; e dá outras providências.

LEI Nº 11.357, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006

Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima – GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agendas Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação – GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional – GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005; e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2011

(Nº 6.868/2002, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os preços mínimos serão fixados pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, levando em conta:

I – os diversos fatores que influem na formação dos preços nos mercados interno e externo;

II – os custos de escoamento até os centros de consumo doméstico ou os portos de embarque para o exterior.

§ 1º A publicação dos preços de que trata o **caput** antecederá, no mínimo em 60 (sessenta) dias, o início do período normal de plantio ou da produção pecuária ou extrativa, de acordo com o calendário agrícola das regiões produtoras mais importantes.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá também estabelecer, para situações ou produtos específicos, que as garantias previstas neste Decreto-Lei perdurarão por mais de 1 (um) ano ou safra, quando isso interessar às políticas agrícola e de abastecimento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.868, DE 2002

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os preços mínimos serão fixados pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, levando em conta:

I – os diversos fatores que influem na formação dos preços nos mercados interno e externo;

II – os custos de escoamento até os centros de consumo doméstico ou os portos de embarque para o exterior.

§ 1º A publicação dos preços de que trata o **caput** antecederá, no mínimo, em 60

(sessenta) dias o início do período normal de plantio ou da produção pecuária ou extrativa, de acordo com o calendário agrícola das regiões produtoras mais importantes.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá também estabelecer, para situações ou produtos específicos, que as garantias previstas neste decreto-lei perdurarão por mais de um ano ou safra, quando isso interessar às políticas agrícola e de abastecimento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 404, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhores Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda, o texto do projeto de lei que “Altera o art. 54 do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências”.

Brasília, 23 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 6/MAPA/MF

Brasília, 21 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que objetiva atualizar e simplificar os procedimentos previstos no art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que “institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências”.

2. A presente proposta justifica-se pelo fato de, ao longo dos 35 anos de vigência do citado diploma legal, terem ocorrido inúmeras reorganizações administrativas no Poder Executivo, envolvendo Ministérios, empresas e autarquias, o que também implicou modificações nas competências institucionais e na forma de comunicação de atos e medidas de interesse dos cidadãos, mostrando-se agora inadequado e burocrático o ritual de aprovação e divulgação dos preços mínimos dos produtos agropecuários mediante decreto.

3. Até o início da década de 90 a Política de Garantia de Preços Mínimos era um dos pilares da política governamental de apoio ao setor agrícola. Com a abertura da

economia e a dinamização dos acordos internacionais, notadamente a instituição de blocos como o Mercosul, o instrumento perdeu importância relativa, embora mantenha relevância para os produtores de regiões mais afastadas dos centros de consumo ou dos portos.

4. A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB é, atualmente, a empresa do governo encarregada de elaborar e fundamentar a proposta anual dos preços mínimos que vigorarão na safra seguinte. Essa proposta, depois de discutida e aprovada pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda, é convertida em voto ao Conselho Monetário Nacional – CMN. Embora a aprovação pelo Conselho já represente uma decisão do Executivo sobre a matéria, à luz do art. 5º do decreto-lei em questão são demandadas providências para a edição de Decreto, fazendo-se tramitar documentação pelas vias da burocracia para, afinal, ocupar Vossa Excelência com assunto amplamente tratado em nível ministerial.

5. Em suma, nosso entendimento é a que a exigência de um decreto para referendar as decisões do Conselho Monetário Nacional transformou-se numa medida de envergadura incompatível com a natureza da tarefa, com o inconveniente de atrasos não desprezíveis na publicação dos preços mínimos, em desrespeito aos prazos fixados no mencionado art. 5º do decreto-lei. Ressalte-se que os produtores só não têm sido prejudicados porque as decisões do CMN são anunciadas com a antecedência requerida, servindo-lhes de base para as decisões de plantio.

6. Isto posto, sugerimos a Vossa Excelência o envio do anexo projeto de lei ao Congresso Nacional, objetivando corrigir tal impropriedade, de forma que o processo decisório sobre a fixação dos preços mínimos termine com a aprovação dos mesmos pelo Conselho Monetário Nacional.

Respeitosamente, – **Marcus Vinicius Pratini de Moraes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro da Fazenda.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 79,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1966

Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Art. 5º Os preços mínimos básicos serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, le-

vando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção, com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 1º Os preços mínimos definidos pelo CMN serão publicados por meio de portaria do Mapa, com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do início das épocas de plantio e de 30 (trinta) dias do início da produção pecuária ou extrativa mais abundante nas diversas regiões, consoante as indicações dos órgãos competentes. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 2º As portarias poderão, também, estabelecer, quanto a determinados produtos, que as garantias previstas neste Decreto-Lei perdurarão por mais de 1 (um) ano ou safra, quando isso interessar à estabilidade da agricultura e à normalidade de abastecimento. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

.....
(*Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.*)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os Projetos de Lei da Câmara nºs 59 e 60, de 2011, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2011, vai às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Agricultura e Reforma Agrária.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2011
(Nº 176/2007, na Casa de origem, do
Deputado Fábio Souto)

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições federais de educação superior adotarão critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus cursos, de acordo com a carência sócio-econômica dos candidatos.

Parágrafo único. Será assegurado isenção total do pagamento das taxas referidas no **caput** ao candidato que comprovar cumulativamente:

- I – renda familiar **per capita** igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- II – ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 176, DE 2007

Veda a cobrança de taxa de inscrição em vestibular para alunos egressos da rede pública de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os alunos egressos da rede pública de ensino ficam isentos de pagamento da taxa de inscrição ao vestibular nas universidades federais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O inciso I do art. 206 da Constituição Federal estabelece a igualdade de condições no acesso à escola. O inciso IV, deste mesmo artigo institui o ensino gratuito nos estabelecimentos oficiais.

A cobrança da chamada “taxa de vestibular” pelas universidades federais contraria os dois dispositivos constitucionais mencionados. De um lado impede o acesso ao ensino superior de muitos estudantes que teriam condições de mérito para aprovação no vestibular. De outro, contraria a gratuidade prevista para estabelecimentos estatais pois a cobrança de qualquer taxa afronta este preceito.

Esses dois dispositivos da Carta Magna são essenciais para a busca da equidade no acesso ao ensino superior. De fato, além de todos os obstáculos que enfrentam, muitos estudantes de baixa renda são, ainda, impedidos não de ingressar, mas de se candidatar ao ensino superior. Por isto, há que se abolir esta taxa discriminatória contra os estudantes carentes, a maioria dos quais egressos da rede pública de ensino.

Estou certo de que, dado seu interesse social, este projeto de lei deverá receber a melhor acolhida da parte dos nossos pares.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2007. – Deputado **Fábio Souto**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2011

(Nº 446/2011, na Casa de origem, do Deputado Pauderney Avelino)

Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.

Art. 2º O art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....
c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos quatro horas’, compreende os Estados de Mato Grosso; de Mato Grosso do Sul, de Rondônia e de Roraima e a parte do Amazonas que fica a leste de uma linha (círculo máximo) que, partindo de Tabatinga, vai a Porto Acre;

.....
e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreende o Estado do Acre e a parte restante do Amazonas.”(NR)

Art. 3º Esta Lei em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 446, DE 2011

Altera a alínea c e inclui a alínea d no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do

Amazonas do fuso horário Greenwich “menos quatro horas” para o fuso horário Greenwich “menos cinco horas”.

Art. 2º O art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos quatro horas’, compreende os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Roraima e a parte do Amazonas que fica a leste de uma linha (círculo máximo) que, partindo de Tabatinga, vai a Porto Acre.

d) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreende o Estado do Acre e a parte restante do Amazonas.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O horário legal do Brasil foi definido por meio do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que estabeleceu quatro fusos horários distintos, tendo como fundamento o meridiano de Greenwich. Em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.662, o horário foi alterado, sendo eliminado um fuso horário. De acordo com a nova redação, o estado do Acre e parte do Amazonas pela hora de Greenwich passaram de “menos cinco” para “menos quatro horas”. A diferença com relação a Brasília passou a ser de uma hora e não mais de duas horas.

Com a respectiva alteração, a população foi obrigada a mudar toda sua rotina de atividades, bem como os setores do comércio, bancário, industrial e serviços públicos em geral. Até hoje, a população não conseguiu se adaptar com a mudança de horário, o que tem refletido em alterações biológicas acarretando em transtornos físicos e psicológicos. Ademais, as crianças são as nnaís prejudicadas, tendo em vista que vão para a escola quando ainda está escuro, o que tem provocado queda no rendimento escolar.

Cabe ressaltar que no dia 31 de outubro foi realizado um plebiscito no estado do Acre para saber se a população é a favor ou contra a mudança de horário. A maioria decidiu rejeitar a alteração da hora legal promovida pela Lei nº 11.662, 24 de abril de 2008.

Sendo assim, não há razão para a permanência do atual fuso horário, que só tem provocado danos para a população do Acre e de parte do Estado do Amazonas.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2011. – Deputado **Pauderney Avelino**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO Nº 2.784, DE 18 DE JUNHO DE 1913

Determina a hora legal.

Art. 2º O território da Republica fica dividido, no que diz respeito à hora legal, em quatro fusos distintos:

a) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos duas horas’, compreende o arquipélago Fernando de Noronha e a ilha da Trindade;

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos três horas’, compreende todo o litoral do Brasil, e os Estados interiores (menos Mato Grosso e Amazonas), bem como parte do Estado do Pará delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guayana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até Javary, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingu até entrar no Estado de Matto Grosso;

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos três horas’, compreende todo o litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados interiores, exceto os relacionados na alínea c deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.662, de 2008) (Vigência)

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich ‘menos quatro horas’, compreenderá o Estado do Pará a W da linha precedente, o Estado do Matto Grosso, e a parte do Amazonas que fica a E de uma linha (circulo maximo) que, partindo de Tabatinga, vá a Porto Acre;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos quatro horas’, compreende os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia, de Roraima e do Acre. (Redação dada pela Lei nº 11.662, de 2008) (Vigência)

d) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich ‘menos cinco horas’, compreenderá o território do Acre e os cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a W da linha precedentemente descripta. (Revogado pela Lei nº 11.662, de 2008.

d) (revogada) (Redação dada pela Lei nº 11.662, de 2008)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos;
e de Relações Exteriores e Defesa Nacional,
cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2011

(Nº 1.009/1999, na Casa de origem, do
Deputado Enio Bacci)

Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a entrada e a saída de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo.

§ 1º Para efeitos desta Lei, ostomizada é toda pessoa que, em decorrência de procedimento cirúrgico, está obrigada ao uso de bolsa coletora de fezes e/ou urina.

§ 2º Desobrigam-se as pessoas ostomizadas da passagem em catracas mecânicas.

Art. 2º Exigir-se-á a apresentação de carteira de identificação para o acesso da pessoa ostomizada pela porta dianteira dos veículos.

Parágrafo único. A carteira de identificação será expedida por órgão competente e conterá, entre outros dados, o nome e a fotografia do portador.

Art. 3º A pessoa ostomizada que optar por entrar pela porta dianteira do veículo deverá efetuar o pagamento da tarifa ao motorista, em espécie ou mediante vale transporte.

Parágrafo único. O pagamento em espécie deve ser feito no valor exato, desobrigando o motorista de efetuar troco.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.009, DE 1999**Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte coletivo e dá outras providências,**

Inclua-se onde couber:

Art. 1º Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte coletivo.

Parágrafo único. para efeitos desta lei, ostomizado é toda pessoa que, em decorrência de procedimento cirúrgico, está obrigado ao uso de bolsa coletora de fezes e/ou urina.

Art. 2º A apresentação ao motorista de carteira de identificação, assegura ao portador a entrada pela porta dianteira do veículo.

Parágrafo único. a carteira de identificação a que se refere o **caput** deste artigo será expedida por associação competente e conterá, entre outros dados, o nome e a fotografia do portador.

Art. 3º O ostomizado que optar entrar pela porta dianteira do veículo de transporte coletivo, poderá e deverá efetuar o pagamento da tarifa social ao motorista, em espécie ou mediante vale transporte.

Parágrafo único. sendo o pagamento efetuado em espécie, fica o beneficiário da presente lei obrigado a entregar ao motorista o valor correspondente à tarifa, desobrigando ao condutor efetuar o troco.

Art. 4º O Executivo Federal, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ostomizado é toda pessoa que, em decorrência de procedimento cirúrgico, está obrigada ao uso de bolsa coletora de fezes e/ou urina. Esta prótese é conhecida como equipamento para ostomizado.

Nossa proposição decorre da circunstância de que a pessoa ostomizada, pelo uso do equipamento, tem sérias dificuldades de passar pela roleta e, principalmente, cruzar entre as pessoas que se encontram no corredor dos coletivos. A dificuldade fica agravada no caso de a pessoa estar obesa, se ela vem de pós cirúrgico ou, ainda, se não pode por algum motivo, realizar a higiene do seu equipamento. O rompimento ou deslocamento do equipamento, por ocasião da passagem pela roleta ou entre os passageiros no corredor do coletivo, fato que o ostomizado define como “acidente”, tem provocado situações desagradáveis e humilhantes aos portadores.

O receio de passar por situações vexatórias, decorrentes de “acidente”, tem dificultado e muito, a reintegração da pessoa ostomizada ao convívio social e, conseqüentemente, o seu próprio tratamento. Muitas dessas pessoas traumatizadas pela cirurgia e pela discriminação sofrida tem medo de sair de casa.

No meu entender, inadmissível que os ostomizados continuem sendo ofendidos pelo seu estado de saúde. Cabe ao poder público possibilitar-lhes as condições mínimas para se adaptarem à nova realidade e assim, possam viver dignamente como qualquer cidadão comum. – Deputado Federal **Enio Bacci**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2011

(Nº 1.200/2003, na Casa de origem, do
Deputado Ivan Valente)

**Altera o art. 9º da Lei nº 9.394, de 20
de dezembro de 1996.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

VI – assegurar processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.200, DE 2003**Altera os artigos 9º e 45 da Lei nº 9.394,
de 20 de dezembro de 1996;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do artigo 9º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI – assegurar processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;”

Art. 2º O artigo 45 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

“§ 1º O Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação e os setores sociais, acadêmicos e científicos pertinentes, fará realizar processos de avaliação periódica, interna e externa, do sistema, das instituições e dos cursos de educação superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes e diversificados, com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e de gestão, com vistas ao cumprimento da missão científica e social, nos termos do artigo 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Os resultados das avaliações, referidas no parágrafo primeiro deste artigo, serão

utilizados pelo Ministério da Educação para orientar suas ações no sentido de fomentar a implementação de políticas de expansão do atendimento na educação superior, bem como, estimular e atuar junto às instituições e aos cursos avaliados para que adotem as iniciativas necessárias à melhoria da qualidade do ensino.

§ 3º Os resultados das avaliações, referidas no parágrafo primeiro deste artigo, serão amplamente divulgados à sociedade pelo Ministério da Educação, acompanhados de diretrizes para a melhoria da qualidade da educação superior, e estarão abertos ao acolhimento de sugestões e críticas oriundas da sociedade civil.

§ 4º Os relatórios finais do processo de avaliação incluirão o elenco de providências a serem implementadas pelas instituições e respectivas mantenedoras, bem assim os prazos para a superação das deficiências encontradas, cabendo recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 60 dias.”

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Ministério da Educação, no prazo de 180 dias, ouvidos o Conselho Nacional de Educação e os setores sociais, acadêmicos e científicos pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira tem o direito e o interesse de saber quais os resultados produzidos pelos recursos investidos em educação. No caso da educação superior, é importante conhecer os resultados da atividade de pesquisa e o papel dos profissionais qualificados pelas faculdades e universidades, públicas e privadas. Neste sentido, cabe formular alguns questionamentos em relação aos objetivos da avaliação da educação superior.

Qual o impacto ou as consequências dos resultados de pesquisa e da atuação dos profissionais no cotidiano da população, a curto, médio e longo prazos? Quais as características de uma instituição de educação superior que garantem o nível de qualidade e de relevância social das suas atividades? Como transformar a pesquisa e os profissionais formados em instrumentos consistentes para o desenvolvimento sustentado da sociedade?

Responder a estas perguntas aponta para os verdadeiros objetivos de um processo de avaliação da

educação superior, que não interessa apenas ao Estado Avaliador ou a burocracia da gestão educacional. Ao contrário, interessa principalmente à população e, por isso, Não temos o compromisso de ultrapassar a crítica e construir uma alternativa consistente para avaliar a qualidade e a relevância da educação superior, em nosso País. Construir um processo de avaliação comprometido com a efetiva melhoria da qualidade do sistema e de cada uma das instituições, para que cumpram sua função social e científica junto à sociedade brasileira.

Se o objetivo da educação superior pode ser resumido em duas dimensões – a de formar cidadãos/profissionais e a de produzir e disseminar conhecimento – então a avaliação é um instrumento pelo qual a sociedade (e não apenas o governo) deve poder aferir, conferir, apreciar, julgar se os seus esforços – isto é, recursos financeiros e humanos investidos em educação – estão alcançando seus objetivos e como podem ser aperfeiçoados. Nesta perspectiva, supera-se a mera formulação de **rankings** que não contribuem para o aperfeiçoamento da educação brasileira.

Em outras palavras, trata-se de construir um processo de avaliação a serviço do desenvolvimento da educação superior, da ciência e de uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a sistemática de avaliação ainda vigente – e que precisa urgentemente ser mudada – é baseada em outros princípios e busca alcançar outros objetivos. Sem considerar as especificidades de cada instituição, o Exame Nacional de Cursos, Provão, instituído pela Lei nº 9.131/95, foi sendo implementado gradativamente a partir da ideia que o desempenho do aluno expressaria o resultado do processo de aprendizagem, da qualidade do ensino e das condições de funcionamento da instituição. Diante de proposta tão absurda e reducionista, a reação vinda de vários setores acadêmicos e científicos obrigou o Ministério da Educação a rever sua posição e incorporar alguns outros indicadores, tais como a titulação docente e as condições de infraestrutura da instituição.

Apesar da reação de estudantes e de educadores, o Provão e os demais resultados passaram a ser divulgados como se fossem uma efetiva sistemática de avaliação, oferecendo exposição de mídia aos dirigentes do MEC, porém sem um impacto positivo na qualidade da educação.

As insuficiências e inadequações do Provão e da sistemática de avaliação implementada no período 1995-2002 tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas, teses de mestrado e doutorado, e podem ser resumidas nos principais aspectos, examinados a seguir.

Do ponto de vista pedagógico

O Exame Nacional de Cursos é baseado em uma corrente pedagógica tradicional tão superada como a palmatória e a punição física. A evolução do conhecimento sobre a aprendizagem e sobre avaliação nega valor às provas gerais – que são aquelas feitas ao final de um processo de ensino. Elas traduzem uma *perspectiva bancária*, como dizia sabiamente Paulo Freire, e buscam saber qual o *saldo* ao final do processo. Desconsidera, portanto, a perspectiva *formativa* da avaliação – isto é, do indivíduo como cidadão e como profissional, competente e comprometido com a ciência e com a sociedade.

Além disso, o Provão passou a substituir, em grande parte, as diretrizes curriculares formuladas pelo Conselho Nacional de Educação, resultando em um grave risco de *padronização curricular*. Isto contraria as tendências científicas e sociais que recomendam enfaticamente a multidimensionalidade do currículo e a flexibilidade científica e técnica, necessárias tanto para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, quanto para a maior adequação às necessidades derivadas da diversidade regional de um País grande e diversificado como é o Brasil.

Na prática, a autonomia para fixar currículos, observadas as diretrizes gerais pertinentes, tem-se tornado condicionada, cada vez mais, pelos conteúdos exigidos no Provão. Com o tempo, o poder destes exames na definição dos planos de curso dos professores poderá ser maior do que o peso das diretrizes curriculares.

Por outro lado, em muitas instituições têm ocorrido distorções graves que envolvem, entre outras, a oferta de cursinhos de preparação ao Provão, premiação por bom desempenho, e até mesmo exclusão de alunos da lista de formandos, tudo visando à melhoria nos índices do “rankiamento” da instituição.

Do ponto de vista da qualidade do ensino

Se pudéssemos considerar a prova do Exame Nacional de Cursos como um instrumento adequado de aferição da qualidade dos cursos, caberia perguntar: todo este esforço e recursos investidos contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino em nosso País?

A resposta tende a ser negativa. Primeiro, por uma dificuldade técnica: não se podem comparar resultados, de um ano a outro, do mesmo curso, da mesma instituição. Cada prova é um instantâneo, independente do ano anterior. O fato de que alguns cursos, da mesma instituição, tendem a ter resultados semelhantes de um ano a outro, pode significar que a prova é semelhante de um ano a outro, e que aquele curso corresponde ao que a prova solicita ou cobra. Não se sabe, portanto, se houve efetivo incremento de qualidade.

Além disso, o resultado do ENC não oferece subsídios para compreender as insuficiências de cada curso. Sabe-se, apenas, que um grupo ou a maioria dos alunos não conseguiu responder a determinados itens ou conteúdos. Mas, o que isto significa, exatamente? Como as instituições não sabem, elas fazem ajustes no currículo, para adequar-se ao “estilo” do Provão, o que não significa que a qualidade da formação científica, técnica e social de seus alunos venha a melhorar.

Ao aluno, pelo fato de estar se formando, o resultado do ENC é muito pouco útil, pois não terá tempo de “recuperar” eventuais insuficiências manifestas na prova. Ficará com um “selo” que o acompanhará para o resto da vida, independentemente de seu esforço; um instantâneo, uma única nota, que poderá ser mais considerada que todo o seu histórico escolar.

Do ponto de vista técnico

Os resultados do Provão, e também dos outros indicadores, são divulgados através de **rankings** ou escalas hierárquicas com 5 pontos, ou conceitos, construídas através de distribuição estatística padronizada pelos critérios da Curva de Gauss. Esta distribuição, forçada ao redor da chamada “curva normal”, garante sempre 12% de notas máximas (A), outros 12% de notas mínimas (E), mais 18% próximos de cada uma destas extremidades (B e D) e, finalmente, um conjunto de 40% ao redor da média (C). Houve um ligeiro aperfeiçoamento na forma de organizar o **ranking**: ao invés de forçar a distribuição predefinida na “curva normal”, a distribuição ou **ranking** passou a ser feita a partir da média de cada curso e dos desvios padrões ao seu redor. De todo modo, haverá sempre um **ranking** com grupos, cujo tamanho dependerá da dispersão dos resultados. Os conceitos atribuídos aos cursos são formados a partir da distribuição percentilica das notas. Portanto, estes conceitos são relativos e não expressam uma “qualidade” dos cursos. Distribuições estatísticas deste tipo padronizam resultados que têm significados diferentes.

Em outras palavras, os conceitos, seja A, B ou E não significam a mesma coisa quando comparamos um mesmo curso em diferentes instituições, ou quando comparamos as carreiras, isto é, os diferentes cursos. A nota de uma instituição, em um dado curso, depende da nota das demais. Ou seja, uma instituição pode ter uma nota média de seus alunos baixa – isto é, menos da metade dos acertos – e ainda assim ter conceito A se a maior parte das demais instituições obtiver resultado ainda inferior. Um conceito A significa apenas que os alunos daquele curso, naquela instituição, se saíram melhor na prova, mas não significa que o curso é “de excelência” como tem sido considerado na equivocada compreensão do real significado do Provão.

Do ponto de vista da responsabilidade do Estado, como gestor da educação

Os objetivos e as características da estratégia de avaliação implementada a partir de 1995 são consistentes com a visão de Estado mínimo, que atribui ao mercado o poder e o direito de organizar a oferta e a qualidade de serviços como a educação e a pesquisa, que terceiriza e descentraliza as decisões e a implementação destas ações. Esta perspectiva atribui ao Estado apenas o papel de ‘avaliador’ dos resultados das ações da livre competição, inclusive das IES sob sua responsabilidade, em fase de restrição de recursos humanos e financeiros.

Tal premissa, que enfatiza resultados e “produtos educacionais”, expressa uma concepção contábil de avaliação em detrimento da implementação de processos sistemáticos de avaliação formativa e emancipatória. Desse modo, a avaliação é reduzida ao que é mensurável, quantificável. Tal lógica, articulada ao processo de reforma e desmonte do Estado e das IES públicas, constituiu-se em uma das marcas da política educacional, nos últimos anos, de privatização da educação superior. O propalado objetivo de controlar a expansão e a qualidade da educação não se concretizou. Talvez por falta de vontade política, mas principalmente porque, do ponto de vista técnico, a metodologia de avaliação adotada não se presta a tal finalidade. Estabelecer **rankings** não é instrumento adequado ao desenvolvimento de política educacional voltada para efetiva melhoria do sistema e das instituições.

Em face deste breve resumo das insuficiências e inadequações da sistemática de avaliação ainda vigente, o Projeto de Lei que ora submetemos tem os seguintes objetivos e características.

Em primeiro lugar, cabe destacar a concepção de avaliação que o orienta. Trata-se de construir uma sistemática de avaliação comprometida com a melhoria do sistema de educação superior, como um compromisso do Estado e das instituições para com a sociedade, ao invés de apenas oferecer um **ranking** de instituições e dizer à sociedade para usá-lo da melhor forma.

A nova sistemática a ser implementada deve basear-se em princípios como o da globalidade do processo avaliativo, integrador das atividades de ensino, pesquisa e extensão; ser construída de forma participativa e negociada, no sistema de ensino e na sociedade; adotar concepção de avaliação formativa, educativa e democrática, substituindo a competição pela cooperação solidária; envolver permanente processo de auto-avaliação e de avaliação externa; basear-se em processos metodológicos, tecnicamente competentes e politicamente legítimos. Tudo isso com a finalidade

de elevação da qualidade das atividades precípua das instituições de ensino superior.

Em segundo lugar, trata-se de responsabilizar o Ministério da Educação não apenas pela realização da avaliação, mas, principalmente, responsabilizá-lo, e também as outras mantenedoras, pela qualidade da educação oferecida e pela pesquisa desenvolvida.

Por fim, ao revogar a obrigatoriedade da realização do Provão, tal como está definido hoje, este Projeto de Lei garante, ao Ministério de Educação, as condições necessárias para formular e implementar uma *nova metodologia de avaliação* baseada nos princípios acima enunciados, efetivamente adequada do ponto de vista técnico e politicamente comprometida com a melhoria da educação superior em nosso País. Uma política de avaliação que possibilite as instituições aprofundar o seu compromisso com o avanço do conhecimento, sintonizado com a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Assim, este Projeto de Lei visa corrigir o equívoco da legislação atual que impõe um tipo específico de prova, como se fosse avaliação. Ao mesmo tempo, busca balizar e oferecer pistas para um novo modelo de avaliação que seja construído, testado e aperfeiçoado não só pelo MEC, mas pela sociedade brasileira, em especial suas instituições e entidades educacionais.

Pelo exposto, e convicto da compreensão das senhoras e senhores parlamentares sobre a urgência de se criarem condições legais para a implementação de uma nova e mais efetiva política de avaliação da educação superior, em nosso País, espero contar com o inestimável apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2003. – Deputado **Ivan Valente**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o aten-

dimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2011

(Nº 1.685/2003, na Casa de origem, da Deputada Laura Carneiro)

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida a atividade de Guarda-Vidas como profissão.

Art. 2º Considera-se guarda-vidas o profissional apto a realizar práticas preventivas e de salvamento relativas à ocorrência de sinistros em ambientes aquáticos.

Art. 3º São condições para o exercício da atividade de Guarda-Vidas profissional:

- I – ser maior de 18 (dezoito) anos;
- II – gozar de plena saúde física e mental;
- III – possuir conclusão do curso de ensino fundamental, ou equivalente;
- IV – estar habilitado em curso de formação profissional específica, ministrado por escola técnica criada por iniciativa pública ou privada e oficialmente reconhecida.

Art. 4º O credenciamento com base na verificação das condições estabelecidas no art. 3º desta Lei será revalidado, a cada 2 (dois) anos, pelo órgão competente, responsável pela fiscalização da profissão.

Parágrafo único. O órgão a que se refere o **caput** deste artigo disporá sobre o prazo e demais condições para os guarda-vidas práticos adequarem sua situação profissional às exigências impostas nesta Lei.

Art. 5º As atribuições de Guarda-Vidas consistem em:

- I – praticar salvamento em ambientes aquáticos, nos casos de emergência;
- II – desenvolver trabalhos preventivos e de educação à comunidade com o fim de orientar sobre possíveis riscos de afogamentos e acidentes aquáticos;
- III – vistoriar o local de sua circunscrição profissional, notificando o administrador do respectivo estabelecimento para esclarecimentos e providências sobre irregularidades constatadas, incluindo eventuais descumprimentos às normas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, relativas à Segurança e Higiene de Piscinas;
- IV – comunicar à esfera do poder público competente sobre a ocorrência a que se refere o inciso III deste artigo, quando não sanada a irregularidade, para os fins cabíveis à espécie.

Art. 6º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de embarcações para transporte de passageiros, incluindo o de turismo, ou para práticas recreativas, a fim de garantir a necessária segurança a seus usuários.

Art. 7º A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento que possuir piscina ou qualquer parque aquático com acesso facultado ao público.

Parágrafo único. O contrato de prestação de serviços ou de emprego a que se refere o **caput** deste artigo preverá, obrigatoriamente, seguro de vida e de acidentes em favor do guarda-vidas, cuja apólice com-

preenderá indenizações por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais que vier a sofrer no interstício de sua jornada laboral, independentemente da duração da eventual internação, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessários.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.685, DE 2003

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão de Guarda-vidas;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecido em todo território nacional, o reconhecimento da profissão de Salva-vidas, níveis I e II:

Parágrafo único. Os níveis a que se refere este artigo são: nível I Salva-vidas qualificados para piscina de todas as modalidades; nível II Salva-vidas que além das piscinas e qualificados para praias, mares e outros.

Art. 2º A profissão de Guarda-vidas somente pode ser exercida por pessoa que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- I) ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- II) gozar de plena saúde física e mental;
- III) ter o 1º grau completo, pelo menos;
- IV) possuir curso técnico-profissional específico para formação de Guarda-vidas.

Parágrafo único. Os que já estejam exercendo a profissão de Guarda-vidas têm o prazo de 1 (um) ano, a partir da publicação desta lei, para atenderem as exigências deste artigo.

Art. 3º O curso técnico-profissional específico, de que trata o inciso IV do art. 1º desta lei, deve abranger os seguintes conteúdos teóricos e práticos, entre outros:

- I) condicionamento físico;
- II) técnicas de natação;
- III) técnicas de salvamento e recuperação de até 2 (duas) vítimas, simultaneamente;
- IV) condicionamento psicológico.

Art. 4º Nas embarcações utilizadas como transporte coletivo de passageiros, inclusive de turismo, pelo menos um dos tripulantes deve estar habilitado como Guarda-vidas.

Parágrafo único. O descumprimento das disposições deste artigo sujeita o infrator à multa, podendo, na reincidência, ser cumulada a pena de interdição temporária de suas atividades, por até 60 (sessenta) dias, inclusive, com apreensão da respectiva embarcação.

Art. 5º É obrigatória a presença de, pelo menos, um Guarda-vidas durante os horários de uso de piscinas coletivas, assim entendidas as utilizadas em clubes, condomínios, escolas, associações, hotéis e parques públicos e privados.

Parágrafo único. O descumprimento das disposições deste artigo sujeita o infrator à multa, podendo, na reincidência, ser cumulada a pena de interdição temporária das piscinas.

Art. 6º As empresas proprietárias ou os donos das embarcações de que trata o art. 3º, bem como os representantes legais das entidades elencadas no art. 4º, têm o prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta lei, para adequarem-se às presentes normas.

Art. 7º Fica responsável pela habilitação dos Salvavidas e pela fiscalização ao cumprimento desta Lei a Associação dos Guardiões de Piscina e Salvamento Aquático como também o Sindicato da Categoria.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A regulamentação de profissões deve estar, sempre, a serviço da sociedade e, nunca, ao dispor de interesses meramente corporativos.

A profissão de Guarda-vidas deve estar devidamente regulamentada, para que seja exercida somente pelos que tenham o devido preparo, já que está em jogo a vida das pessoas.

É inadmissível que embarcações que transportam seres humanos não disponham de, pelo menos, um Guarda-vidas, devidamente habilitado, entre os seus tripulantes. O mesmo se diga quanto à ausência desses profissionais em piscinas de uso coletivo, como as existentes em clubes, condomínios, escolas, parques etc.

Os que se proponham a ser Guarda-vidas devem ter um mínimo de preparo técnico e psicológico, razão pela qual, para o exercício de tal mister, estabelecemos a exigência de atendimento aos seguintes requisitos: que o candidato seja maior de 18 (dezoito) anos de idade; que goze de plena saúde física e mental; que tenha o 1º grau completo, pelo menos, e que obtenha aprovação em curso técnico-profissional específico para formação de Guarda-vidas.

Assim, gostaríamos de contar com o necessário voto de nossos ilustres Pares nesta Casa, para transformar em lei esta proposição, dela colocando em evidência seus fundamentos jurídicos e sociais.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2003. – Deputada **Laura Carneiro**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2011

(Nº 2.491/2007, na Casa de origem, do Deputado Ivan Valente)

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente:

I – em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte:

a) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título “Grade e Corpo Docente”;

b) a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação desta com a página específica prevista neste inciso;

c) caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta Lei;

d) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização;

II – em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I;

III – em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público;

IV – deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido, observando o seguinte:

a) caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral;

b) a publicação deve ser feita até 1 (um) mês antes do início das aulas;

c) caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações;

V – deve conter as seguintes informações:

a) a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior;

b) a lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias;

c) a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.491, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações aos estudantes pelas Instituições de Educação Superior, a cada início de período letivo;

O Congresso Nacional, decreta:

Art. 1 obrigatória a prestação das informações pelas Instituições de Educação Superior, relativos aos cursos por elas mantidos, na forma desta

Art. 2º As instituições de Ensino Superior do país, independente de sua natureza jurídica devem publicar a lista de seus cursos, das disciplinas componentes da grade curricular de cada curso, do seu corpo docente, da titulação do mesmo e do tempo de casa de cada docente.

Parágrafo único. A publicação deve ser feita de três formas, concomitantes:

I – Através de página específica na internet no interior do sítio eletrônico oficial da Instituição de Ensino Superior, obedecidos:

a) toda a publicação a que se refere esta lei deve ter como título: “Grade e Corpo Docente”.

b) a página principal da Instituição de Ensino Superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo, e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação

(link) desta, com a página específica descrita neste inciso.

c) caso a Instituição de Ensino Superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta lei.

d) a página específica deverá obrigatoriamente conter a data completa de sua última atualização.

II – Em toda propaganda eletrônica da Instituição de Ensino Superior, através de ligação (link) para a página referida no inciso I deste parágrafo.

III – Em local visível da Instituição de Ensino Superior (IES) a de fácil acesso ao público.

Art. 3º A publicação deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido.

§ 1º Caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada a publicação deve ser semestral,

§ 2º A publicação deve ser feita, obrigatoriamente, até um mês antes do início das aulas.

§ 3º Caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados da mesma sobre as alterações.

Art. 4º A publicação deve conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I – A lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de Ensino Superior;

II – A lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias;

III – A identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, detalhando ainda:

a) a(s) disciplina(s) que efetivamente ministrará naquele curso, ou cursos;

b) sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente;

c) o tempo de casa do docente, de forma total, contínuo ou intermitente;

Art. 5º O cumprimento da publicação determinada por esta lei fará parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, promovida pelo órgão federal responsável, e será parte da avaliação geral a que as Instituições de Ensino Superior estão submetidas.

Art. 6º A Instituição de Ensino Superior que não promover a devida publicação nos moldes definidos por esta lei, estará sujeita, além das sanções e penalidades instituídas na legislação geral que regula seu funcionamento, a inclusão de seu nome em lista

publicada pelo órgão federal responsável pela gestão do SINAES.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei pretende garantir o conhecimento, pelos estudantes, da grade horária do curso, dos docentes responsáveis pelas disciplinas, da titulação dos mesmos e tempo de casa, a cada início de período letivo.

A medida se justifica porque temos observado a existência de uma grande lacuna entre, as regras exigidas pelo Ministério da Educação – MEC, para o credenciamento, funcionamento e reconhecimento das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos e o que, de fato, ocorre nas universidades brasileiras, principalmente nas instituições privadas de educação de nível superior.

O MEC desenvolveu, a partir dos anos 90, uma dinâmica de exigências para o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e, parte desta regulamentação, passa pela imposição da contratação de profissionais docentes com titulação de mestre e doutores, num percentual mínimo de 25% no primeiro caso e 15% no segundo.

O princípio adjacente a esta exigência legal é o da manutenção de um corpo docente minimamente qualificado para o funcionamento das IES de maneira satisfatória e que tais percentuais representam um mínimo a ser observado, permitindo e desejando que as IES apliquem valores maiores em busca de excelência.

Entretanto, contrariamente aos princípios elaborados de excelência, boa parte das IES tem promovido um significativo e em alguns casos, constante, rodízio no corpo docente. Do nosso ponto de vista essa prática ocorre em prejuízo: I) da qualidade do ensino superior no país, II) dos docentes em particular e III) fundamentalmente dos estudantes em suas perspectivas educacionais e formação profissional;

O rodízio docente tem se mostrado um expediente de mercado “eficiente” no rebaixamento da massa salarial da categoria profissional, ao mesmo tempo altamente lucrativo para as IES particulares. Esta lógica edifica um círculo vicioso na concorrência entre IES, onde as que praticam o rodízio e a redução dos custos com corpo docente se posicionam em melhores condições na disputa de mercado, praticando mensalidades escolares mais atrativas, mas de forte impacto negativo na qualidade de ensino.

Como resultado deste mecanismo de mercado, a qualidade do ensino nas IES, especialmente as instituições privadas, vem sofrendo abalos significativos,

o que pode ser verificado pelas avaliações frequentes do MEC, sintetizadas em notas obtidas diante de critérios preestabelecidos e de avaliações de rendimento dos estudantes.

Além disso, notícias veiculadas pela imprensa nacional dão conta até de situações, em que docentes omitem propositalmente a sua qualificação para obter emprego, invertendo totalmente a inicial da vinculação entre titulação do corpo docente e a melhoria da qualidade de ensino.

O problema se agrava quando se observa que em muitas instituições ocorre a prática da exploração da titulação do docente, contratado para sustentar o processo de reconhecimento dos cursos, para logo em seguida demiti-los dentro desta lógica já mencionada de promoção de rodízio.

Em relação à propaganda, as IES privadas realizam grande divulgação da infraestrutura instalada como elemento de atração de sua clientela, mas todos sabem que o essencial no processo ensino – aprendizagem reside na relação entre professor e aluno.

Para os estudantes que ingressam numa IES particular ou se matriculam em séries seguintes, conhecer o corpo docente dos serviços que estão contratando é mais fundamental que conhecer suas instalações. E neste sentido, consideramos primordial que os estudantes tenham direito ao acesso ampliado às informações do curso em que estão se matriculando, especialmente sobre a grade de aulas e o corpo docente responsável por ela.

Propomos esse projeto de lei por considerar que o poder público deve agir no sentido de elevar ao Máximo a qualidade de ensino, coibir a ocorrência de medidas que precarizam a transmissão do saber, zelar para o bom andamento da atividade educacional, garantindo o princípio da gestão democrática, e por fim, agir no sentido de regular o funcionamento do segmento.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2007. – Deputado **Ivan Valente**, PSOL/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

.....
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2011

(Nº 2.954/1997, na Casa de origem, do
Deputado Enio Bacci)

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para efeito de cálculo do imposto de renda devido, as empresas poderão deduzir, como despesa operacional, na apuração do lucro real, os gastos por elas realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio e superior, bem como em outros cursos e atividades desenvolvidos de acordo com os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. Os gastos referidos neste artigo não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado beneficiado e não constituem base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários, e a eles não se aplica o princípio da habitualidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.954, DE 1997

Regulamenta o pagamento pelas empresas das mensalidades escolares de seus funcionários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regula o pagamento de mensalidades escolares efetuadas pelas empresas em nome de seus empregados.

Art. 2º Toda empresa que possuir empregados estudantes de segundo e terceiro graus poderá, a seu critério, pagar total ou parcialmente as mensalidades devidas aos estabelecimentos de ensino nos quais os seus empregados estejam regularmente matriculados.

Parágrafo único. Considera-se segundo grau, para os efeitos desta lei, somente os que forem de cursos profissionalizantes.

Art. 3º Não poderá a empresa adotar critérios de exceção ou privilégio, devendo pagar por todos seus empregados estudantes de segundo e terceiro graus, de forma equitativa, podendo serem adotados valores fixos por empregado ou um percentual do valor da mensalidade exigida pelo estabelecimento de ensino.

Art. 4º Os valores deverão ser pagos diretamente aos estabelecimentos de ensino em que o empregado estiver regularmente matriculado, exigindo-se dos estabelecimentos de ensino a emissão de recibo em nome da empresa e identificando no mesmo o nome do aluno a que se referir o pagamento.

Art. 5º Os pagamentos de mensalidades de que trata o art. 2º não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer dos empregados beneficiados, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando o princípio da habitualidade.

Art. 6º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional os pagamentos de mensalidades escolares de segundo e terceiro graus efetuados em nome de seus empregados, nos termos desta lei, dentro do próprio exercício em que foram pagas.

Art. 7º Além da dedução de que trata o art. 6º a empresa poderá, no exercício em que efetuar os pagamentos, deduzir até dois por cento do Imposto de Renda devido, a título de incentivo fiscal.

Parágrafo único. O valor a ser deduzido na forma do art. 7º será calculado aplicando-se o percentual do Imposto de Renda a que a empresa estiver sujeita sobre o valor dos desembolsos efetuados nos termos desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificação

O Estado brasileiro está falido. Mais da metade das crianças que iniciam a 1ª série não conclui o ciclo básico e outros milhares de jovens não possuem recursos para ingressarem numa faculdade.

A própria Constituição Federal diz que a educação é direito de todo o cidadão e dever do Estado. Se a União não tem recursos para importante empreendimento, muitas empresas têm.

Com a regulamentação deste projeto, empresas deixarão de ser multadas e custearão estudos de 1º, 2º e 3º graus, objetivando melhor qualificação profissional e um grande desenvolvimento no setor educacional.

Sala das Sessões, – **Enio Bacci**, Deputado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional.**

.....
Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais;

abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741 de 2008)

.....

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2011

(Nº 3.244/2000, na Casa de origem, do
Deputado Osmar Serraglio)

**Dá nova redação ao inciso VIII e ao §
7º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de se-
tembro de 1997, que estabelece normas
para as eleições.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII e o § 7º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73

.....
VIII – fazer, na circunscrição do pleito, a partir do 6º (sexto) mês que o antecede, até a posse dos eleitos, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a perda da recomposição do seu poder aquisitivo nos 12 (doze) meses anteriores.

.....
§ 7º As condutas enumeradas nos incisos do **caput** deste artigo caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa a que se refere o inciso I do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se ao processo e às cominações previstas naquele diploma legal.

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.244, DE 2000

**Dá nova redação ao inciso VIII e ao §
7º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de se-
tembro de 1997, que “estabelece normas
para as eleições”;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII e o § 7º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73.

VIII – fazer, na circunscrição do pleito, a partir do sexto mês que o antecede, até a posse dos eleitos, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a perda da recomposição da perda do seu poder aquisitivo nos doze meses anteriores. (NR)

§ 7º As condutas enumeradas nos incisos do **caput** caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se ao processo e às cominações previstas naquele diploma legal”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Objetiva o projeto de lei, que ora apresentamos consideração dos nossos Pares aperfeiçoar a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, (“Lei das Eleições”), propondo nova redação ao inciso VIII e ao § 7º do seu art. 73.

Com efeito, a atual redação do inciso VIII do art. 73 da Lei nº 9.504/97 é tortuosa e de difícil interpretação. Ali se proíbe a “revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos”.

A remissão ao art. 7º é inteiramente equivocada, uma vez que esse dispositivo não se refere a qualquer prazo. Se aplicado o prazo previsto no § 1º do art. 7º, (que parece corresponder à intenção do legislador), a vedação se iniciará no começo de abril do ano da eleição (cento e oitenta dias antes do pleito).

Resta, assim, evidente, a inadequação do dispositivo, pois não se pode conceber revisão geral considerando-se apenas os últimos três meses para efeito de apuração do índice a ser aplicado.

Desse modo, o que se deseja é que se explicita que a vedação da revisão geral da remuneração dos servidores incide nos seis meses que antecedem a eleição, até a posse dos eleitos, e que o índice admissível corresponda às perdas dos doze últimos meses.

Impende, ainda, alterar o § 7º do mesmo artigo, em virtude de apresentar redação defeituosa e incompleta.

Neste sentido, propõe-se, na redação alvitada, que as condutas enumeradas nos incisos do **caput** do artigo, além de caracterizar atos de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429, de 1992, sujeitam-se ao processo e às cominações ali previstas.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares no Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei, na certeza de que se está contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2000. – Deputado **Osmar Serraglio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e das outras providências.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 73. São proibidas aos agentes público, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I – ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

II – usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III – ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;

IV – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V – nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, **ex officio**, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

e) a transferência ou remoção **ex officio** de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

VI – nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a

critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII – realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

VIII – fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

§ 2º A vedação do inciso I do **caput** não se aplica ao uso, em campanha, de transporte oficial pelo Presidente da República, obedecido o disposto no art. 76, nem ao uso, em campanha, pelos candidatos a reeleição de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público.

§ 3º As vedações do inciso VI do **caput**, alíneas b e c, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.

§ 5º No caso de descumprimento do inciso VI do **caput**, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o agente público responsável, caso seja candidato, ficará sujeito à cassação do registro.

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos I, II, III, IV e VI do **caput**, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 9.840, de 28-9-2009)

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do **caput** e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente pú-

blico ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, 2009)

§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência.

§ 7º As condutas enumeradas no **caput** caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitando-se às disposições daquele diploma legal, em especial às coligações do art. 12, inciso III.

§ 8º Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.

§ 9º Na distribuição dos recursos do Fundo Partidário (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) oriundos da aplicação do disposto no § 4º, deverão ser excluídos os partidos beneficiados pelos atos que originaram as multas.

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida. (Incluído pela Lei nº 12.034, 2009)

§ 12. A representação contra a não observância do disposto neste artigo observará o rito do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e poderá ser ajuizada até a data da diplomação. (Incluído pela Lei nº 12.034, 2009)

§ 13. O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no **Diário Oficial**. (Incluído pela Lei nº 12.034, 2009)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2011

(Nº 4.314/2008, na Casa de origem, do
Deputado Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco,

localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei indica a designação do edifício-sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Art. 2º O edifício da administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco do **campus** Petrolina Centro, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, passa a se denominar Edifício Mansueto de Lavor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.314-B, DE 2008

Dispõe sobre a denominação do prédio da Administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina/PE.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Esta lei indica a designação do Edifício-sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Art. 2º O edifício da Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco, do **Campus** Petrolina Centro, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, passa a denominar-se Edifício Mansueto de Lavor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O governador Miguel Arraes manifestou seu pesar pela morte do ex-senador Mansueto de Lavor, em agosto de 1998, com palavras que expressam muito bem a realidade de sua vida de labor em prol de Pernambuco: “Lamento profundamente a perda de Mansueto de Lavor pelo que ele fez, a partir de Petrolina, pelo nosso Estado”.

Mansueto de Lavor, formado em Teologia pelo Seminário Central da Bahia, e em Filosofia, Direito e Sociologia, foi deputado estadual, deputado federal e senador constituinte.

Foi sacerdote Católico na Diocese de Petrolina de 1961 a 1982, onde aprendeu a amar o povo pernambucano e em favor de quem se tornou um dos maiores batalhadores. Foi coordenador de movimentos de educação de base, professor colegial e de faculdade, assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco, fundador de rádio e de jornal, entre muitas outras atividades que exerceu, sempre tendo a preocupação pelo bem-estar do povo pernambucano e nordestino.

Mansueto de Lavor foi o primeiro opositor na Assembleia Legislativa do Pernambuco. Visionário que era, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ao longo das votações, foi a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, do mandato de segurança coletivo, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais.

Também defendeu a proibição do comércio de sangue, a limitação de encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade improdutiva e da estabilidade no emprego.

Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, a pluralidade sindical, o presidencialismo e o mandato de cinco anos para Sarney, tema polêmico da época. Foi um dos autores da emenda que possibilitou a anistia da correção monetária das dívidas dos micros, pequenos e médios empresários.

A história de um homem como esse não pode ficar esquecida. E por essa e por outras razões que sugerimos, pelo presente Projeto de Lei, a denominação do edifício-sede da Universidade Federal Vale do São Francisco com o nome desse ilustre filho do Nordeste brasileiro. Esta é uma maneira de reconhecer seu trabalho e a coragem e o vigor com que esse guerreiro de tantas causas e de tantas batalhas decidiu passar sua vida, lutando em prol da fé cristã e da justiça entre os homens.

Ainda acreditamos em seus sonhos e a aprovação dessa proposição será uma maneira de mantermos na lembrança das gerações atuais e futuras o grande papel que Mansueto de Lavor teve na construção de uma sociedade melhor.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2008. – Deputado **Gonzaga Patriota**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2011

(Nº 4.479/2004, na Casa de origem, do

Deputado Enio Bacci)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedo, à criança ou ao adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81.

I – armas, munições, explosivos ou similares, inclusive os simulacros ou réplicas de brinquedo que com aqueles possam se parecer;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.479, DE 2004

Proíbe a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedos, às crianças, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera inciso I do artigo 81 da Lei nº 8.069, de 13-7-1990.

Art. 81. É proibida a venda à criança ou adolescente de:

I – armas, munições e explosivos e similares, mesmo que de brinquedo e potencialmente inofensivos;

II –

III –

IV –

V –

VI –

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei pretende proibir a venda para crianças de armas, munição, explosivos ou similares, mesmo aquelas que sejam apenas cópias de brinquedo simulando os verdadeiros. Em tese inofensivos, mas que podem aguçar a curiosidade por armas verdadeiras, trazendo malefícios à formação do menor.

Sala das Sessões, 18 de novembro 2004. – Deputado Federal, **Enio Bacci**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I – armas, munições e explosivos;

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2011

(Nº 4.502/2004, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida)

Acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar como ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“Art. 10.

.....
XVI – permitir, facilitar ou concorrer para a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.502, DE 2004

Acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar como ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 10.

.....
XIV – permitir, facilitar ou concorrer para a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os meios de comunicação têm exibido, nos últimos meses, reiteradas denúncias de desvios praticados em programas sociais mantidos pelo governo federal mediante cooperação com os Municípios. Nos casos que foram objeto de denúncia constata-se que, ao invés de serem cumpridos os requisitos legais, dentre os quais o de baixa renda familiar, a qualificação das pessoas habilitadas a receber os pagamentos, produtos ou serviços distribuídos por esses programas foi pautada por critérios evidentemente políticos, em favor de auxiliares ou aliados de detentores do poder local. Como resultado dessa prática, benefícios foram concedidos a quem deles não precisava, levando ao esgotamento dos recursos sem que houvesse proveito para as famílias efetivamente carentes, as quais os programas sociais são formalmente destinados.

Tais desvios de finalidade, apesar de praticados localmente, chegam a afetar a credibilidade dos programas sociais como um todo. Há que se considerar, porém, que a participação das prefeituras municipais em programas dessa natureza é praticamente inevitável. A dimensão territorial do Brasil torna impossível ao governo federal gerenciar diretamente a distribuição dos benefícios a famílias espalhadas por milhares de Municípios. O fracasso de experiências passadas de ação centralizada indica que o caminho a trilhar é o de preservar a descentralização, buscando porém aperfeiçoar os instrumentos gerenciais e legais que possam assegurar o correto emprego dos recursos públicos.

Em face dessa realidade, tomo a iniciativa de apresentar projeto de lei com o intuito de impor sanções aos administradores municipais que venham a praticar ou propiciar desvios na execução desses programas, ao distribuir seus benefícios a pessoas que não se enquadram nas exigências legais para auferi-los. Para tanto, proponho seja acrescido inciso ao art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “*dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*”, caracterizando como ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios previstos em programas sociais em desacordo com os critérios exigidos por lei. Com isso, os agentes públicos que venham a propiciar a concessão de benefícios a pessoas indevidamente qualificadas para recebê-los passarão a estar sujeitos ao integral ressarcimento do dano, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por prazo de cinco a oito anos, dentre outras sanções estabelecidas pelo art. 12, II, da referida Lei nº 8.429, de 1992.

Confio, portanto, no indispensável apoio dos nobres Pares para que o projeto que ora apresento possa converter-se em norma legal capaz de coibir os lamentáveis desvios de finalidade que tanto tem prejudicado os indispensáveis programas sociais empreendidos pelo governo federal.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2004. – Deputada **Perpétua Almeida**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....
SEÇÃO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

III – doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistenciais, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

IV – permitir ou facilitar a alienação permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

V – permitir ou facilitar a aquisição permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

VIII – frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX – ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X – agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI – liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII – permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

XIII – permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou a disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

XIV – celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

SEÇÃO III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV – negar publicidade aos atos oficiais;

V – frustrar a litude de concurso;

VI – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2011

(Nº 5.323/2009, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra)

Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 819.

§ 2º As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucumbente, salvo se beneficiária de justiça gratuita.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.323, DE 2009

Altera o art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar a atividade do intérprete de testemunha perante a Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 819, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 819.

§ 2º O intérprete convocado pelo Juiz presta serviço obrigatório e gratuito, de extrema relevância para o funcionamento e administração da Justiça.

§ 3º O comparecimento do intérprete em Juízo devidamente atestado pela Secretaria da Vara do Trabalho é considerado como hipótese de falta justificada ao serviço.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A intermediação de intérpretes para a colheita de depoimento das partes e testemunhas perante a Justiça é algo essencial. Pessoas que não sabem falar a língua nacional e portadores de deficiência física que demande o uso de tais serviços necessitam ser entendidos para a boa administração da Justiça.

A sistemática vigente impõe o ônus de tal atividade essencial ao interessado no depoimento. A solução que parece lógica é na verdade simplista e dificulta o acesso à justiça, aumenta o nível de beligerância social.

Nossa proposta é a de reconhecer a atividade como de interesse nacional e dar tratamento similar aos intérpretes com aquele que é dado nos casos de pessoa obrigada a comparecer perante o serviço militar obrigatório ou ao serviço eleitoral por convocação.

Como a convocação pressupõe o comparecimento, nada mais justo do que não onerar em demasia o convocado com o serviço à Justiça e as consequências do não comparecimento ao trabalho. Por isso entendemos que esta convocação é hipótese de falta justificada.

Com esse espírito e por estas razões, temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres Deputados e para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2009. – Deputado **Carlos Bezerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 819. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 2º Em ambos os casos de que este artigo trata, as despesas correrão por conta da parte a que interessar o depoimento.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2011

(Nº 6.049/2005, na Casa de origem,
do Deputado Alex Canziani)

**Dispõe sobre a regulamentação do
exercício da profissão de cozinheiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se cozinheiro, para efeitos desta Lei, aquele que manipula e prepara alimentos, observando os processos de cocção, os padrões de qualidade, os métodos de conservação e as boas práticas de manipulação dos alimentos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, quiosques, hospitais, escolas, indústrias, residências e similares.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de cozinheiro os portadores de comprovantes de habilitação em cursos ministrados por instituições oficiais ou privadas, nacionais ou estrangeiras ou aqueles que, na data de promulgação desta Lei, estejam exercendo efetivamente a profissão há, pelo menos, 3 (três) anos.

Art. 3º São atividades específicas do cozinheiro:

I – realizar os procedimentos de abertura e fechamento da área de trabalho:

a) organizando os utensílios de trabalho; e

b) preparando a **mise en place**;

II – manter higiene pessoal ao manusear alimentos e bebidas:

a) mantendo o corpo, as roupas e os calçados limpos e preparados para o trabalho, antes e durante o manuseio dos alimentos e bebidas;

b) higienizando as mãos, as unhas e os antebraços antes de realizar suas atividades;

c) respeitando as regras com relação ao afastamento do profissional de atividades de manipulação de alimentos, em caso de ferimentos e outras afecções na pele que propiciem contaminação; e

d) identificando e desenvolvendo hábitos no trabalho que previnam a contaminação dos alimentos;

III – utilizar adequadamente todos os equipamentos e utensílios básicos de cozinha;

IV – conhecer os procedimentos para ligar, desligar e limpar os equipamentos de cozinha;

V – medir, registrar e ajustar a temperatura no armazenamento e processamento de forma a promover a inocuidade dos alimentos:

a) utilizando termômetro e registrador de temperatura;

b) conhecendo os limites críticos para temperatura e tempo de armazenamento, processamento e serviço de acordo com as boas práticas e a legislação pertinente;

c) medindo e registrando o tempo e a temperatura e, se necessário, aplicando e documentando as ações corretivas para atender as boas práticas; e

d) aplicando as técnicas de manutenção dos alimentos quentes ou frios até o consumo;

VI – identificar os gêneros alimentícios de acordo com a sua classificação: frutas, legumes, verduras, tubérculos, cereais, ovos, laticínios, aves, peixes, crustáceos, carnes, farináceos, grãos, ervas, condimentos, massas, conservas, entre outros;

VII – conhecer os ingredientes e os insumos básicos da cozinha e as alternativas de substituição;

VIII – pré-preparar os alimentos:

a) limpando e marinando carnes, aves, pescados e vegetais;

b) porcionando alimentos;

c) preparando molhos;

d) pré-cozinhando alimentos; e

e) utilizando as técnicas adequadas de refrigeração, congelamento, descongelamento e dessalgue para garantir a segurança dos alimentos;

IX – preparar os alimentos:

a) aplicando os processos de cocção com a utilização dos produtos alimentícios específicos das receitas;

b) empregando as técnicas de combinação de alimentos de acordo com cor, textura, aroma, paladar e aspecto visual;

c) preparando os pratos, com a observação dos critérios de: higienização dos gêneros alimentícios, corte, gramaturas e métodos de cocção;

d) empregando de forma adequada as técnicas de manipulação e processamento dos alimentos;

X – prevenir a contaminação dos alimentos:

a) mantendo a área de trabalho, os equipamentos e os utensílios em condições higiênico-sanitárias conforme as boas práticas, a legislação pertinente e as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos produtos para higienização dos equipamentos e dos utensílios;

b) limpando e sanitizando a área de trabalho, os equipamentos e os utensílios;

c) higienizando os alimentos de acordo com a legislação, as boas práticas e as instruções específicas de rotulagem;

d) manuseando alimentos, com a observação das condições apropriadas, inclusive quanto ao uso de luvas, tábuas de corte e outros utensílios;

e) preparando os alimentos com utensílios adequados e em superfícies higienizadas;

f) identificando a ocorrência de vetores e pragas e aplicando procedimentos operacionais para prevenir a infestação de acordo com a legislação e as boas práticas;

XI – pôr em prática as técnicas adequadas de utilização de sobras na cozinha;

XII – tratar o lixo:

a) mantendo os recipientes de lixo devidamente limpos, forrados e tampados;

b) removendo o lixo para áreas apropriadas;

c) armazenando-o em recipientes cobertos;

d) classificando e separando o lixo orgânico do inorgânico;

XIII – atender e resolver adequadamente os problemas e reclamações de clientes, tendo em conta a necessidade de assegurar um bom clima relacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após a instituição do órgão fiscalizador da profissão de cozinheiro.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.049, DE 2005

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Cozinheiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se cozinheiro, para efeitos desta Lei, aquele que manipula e prepara alimentos, observando os processos de cocção, os padrões de qualidade, os métodos de conservação e as boas práticas de manipulação dos alimentos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, quiosques, hospitais, escolas, indústrias, residências e similares.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de cozinheiro os portadores de comprovantes de habilitação em cursos ministrados por instituições oficiais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ou aqueles, que à data de promulgação desta Lei, estejam exercendo efetivamente a profissão há, pelo menos, três anos.

Art. 3º São atividades específicas do cozinheiro:

I – Realizar os procedimentos de abertura e fechamento da área de trabalho:

a) Organizar os utensílios de trabalho; e

b) Preparar a **mise-en-place**.

II – Manter higiene pessoal ao manusear alimentos e bebidas:

a) Manter o corpo, as roupas e os calçados limpos e preparados para o trabalho, antes e durante o manuseio dos alimentos e bebidas;

b) Higienizar as mãos, as unhas e os antebraços antes de realizar suas atividades;

c) Respeitar as regras com relação ao afastamento do profissional de atividades de manipulação de alimentos, em caso de ferimentos e outras afecções na pele que propiciem contaminação; e

d) Identificar e desenvolver hábitos no trabalho que previnam a contaminação dos alimentos.

III – Utilizar adequadamente todos os equipamentos e utensílios básicos de cozinha:

a) Conhecer os procedimentos para ligar, desligar e limpar os equipamentos de cozinha.

IV – Medir, registrar e ajustar a temperatura no armazenamento e processamento de forma a promover a inocuidade dos alimentos:

a) Utilizar termômetro e registrador de temperatura;

b) Conhecer os limites críticos para temperatura e tempo de armazenamento, processamento e serviço de acordo com as boas práticas e a legislação pertinente;

c) Medir e registrar o tempo e a temperatura e, se necessário, aplicar e documentar as ações corretivas para atender as boas práticas; e

d) Aplicar as técnicas de manutenção dos alimentos até o consumo (quentes ou frios).

V – Identificar os gêneros alimentícios de acordo com a sua classificação: frutas, legumes, verduras, tubérculos, cereais, ovos, laticínios, aves, peixes, crustáceos, carnes, farináceos, grãos, ervas, condimentos, massas, conservas, entre outros.

VI – Conhecer os ingredientes e insumos básicos da cozinha e as alternativas de substituição.

VII – Pré-preparar os alimentos:

a) Limpar e marinar carnes, aves, pescados e vegetais;

b) Porcionar alimentos;

c) Preparar molhos;

d) Pré-cozinhar alimentos; e

e) Utilizar as técnicas adequadas de refrigeração, congelamento, descongelamento

e dessalgue para garantir a segurança dos alimentos.

VIII – Preparar os alimentos:

a) Aplicar os processos de cocção utilizando os produtos alimentícios específicos das receitas;

b) Empregar as técnicas de combinação de alimentos de acordo com cor, textura, aroma, paladar e aspecto visual;

c) Preparar os pratos, observando os critérios de: higienização dos gêneros alimentícios, corte, gramaturas e métodos de cocção;

d) Empregar de forma adequada as técnicas de manipulação e processamento dos alimentos.

IX – Prevenir a contaminação dos alimentos:

a) Manter a área de trabalho, os equipamentos e os utensílios em condições higiênico-sanitárias conforme as boas práticas, a legislação pertinente e as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos produtos para higienização dos equipamentos e utensílios;

b) Limpar e sanitizar a área de trabalho, os equipamentos e utensílios;

c) Higienizar os alimentos de acordo com a legislação, as boas práticas e as instruções específicas de rotulagem;

d) Manusear alimentos, observando condições apropriadas, inclusive quanto ao uso de luvas, tábuas de corte e outros utensílios;

e) Preparar os alimentos com utensílios adequados e em superfícies higienizadas;

f) Identificar a ocorrência de vetores e pragas, e aplicar procedimentos operacionais para prevenir a infestação de acordo com a legislação e as boas práticas.

X – Pôr em prática as técnicas adequadas de utilização de sobras na cozinha.

XI – Lixo:

a) Manter os recipientes de lixo devidamente limpos, forrados e tampados;

b) Remover o lixo para áreas apropriadas;

c) Armazenar em recipientes cobertos;

d) Classificar e separar o lixo orgânico do inorgânico.

XII – Atender e resolver adequadamente os problemas e reclamações de clientes, tendo em conta a necessidade de assegurar um bom clima relacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A atividade de preparar refeições é tão antiga quanto à existência do próprio homem. Porém, para além do ambiente doméstico, a profissão de cozinheiro tornou muito diversificada e complexa. Hoje, esta atividade é vital para um grande número de empreendimentos, especialmente os setores de turismo e restaurantes. O fornecimento comercial de refeições depende da figura do cozinheiro, e de sua atuação não só o sucesso do empreendimento, como também a saúde e a satisfação dos milhares de consumidores que todos os dias, por trabalho ou lazer, alimentam-se em estabelecimentos comerciais.

Desse modo, a necessidade de regulamentar o exercício dessa importante profissão tem muitos propósitos:

a) garantir, por meio de um maior controle sobre a formação e conduta dos cozinheiros, que os consumidores não correrão riscos sanitários;

b) contribuir para o aperfeiçoamento profissional do cozinheiro de toda a cadeia de empreendimentos produtivos ligados ao ramo de alimentação, que hoje responde por milhares de empregos e necessita tornar-se competitivo de acordo com os padrões de qualidade internacionais para continuar a atrair investimentos para o setor.

c) Valorizar a profissão e o profissional, estimulando o ingresso de novos talentos para a cozinha.

Sendo, pois, inegável a importância da aprovação dessa matéria, pedimos, aos nossos pares, o necessário apoio para a aprovação do Projeto.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2005. – Deputado **Alexis Canziani**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2011

(Nº 7.388/2006, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida)

Institui o Dia Nacional do Artesão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 19 de março como o Dia Nacional do Artesão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.388, DE 2006**Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Artesão e cria o Dia Nacional do Artesão;**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da atividade artesanal, a atividade econômica de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou étnico ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e confecção tradicionais de bens alimentares.

Art. 2º São requisitos da atividade:

a) Fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um fator predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno, sem prejuízo da abertura à inovação.

b) Predominância da intervenção pessoal é avaliada em relação às fases do processo produtivo em que se influencie ou determine a qualidade e natureza do produto ou serviço final, em obediência aos requisitos referidos no item anterior.

Art. 3º A atividade artesanal deverá ser classificada de acordo com os conceitos desta Lei pelo Ministério da Cultura que publicará o Manual de Classificação de Atividades artesanais.

Art. 4º Para efeitos do presente diploma entende-se por artesão o trabalhador que exerce uma atividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes, ao qual se exige um apurado sentido estético e perícia manual.

Art. 5º O artesão, para exercer a atividade profissional, deverá requerer registro nas Delegacias Regionais do Trabalho, que emitirá, gratuitamente, o "Registro Profissional do Artesão", desde que cumpram os seguintes requisitos:

a) A atividade desenvolvida pelo interessado deverá constar do Manual de classificação de atividades artesanais a ser elaborado pelo Ministério da Cultura.

b) o artesão deve demonstrar que exerce a sua atividade, a título profissional, com habitualidade, mesmo que secundária.

Parágrafo único. Excepcionalmente, e mediante fundamentação adequada, poderá ser concedido o registro profissional a quem, embora não cumprindo o requisito previsto na alínea **b**, seja detentor de sa-

beres que, do ponto de vista das artes e ofícios, se considerem de grande relevância.

Art. 7º O registro profissional de artesão deverá ser validado a cada 3 anos nos termos do regulamento.

Art. 8º Em cada municipalidade deverá ser garantida aos artesãos, espaço público adequado com o objetivo de permitir a exposição, com exclusividade, dos produtos artesanais.

Art. 9º Para efeitos da presente lei, a unidade produtiva artesanal é toda e qualquer unidade econômica, legalmente constituída e devidamente registrada, organizada sob as formas de empresa em nome individual, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial que desenvolva uma atividade artesanal.

Art. 10. As unidades produtivas artesanais serão registradas com esta denominação jurídica, de forma simplificada e gratuitamente, nas Juntas Comerciais, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo seguinte.

Parágrafo único. A validade do registro de unidade produtiva artesanal será por períodos que variam entre dois e cinco anos, nos termos do regulamento.

Art. 11. As unidades produtivas artesanais deverão cumprir as seguintes condições, cumulativamente:

a) Ter como responsável pela produção um artesão registrado na Delegacia Regional do Trabalho, que a dirija e dela participe;

b) Ter, no máximo nove artesãos, excluindo os aprendizes, que, em cooperação e em solidariedade, desenvolvam atividades artesanais.

Parágrafo único. Excepcionalmente, tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida, e mediante uma análise casuística fundamentada, poderão ser consideradas unidades produtivas artesanais as empresas que, embora excedendo o número de trabalhadores fixado na alínea **b**, salvaguardem os princípios que caracterizam os processos produtivos artesanais e que não haja subordinação jurídica.

Art. 12. O registro de unidade produtiva artesanal e do artesão é condição necessária para o acesso a quaisquer apoios e benefícios que o Estado atribua ao artesanato.

Art. 13. É instituído o dia 19 de março como o "Dia Nacional do Artesão".

Art. 14. No prazo de 180 dias a contar da publicação do presente diploma serão aprovadas as normas regulamentares necessárias à execução das disposições contidas no mesmo.

Justificação

Propomos que o dia 19 de março seja oficialmente considerado a data das comemorações do dia do artesão. A data homenageia um dos artesãos e santos mais conhecidos entre os cristãos, São José.

A grande devoção dos cristãos para com São José está fundamentada nas Sagradas Escrituras e Sagrada Tradição, portanto é com realismo que São José é reconhecido e invocado como modelo de pai, operário, protetor da Sagrada Família e da grande Família de Deus que é a Igreja.

São José não é somente invocado como um homem divino foi também um dos carpinteiros mais conhecidos da cidade de Nazaré. Por isso, em homenagem ao Pai de Cristo, é que atualmente os artesãos de todo o Brasil já realizam as comemorações na data que agora buscamos oficializar.

Não nos contentamos, somente, em propor uma data comemorativa para os artesãos brasileiros. Oferecemos também uma proposta legislativa que reconheça a profunda contribuição que estes trabalhadores dão à cultura do nosso país. O artesanato brasileiro é rico e diversificado, de norte a sul do país podemos verificar a genialidade e a beleza que surge das mãos desses profissionais.

Por isso, é chegado à hora de reconhecer esta atividade como uma profissão, dando dignidade a estes homens e mulheres que tanta beleza colocam na nossa vida. É difícil encontrar uma casa, mesmo as mais humildes, que não possua um ornamento elaborado por um artesão.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares desta casa de leis que analisem com carinho esta humilde proposta legislativa que melhorará, com certeza, a vida de milhões de brasileiros.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Deputada **Perpétua Almeida**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2011

(Nº 7.500/2006, na Casa de origem, da Deputada Professora Raquel Teixeira)

Acrescenta o art. 86-A a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 86-A:

“Art. 86-A. Será assegurada a educandos e educadores da educação básica a assistência psicológica, provida por profissional habilitado.

Parágrafo único. Para a implementação do disposto no **caput**, serão consideradas, especialmente, as relações referentes ao número de alunos por psicólogo e ao número de estabelecimentos de ensino por psicólogo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.500, DE 2006

Acrescenta o art. 86-A a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 86-A. Será assegurada a educandos e educadores da educação básica a assistência psicológica, provida por profissional devidamente habilitado.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino regulamentarão as condições de implementação do disposto no art. 1º, especialmente no que diz respeito às relações referentes ao número de alunos por psicólogo e ao número de estabelecimentos de ensino por psicólogo, nas respectivas redes de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino terão o prazo de cinco anos para implementar o disposto no art. 1º desta Lei, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ação pedagógica, o ato de educar, voltado para o pleno desenvolvimento do educando, envolve obviamente inúmeras dimensões afetas ao campo da psicologia.

A complexidade do ser humano reflete-se integralmente nos êxitos e fracassos observados no processo da educação escolar. A presença da assistência psicológica, portanto, é indispensável para promover a melhor compreensão desse processo e facilitar as condições para seu desenvolvimento. Como também para dar suporte para o enfrentamento das inevitáveis dificuldades que se apresentam nesta caminhada, tanto

as oriundas do próprio espaço escolar e das relações que aí se estabelecem, como as aquelas originárias do ambiente familiar e do contexto de vida.

Quantas limitações dos estudantes, em sua trajetória escolar, não derivam de fatores que podem ser adequadamente identificados e trabalhados por profissionais da psicologia?

Quanto problemas ligados ao exercício do trabalho pedagógico, que se traduzem em conflitos, absenteísmo e desmotivação, não podem ser devidamente encaminhados ou mesmo resolvidos por meio da ação facilitadora e preparada dos profissionais da psicologia?

Tudo isto se relaciona à qualidade da educação que se resume no adequado atendimento às necessidades do educando, em todas as suas dimensões, para o que é indispensável à valorização dos profissionais educadores, também em todas as suas dimensões.

Estas são as razões que levam à apresentação deste projeto de lei, cuja relevância há de assegurar o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Deputada **Professora Raquel Teixeira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integram-se, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

.....
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2011

(Nº 19/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa, do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA GABONESA

O Governo da República Federativa do Brasil

O Governo da República Gabonesa Doravante denominados “Partes”,

Tendo em vista o estágio avançado de entendimento entre os dois países; e

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

1. Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de uma das Partes, lotado no território da outra Parte como membro de Missão diplomática, de Repartição consular ou de Missão permanente perante Organização Internacional, sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

2. Para fins do presente Acordo, pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico significa qualquer empregado de uma das Partes, com exceção do pessoal de apoio, designado para exercer missão oficial em Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a Organismo Internacional.

3. Para fins do presente Acordo, são considerados dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro permanente;
- b) filhos solteiros menores de 21 anos;

c) filhos solteiros menores de 25 anos, que estejam estudando em universidade ou instituição de ensino superior reconhecido por cada Parte; e

d) filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

Artigo 2º

Qualquer dependente que deseje exercer atividade remunerada deverá solicitar, por escrito, via canais diplomáticos, autorização do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O pedido deverá incluir informação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada pretendida. Após verificar se a pessoa em questão se enquadra nas categorias definidas no presente Acordo e após observar os dispositivos internos aplicáveis. O Cerimonial informará a Embaixada da outra Parte, por escrito e com a brevidade possível, que o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. De modo semelhante, a Embaixada deverá informar o Cerimonial respectivo a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

Artigo 3º

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

a) fica acordado que tal dependente não Gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e

b) fica acordado que o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

Artigo 4º

1. A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. Contudo, o término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961, sem exceder três meses.

2. Qualquer contrato empregatício de que seja parte o dependente conterá cláusula dando conta de que o contrato cessará quando do término da autorização para o exercício da atividade remunerada.

Artigo 5º

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território da Parte acreditada, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

Artigo 6º

Nada no presente Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

Artigo 7º

O presente Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que regulamentam essas questões no território da Parte acreditada. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências a que deve atender um nacional da Parte acreditada, candidato ao mesmo emprego.

Artigo 8º

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento no território da Parte acreditada de todos os impostos relativos à renda nele auferida em decorrência do desempenho dessa atividade, com fonte no país acreditado e de acordo com as leis tributárias desse país.

2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos do presente Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

Artigo 9º

1. Qualquer controvérsia que surja da interpretação ou execução do presente Acordo será dirimida entre as Partes por via diplomática.

2. O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas diplomáticas. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 10.

Artigo 10

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de recebimento da segunda notificação, pelas Partes, do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos.

Artigo 11

O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado, e poderá ser denunciado caso qualquer uma das partes notifique à outra, por escrito, via canais diplomáticos, da decisão de denunciar este Acordo. Neste caso, este Acordo deixará de ter efeito 90 (noventa) dias após a data de tal notificação.

Em fé do quê, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Libreville, em 18 de janeiro de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, todos os textos sendo igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
GABONESA

Embaixador do Brasil No Gabão

Carlos Alberto Ferreira Guimarães

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da
Cooperação Internacional e da Francofonia

Paul TOUNGUI

MENSAGEM Nº 485, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 139 MRE – DAI/CGPI/DAF I/FEPA/PAIN-BRAS-GABA

Brasília, 30 de março de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010, pelo Embaixador do Brasil no Gabão, Carlos Alberto Ferreira Guimarães, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e da Francofonia, Paul TOUNGUI.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de quarenta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

(À Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2011**

(Nº 20/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO BURUNDI**

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República do Burundi (doravante denominados “Partes Contratantes”),

Desejosos de desenvolver e fortalecer os laços de amizade e cooperação entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico dos dois países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico;

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ‘Acordo’, tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes.

Artigo II

Na consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes poderão fazer uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

Artigo III

1. Os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.

2. Igualmente por meio de Ajustes Complementares, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários

à implementação dos mencionados programas e projetos.

3. Dos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais dos dois países, conforme acordado por meio de Ajustes Complementares.

4. As Partes Contratantes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas, projetos e atividades aprovados pelas Partes Contratantes e poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

Artigo IV

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades da cooperação técnica, como:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

d) aprovar e acompanhar a implementação dos programas, projetos e atividades de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e data das reuniões serão acordados por via diplomática.

Artigo V

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

Artigo VI

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária para o cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem especificadas nos Ajustes Complementares.

Artigo VII

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitado por canal diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea b deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em caso de situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o enviar e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o receber.

Artigo VIII

O pessoal enviado de um país a outro no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VII do presente Acordo.

Artigo IX

O pagamento, o reembolso ou a isenção de taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação sobre equipamentos, bens e outros itens serão estabelecidos de conformidade com as legislações em vigor nas Partes Contratantes, e sobre a base da reciprocidade.

Artigo X

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra a qualquer momento, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com anterioridade de pelo menos 6 (seis) de sua expiração.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, inclusive no caso da cooperação triangular com terceiros países, caberá às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontrem em execução.

4. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Artigo XI

As controvérsias surgidas na implementação ou interpretação do presente Acordo serão dirimidas por via diplomática.

Feito em Brasília, em 25 de agosto de 2009, em dois (2) exemplares, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores.

Pelo Governo da República do Burundi, **Augustin Nsanze**, Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional.

MENSAGEM Nº 74, DE 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010. – Senador **José Alencar**.

EM Nº 374 MRE – DAI/ABC/DAF III/AFEPA/PAIN-BRAS-BURU

Brasília, 19 de outubro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

2. A assinatura desse instrumento atende à disposição de ambos os Governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico dos respectivos países.

3. A cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países e de organismos internacionais. Para tanto, poderão ser convocadas reuniões entre as partes com vistas a assegurar a implementação do Acordo.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 195 e 196, de 2011**, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por

igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício s/nº de 2011

Brasília, de de 2011

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a criação da “Frente Parlamentar Mista para o Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira”, que objetiva a mobilização do Congresso Nacional no sentido de debater os problemas e encontrar soluções que tornem a prestação jurisdicional mais célere, contribuindo de forma efetiva para a evolução da sociedade brasileira.

Respeitosamente, **Wellington Fagundes**, Deputado Federal – **Jayme Campos**, Senador – **Pedro Taques**, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência designa a Senadora Lúcia Vânia, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, conforme o **Ofício nº 167/11-GLPSDB**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 167/11-GLPSDB

Brasília, 5 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar, como suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 887, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2011 (nº 2.845/2019, na Câmara dos Deputados), que aprova texto do Acordo de Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002.

Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 110, de 2010, o texto do *Acordo de Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, celebrado durante a Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002*.

O referido tratado é composto de 39 artigos, e tem por objetivo disciplinar as relações entre os Estados signatários do Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional (TPI), no que concerne a privilégios e imunidades dos Juízes, do Procurador, do Secretário e de seus assessores, bem como de vítimas, advogados, testemunhas e peritos que estejam sob a égide da Corte.

Da exposição de motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores à Presidência da República, recolhem-se as seguintes passagens:

“Durante a Primeira Assembleia de Estados Partes no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, realizada em Nova Iorque, entre os dias 3 e 10 de setembro de 2002, foi concluída a adoção formal dos principais documentos firmados ao longo das dez sessões da comissão preparatória com vistas a permitir o efetivo funcionamento do Tribunal. Entre tais documentos, figura o Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional, que trata das prerrogativas dos juízes, do Procurador, do Secretário e de seus assessores, bem como de vítimas, advogados, testemunhas e peritos. Em conformidade com a posição defendida pelo Brasil, o Acordo estabelece quadro de privilégios e imunidades limitado à medida necessária para o desempenho das funções previstas no Estatuto de Roma.

Na 5ª sessão plenária da Segunda Assembleia de Estados Partes do Estatuto de Roma, ocorrida também em Nova Iorque, entre os dias 8 e 12 de setembro de 2003, adotou-se a Resolução II-ASP/2/Res.7, intitulada “Fortalecimento do Tribunal Penal Internacional e da Assembleia de Estados Partes”. Tal Resolução destaca, em seu § 6º, que “o início das operações do Tribunal tornou mais urgente a necessidade de os Estados assinarem e ratificarem o Acordo sobre Privilégios e Imunidades do Tribunal”. Ademais, a citada Resolução encoraja aqueles Estados que ainda não o tenham feito “a assinar e ratificar o Acordo de forma prioritária e a implementá-lo na legislação nacional”.

Com o depósito do décimo instrumento de ratificação, em 22 de junho de 2004, pelo Governo do Canadá, o Acordo entrou em vigor em 22 de julho daquele ano, nos termos do seu artigo 35. (Até o momento, 62 Estados assinaram o Acordo e 54 são Partes de forma plena. Vale notar que, entre aqueles que ratificaram o Acordo, encontram-se países que não são Partes do Estatuto de Roma.

O Brasil assinou o Acordo em 17 de maio de 2004, tornando-se o 52º país signatário do instrumento. A defesa da integridade do Estatuto de Roma e, consequentemente, do Tribunal Penal Internacional constitui parte importante da política externa brasileira.

A aprovação e a posterior ratificação do Acordo pelo Brasil adquirem especial relevância neste momento pelo fato de que terão início ainda este ano [2008] os primeiros julgamentos do Tribunal, em casos referentes às investigações na República Democrática do Congo. Assinalo, ademais, que o Brasil conta com uma juíza no quadro de magistrados do Tribunal, a Dra. Sylvia Steiner”.

Considerando extensão e pormenor, verifica-se que o texto, que vai encabeçado por breve preâmbulo, compreende dispositivos referentes, entre outros, à condição e personalidade jurídica do Tribunal (art. 2º), disposições gerais sobre os privilégios e imunidades da Corte (art. 3º), inviolabilidade de seus arquivos e documentos (art. 7º), aspectos tributários da operação do TPI (arts. 8º a 10), atuação dos representantes de Estados partes da Assembleia e de seus órgãos (arts. 13 e 14). Há, ainda, a disposição específica sobre as prerrogativas, privilégios e imunidades dos Juízes, do Procurador, do Secretário, de funcionários do Tribunal e de advogados, vítimas, testemunhas e peritos rela-

cionados às atividades da Corte, bem como a renúncia a esses privilégios pelas autoridades do TPI (arts. 15 e seguintes).

Em termos de procedimentos no âmbito das relações entre o tribunal e os Estados, especial atenção deve ser dada ao art. 29, que prevê que “os Estados Partes deverão reconhecer e aceitar como documentos de viagem válidos o **laissez-passer** das Nações Unidas ou documento de viagem emitido pelo Tribunal aos Juízes, ao Procurador, aos Procuradores Adjuntos, ao Secretário, ao Secretário Adjunto, aos funcionários do Gabinete do Procurador e aos funcionários da Secretaria” e ao art. 30, que dispõe que “pedidos de visto ou de permissão de entrada ou saída, quando necessários, formulado por todas as pessoas que tenham o **laissez-passer** das Nações Unidas ou documento de viagem emitido pelo Tribunal (...) serão processados pelos Estados Partes com a maior brevidade possível e em caráter gratuito”.

Há, ainda, a previsão de mecanismos de solução de controvérsias, na forma dos arts. 31 e 32 do tratado em apreço. Cópia do Acordo encontra-se no processado, podendo ser acessado pelas Senhoras Senadoras e pelos Senhores Senadores. Registramos apenas que fizemos a análise do documento sem encontrarmos óbice à sua aprovação.

O Acordo foi apreciado, de início, pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A proposição foi posteriormente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Plenário da Casa de origem, o Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado em 26 de maio de 2010. No Senado Federal, ele foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 1º de junho de 2011. Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 6 de abril de 2011.

II – Análise

Criado pelo Estatuto de Roma, em 1998, o Tribunal tem personalidade jurídica de direito internacional, assim como a capacidade jurídica necessária ao desempenho de suas funções e a persecução dos seus objetivos. Tem por objetivo processar e julgar, subsidiariamente ao Poder Judiciário dos Estados, os acusados dos chamados crimes contra a paz, crimes de guerra. Trata-se da concretização de um anseio da comunidade internacional que teve como marco o Tribunal Militar Internacional dos Grandes Criminosos de Guerra, de 1945-1946, ou Tribunal de

Nuremberg, que levou ao banco dos réus e puniu lideranças da Alemanha nazista pelas atrocidades cometidas nas décadas anteriores e durante a II Guerra Mundial.

O documento internacional em apreço refere-se a procedimentos de grande relevância para o funcionamento do Tribunal Penal Internacional em suas relações com os Estados que aderiram aquela Corte. De fato, para que essa instituição de justiça penal internacional possa operar a contento, necessita da colaboração da comunidade das nações em diversos aspectos, entre eles o estabelecimento de acordos sobre procedimentos da Corte, meios de prova, e, naturalmente, prerrogativas, privilégios e imunidades dos magistrados, procuradores, e servidores do TPI, bem como de advogados, vítimas, testemunhas e peritos que porventura estejam envolvidos com os processos sob a égide do Tribunal.

Do ponto de vista formal, o texto submetido à apreciação desta Casa foi elaborado em conferência internacional que reuniu juristas da mais alta estirpe e representantes dos governos que decidiram tomar parte na Corte. Assim, concluímos é um documento adequado à realidade internacional moderna, e produzido a partir de negociações em que foram consideradas as posições de Estados pertencentes a distintos sistemas de direito.

Convém assinalar, portanto, é a importância, para as relações internacionais de nossos dias, da existência de uma corte como o TPI, esperança de justiça e paz no século XXI. Nesse sentido, o Brasil compartilha dos anseios daqueles que idealizaram o TPI, ainda ao final da Segunda Guerra Mundial, quando o Julgamento de Nuremberg deixou claro que os chamados grandes criminosos de guerra deveriam ser punidos (independentemente de sua posição na hierarquia do Estado ou das Forças Armadas) e que, para isso, imperava o estabelecimento de uma corte internacional permanente.

A afinidade do Brasil aos ideais e objetivos do TPI é significativa ao ponto de termos inserido, em nossa Constituição, o § 4º do artigo 5º, segundo o qual o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão”. Aderimos ao TPI, estando entre os primeiros 60 países a depositar as ratificações necessárias à entrada em vigor do Estatuto de Roma, em 2002.

Portanto, percebemos que o acordo em apreço é, dessa maneira, favorável aos interesses nacionais e merece ser aprovado. Nosso gesto estará contribuindo para o fomento de mais justiça e paz no concerto das nações.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, além de adequado do ponto de vista

constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2011.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2011. –
Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 01/09/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PBT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTE
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 888, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2011 (nº 2.864/2010, na Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Esta Comissão é, portanto, chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2011 (PDC nº 2.864, de 2010, na origem), de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 16 de junho de 2011, após passar também pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Viação e Transportes.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 162, de 9 de abril de 2010, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 458 (MRE/DAI/DNS/DE I – AFEPA – PAIN-BRAS-BELG), de 8 de dezembro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa que o documento, composto de 23 artigos e um anexo (quadro de rotas), “tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequência esperada do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre e além dos territórios do Brasil e da Bélgica e que certamente cooperarão para o adensamento das relações bilaterais, nas esferas do comércio, do turismo, da cultura, da cooperação, entre outras.”

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. A proposição foi a mim distribuída em 14 de julho de 2011.

II – Análise

Convém destacar, de início, que o Acordo em apreço é complementar ao disposto na Convenção

sobre Aviação Civil Internacional, de 1944. Com efeito, as partes no presente tratado também o são na Convenção de 1944. O novo texto visa, assim, estabelecer serviços aéreos entre e além de seus respectivos territórios.

O estabelecimento de serviço aéreo regular entre Brasil e Bélgica, além de representar o fortalecimento das relações bilaterais, indica o estreitamento de vínculos com o continente europeu.

Essa região congrega países a que estamos ligados há muito tempo por relacionamento amistoso sólido. Essa aproximação é tanto mais significativa quanto mais se observa que ela se dá em relação a Estado que apresenta elevado índice de industrialização.

Ressalte-se, ainda, que Bruxelas, além de ser a sede da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAN), é a capital administrativa da União Europeia (UE). Nesse sentido, o acordo em análise é, a vários títulos, oportuno. Por certo favorecerá o intercâmbio comercial, cultural e humano entre as populações. São, por igual, dignos de registro as possibilidades de ampliação das trocas comerciais entre os dois países e o intercâmbio com os demais membros da UE.

Por fim, observe-se que a documento segue, em linhas gerais, os tratados desta natureza que vincula o Brasil a outras soberanias. Há, portanto, preocupação com:

- I designação e autorização de empresas aéreas;
- II. segurança operacional e da aviação;
- III. tarifas aeronáuticas;
- IV. apoio de solo;
- V. direitos alfandegários;
- VI. quadro de rotas (anexo);
- VII. reconhecimento de certificados e licenças; e
- VIII. troca de informações, entre outras.

O acordo, de resto, adota as prescrições da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) para instrumentos bilaterais que visam o estabelecimento e a exploração de serviços aéreos entre os respectivos territórios.

III – Voto

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2011. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Relator.

Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 01/09/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F.C.</i>	
RELATOR: SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>A.N.F.</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>E. Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blairo Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR) <i>Clésio Andrade</i>
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

PARECER Nº 889, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011 (nº 1.655/2009, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008.

Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011 (PDC nº 1.655, de 2009, na origem), decorrente da Mensagem nº 240, de 13 de abril de 2009, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto do *Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre a Cooperação Descentralizada, celebrado em São Jorge do Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008*. A referida mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do tratado e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 30 de junho de 2011.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 12 de julho de 2011, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – Análise

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Este, de acordo com o art. 49, I, e o art.

84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais. Também verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional pretende viabilizar entre Brasil e França a “cooperação descentralizada”, que permite aos Municípios e Estados-Membros brasileiros celebrarem acordos com entidades francesas equivalentes, mediante memorandos de entendimento. Essa possibilidade foi pela primeira vez reconhecida mediante o Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação Descentralizada, firmado em Roma, em 17 de outubro de 2007, e promulgado pelo Decreto nº 7.400, de 22 de dezembro de 2010.

Segundo o art. 2º desse protocolo, as modalidades operacionais da cooperação descentralizada são as seguintes: 1. O Brasil e a França reconhecem às respectivas unidades subnacionais a possibilidade de estabelecerem entre si convenções de cooperação restritas às matérias cuja competência lhes seja atribuída pela legislação interna; 2. Tais entendimentos definirão os objetivos e os setores de intervenção e podem indicar valores previstos dos compromissos financeiros, sempre sob vigilância governamental (no nosso caso, por parte do Ministério das Relações Exteriores); 3. As Partes nesse Protocolo se empenharão para orientar as ações de cooperação descentralizada, inserindo-as em programas-quadro que prevejam linhas e indicações de prioridade temática e territorial, assim como modalidades de cofinanciamento.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, o Protocolo em questão é de suma importância e contemporaneidade, pois, à parte a competência da União de celebração de tratados, cria modalidade para que outras unidades administrativas participem das relações internacionais ativamente.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2011.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2011. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 01/09/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR: SENADOR RANDOLFE RODRIGUES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 890, DE 2011

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2011 (nº 15/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Relator **ad hoc**: Senador **Anibal Diniz**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 597, de 11 de outubro de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

O Acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo, decorrente da mensagem presidencial e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O projeto foi, também, examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Recebida no Senado Federal em 4 de agosto de 2011, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e em seguida ao Relator signatário após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – Análise

Não se verificam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da proposição.

Cuida-se aqui da apreciação de um singelo, mas deveras importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países, Brasil e Ucrânia decidiram firmar o instrumento em análise em que define a isenção de vistos em passaportes no trânsito entre os dois países.

O Acordo segue o padrão dos demais instrumentos de isenção de vistos assinados pelo Governo brasileiro e aprovados no Congresso Nacional. Ele estabelece, em seu Artigo 1, a desnecessidade de vis-

tos em passaportes válidos para entrar, permanecer, transitar e sair do Estado da outra Parte Contratante para fins de turismo e negócios. Essa isenção é válida para períodos de até 90 (noventa) dias, durante um intervalo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da primeira entrada (Artigo 2).

A dispensa de visto introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais do Estado de uma Parte Contratante da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes sobre entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros no território da outra Parte Contratante.

O Acordo está vazado em 10 (dez) artigos, onde se anotam as cláusulas de praxe. As mais importantes e dignas de nota, além das mencionadas acima, são a necessidade de comunicação à outra Parte quando houver modificação na lei interna sobre entrada e permanência de estrangeiros, o direito de encurtar a estada em seu território de quem considere indesejável e a hipótese de suspensão parcial do instrumento nos casos de segurança nacional, ordem pública ou proteção à saúde, com a necessária notificação à outra Parte.

O presente acordo vem juntar-se a outros atos já assinados com a Ucrânia, como o Protocolo de Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, o Tratado de Extradicação e o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, que entraram em vigor em 2006. O acordo mostra-se importante sobremaneira porque abrange a isenção de vistos para negócios. Dados do Ministério das Relações Exteriores apontam que o intercâmbio comercial Brasil e Ucrânia triplicou entre os anos 2004 e 2008.

A Ucrânia, considerada um mercado livre emergente, vem tendo crescimento sustentado mesmo no cenário da crise financeira recente. São de destacar em sua economia o bem desenvolvido setor siderúrgico (produzindo cerca de metade do ferro fundido e 40% do aço em toda a ex-União Soviética); os setores agro-alimentares, das indústrias químicas (petroquímica, plásticos, pneus e adubos) e metal-mecânica (fabricação de turbinas, automóveis e tratores, construção naval, indústria eletrônica, aeronáutica e espacial) e de produção elétrica. Finalmente é assinalável a indústria extrativa (carvão, ferro, manganês, titânio, caulino etc.).

Em 2005, a Ucrânia foi o sétimo maior produtor de aço do mundo. No setor de manufaturados, o país fabrica equipamentos metalúrgicos, locomotivas a die-

sel, tratores e automóveis. A Ucrânia possui uma enorme base industrial de alta tecnologia, inclusive grande parte das antigas indústrias soviéticas de eletrônica, armamentos e espacial, embora estes setores sejam estatais e sofram com dificuldades na área de administração de negócios.

A agricultura é um setor muito importante da economia do País. Com 32 milhões de hectares de solo arável (56% da superfície total do país), de que serão de salientar terras de grande riqueza produtiva (as famosas “terras negras”, ricas em húmus), e um clima propício, a Ucrânia foi historicamente conhecida como “o celeiro da Europa”.

Legado de seu passado soviético, a Ucrânia hoje depende das fontes de energia russas, em especial gás natural, embora venha tentando diversificar a sua matriz energética. É porém auto-suficiente em termos de produção elétrica, devido a usinas nucleares e hidrelétricas.

O crescimento econômico dos últimos anos contribuiu para o desenvolvimento das relações econômicas internacionais. Hoje em dia a Ucrânia mantém as relações comerciais com mais de 100 países do mundo. Os principais bens exportados são os metais, produtos químicos e alimentares, minerais, produtos energéticos, além de diferentes tipos de maquinaria.

A reestruturação da economia exige o crescimento do volume dos investimentos, inclusive estrangeiros. O investimento direto estrangeiro vem merecendo a

atenção do poder político, traduzida num quadro legislativo que se vem completando, e que progressivamente está a criar condições de incrementado atrativo à sua realização.

Com efeito, a legislação ucraniana do setor, estabelecendo igualdade de condições para os agentes econômicos nacionais e estrangeiros, não omite a concessão a estes últimos de garantias especiais, visando à proteção dos respectivos investimentos, prática que é sublinhada relativamente aos investimentos estrangeiros que recaiam nos setores de economia que o Governo considera prioritários: a agricultura e a indústria agro-alimentar; a indústria farmacêutica e microbiológica; as infraestruturas sociais; além do complexo combustíveis-energia-metalurgia.

Com o potencial e a integração deste país às redes econômicas mundiais, indo ao encontro dos anseios brasileiros de proximidade e protagonismo no relacionamento com os países do Leste europeu, com esse acordo de isenção de vistos, espera-se que o relacionamento bilateral alcance um maior grau de densidade.

III – Voto

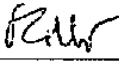
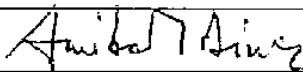
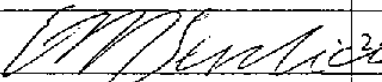
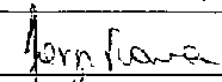

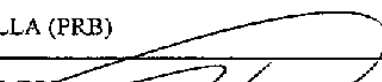
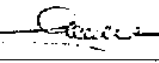
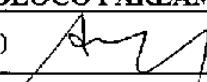
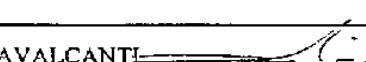
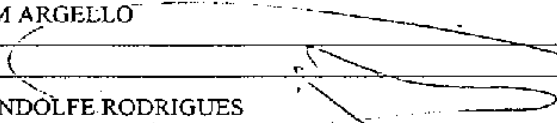
Por todo o exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2011.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2011. – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 01/09/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR 	
RELATOR AD HOC: SENADOR ANIBAL DINIZ 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	2 - JORGE VIANA (PT) 
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) 	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR) 
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) 
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOÍSIO NUNES FERREIRA (PSDB) 	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES 	VAGO

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 551, DE 2011**

“Acrescenta o Capítulo V-A ‘da Perda de Mandato Eletivo Por Desfiliação Partidária Sem Justa Causa e da Justa Causa Para Desfiliação Partidária’ no Título II da Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995, que ‘Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal’.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título II “DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS” da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (“Lei dos Partidos Políticos”), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo V-A:

“.....

**TÍTULO II
Da Organização e Funcionamento
dos Partidos Políticos**

.....

**CAPÍTULO V-A
Da Perda de Mandato Eletivo por Desfiliação
Partidária sem Justa Causa e da Justa Causa
Para Desfiliação Partidária**

Art. 26-A. O partido político pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de mandato eletivo de mandatário eleito pela respectiva legenda, em decorrência de desfiliação sem justa causa, no prazo de trinta dias, observado o procedimento estabelecido no art. 26-D e seguintes.

Parágrafo único. Quando o partido político não formular o pedido no prazo previsto no artigo anterior, poderá fazê-lo quem demonstre interesse jurídico, em nome próprio, nos trinta dias subsequentes.

Art. 26-B. Considera-se justa causa para desfiliação partidária de mandatário eleito:

- I) incorporação ou fusão do partido;
- II) criação de novo partido;
- III) mudança substancial ou descumprimento reiterado do programa partidário;

IV) grave discriminação pessoal;

V) outra espécie de justa causa, assim considerada pelo estatuto partidário.

Art. 26-C. O mandatário que se desfiliou ou pretenda desfiliar-se de partido político pode pedir a declaração da existência de justa causa ao respectivo partido, que deverá fornecê-la ou fundamentar a negativa, no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. Em caso de recusa ou omissão no fornecimento da declaração a que se refere o caput, o mandatário poderá formular o pedido em juízo, observado o procedimento previsto nos artigos 26-D e seguintes.

Art. 26-D. Em juízo, o requerente exporá na petição inicial o fundamento do pedido e juntará prova documental da desfiliação ou do seu pedido, podendo arrolar testemunhas, até o máximo de três, e requerer, justificadamente, outras provas, inclusive requisição de documentos em poder de terceiros ou de repartições públicas.

Art. 26-E. O mandatário que se desfiliou e o eventual partido em que esteja inscrito ou, conforme o caso, o partido do qual se desfiliou, serão citados para responder no prazo de cinco dias, contados do ato da citação.

Parágrafo único. Do mandado constará expressa advertência de que, em caso de revelia, se presumirão verdadeiros os fatos afirmados na inicial.

Art. 26-F. Na resposta, o requerido juntará prova documental, podendo arrolar testemunhas, até o máximo de três, e requerer, justificadamente, outras provas, inclusive requisição de documentos em poder de terceiros ou de repartições públicas.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de resposta, o Tribunal competente ouvirá, em quarenta e oito horas, o representante do Ministério Público e, em seguida, julgará o pedido, em não havendo necessidade de dilação probatória.

Art. 26-G. Havendo necessidade de provas, deferi-las-á o Relator, designando o quinto dia útil subsequente para, em única assentada, tomar depoimentos pessoais e inquirir testemunhas, as quais serão trazidas pela parte que as arrolou.

§ 1º Declarando encerrada a instrução, o Relator intimará as partes e o representante do Ministério Público para apresentarem alegações finais por escrito, no prazo comum de quarenta e oito horas.

§ 2º Incumbe aos requeridos o ônus da prova de fato extintivo, impeditivo ou modificativo da eficácia do pedido.

§ 3º Para o julgamento, antecipado ou não, o Relator preparará voto e pedirá inclusão do processo na pauta da sessão seguinte, observada a antecedência de quarenta e oito horas e facultada a sustentação oral por quinze minutos.

Art. 26-H. Julgando procedente o pedido, o Tribunal decretará a perda do mandato eletivo ou a justa causa para a desfiliação, conforme o caso.

§ 1º. Decretada a perda do cargo, o Tribunal comunicará a decisão ao Presidente da Casa legislativa competente para que dê posse ao suplente ou Vice, conforme o caso, no prazo de dez dias.

§ 2º. São irrecorríveis as decisões interlocutórias do Relator, as quais poderão ser revistas no julgamento final, de cujo acórdão cabe pedido de reconsideração e, se for o caso, o recurso previsto no art. 121, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 26-I. O processo de que trata esta Lei terá preferência e deve encerrar-se no prazo de sessenta dias.

Art. 26-J. O Tribunal Superior Eleitoral é competente para processar e julgar os pedidos de que trata a presente lei, em se tratando de mandato eletivo federal.

Parágrafo único. Não se tratando de mandato eletivo federal, a competência é do Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado, observado o procedimento estabelecido nesta Lei.

Art. 26-K. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

.....”

Justificação

A iniciativa que ora submetemos aos ilustres colegas tem como ponto de partida a nossa convicção de que o processo para declaração da perda de cargo eletivo por desfiliação partidária sem justa causa deve ser regulamentado em lei.

Ocorre que os interessados – a sociedade política e civil – não podem ficar dependendo do entendimento variável da composição dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que está sempre sendo renovada, por imposição constitucional (art. 121, § 2º).

Com efeito, hoje a matéria está regulada apenas na Resolução nº. 22.610, de 25 de outubro de 2007, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral e embora elaborada

com a reconhecida competência, não deixa de ensejar certa insegurança jurídica, em razão da referida renovação, insegurança que deve ser sanada mediante a edição de lei aprovada por este Parlamento.

Por outro lado, devemos consignar que para elaborar a presente proposição, utilizamos como parâmetro a própria Resolução nº. 22.610, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sem embargo de ajustes que julgamos devem ser efetivados.

Nesse sentido, entendemos que a lei em questão deve regulamentar tanto o processo para a declaração da perda de mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa, como para a declaração de justa causa para desfiliação.

Desse modo, procuramos tratar igualmente as duas hipóteses ao longo do projeto elaborado, desde a ementa. Na verdade, na Resolução do TSE há uma certa subalternidade do direito de o mandatário que recebeu o voto popular deixar o partido pelo qual foi eleito, quando houver justa causa, em relação ao direito de o partido pedir o mandato do seu filiado que se desfilou sem justa causa, subalternidade que deve ser corrigida, o que procuramos efetivar.

Ademais, entendemos também que a lei deve prever que o mandatário interessado poderá pedir diretamente ao partido, sem deixar de prever a hipótese de pedido judicial, declaração de que houve justa causa para a sua desfiliação, inclusive porque nem toda desfiliação gera litígio, ocorrendo também por conveniência das partes.

Além disso, julgamos que deve ser acrescentada mais uma hipótese de justa causa para que o mandatário possa deixar o partido pelo qual foi eleito, vale dizer, a que assim for considerada pelo partido. Na verdade, a autonomia que a Constituição confere aos partidos políticos para elaborar sua estrutura interna, organização e funcionamento (art. 17, § 1º) está em plena consonância com tal proposta.

Além disso, também estamos retirando o Ministério Público (MP) como ente automaticamente legitimado para propor a perda de cargo de mandatário que deixar o partido pelo qual foi eleito, embora reconheçamos que o MP pode demonstrar interesse jurídico de agir no caso concreto, hipótese que está contemplada na proposição.

De outra parte, do ponto de vista da técnica legislativa, parece-nos mais adequado incluir o processo disciplinando o procedimento para declaração da perda de mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa e para declaração de justa causa para desfiliação mediante o acréscimo de um novo capítulo ao Título II da Lei dos Partidos Políticos, em face da importância da matéria e também diante da sua especificidade,

adotando a numeração – tanto para o novo capítulo, como para os novos artigos – conforme as regras presentes na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Na verdade, a matéria não constou originalmente da Lei dos Partidos Políticos, em razão de que, quando ela foi editada, o entendimento praticamente consensual, inclusive da doutrina e da jurisprudência, era o de que a Constituição não previa a perda de cargo do mandatário que trocava de partido.

Em razão do exposto e tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos a contribuição das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para o aperfeiçoamento do presente projeto de lei, bem como para sua ulterior aprovação.

Sala das Sessões, de setembro de 2011. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“
Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

.....
§ 1º. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)
.....

.....
Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
.....

.....
§ 2º – Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
.....”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011

“Altera o art. 136 da ‘Consolidação das Leis do Trabalho’, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 136 da “Consolidação das Leis do Trabalho”, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136.

§ 1º. Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem. Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas, ou acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.
.....

§ 3º. Para o cumprimento do disposto no §1º deste artigo, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão das férias do outro ente familiar empregado.
..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa. Imagine-se se um grande número de empregados decidisse sair de férias ao mesmo tempo. Muitos prejuízos poderiam advir a essa empresa, podendo, inclusive, paralisá-la, parcial ou totalmente.

Essa prerrogativa conferida ao empregador, no entanto, não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família.

Ao par desses aspectos, deve-se também considerar que a Convenção nº 132 da Organização Inter-

nacional do Trabalho – OIT deu nova inteligência ao art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Com efeito, de acordo com o art. 10 da citada Convenção, *a ocasião em que as férias serão gozadas será determinada pelo empregador, após consulta à pessoa empregada interessada em questão ou seus representantes, a menos que seja fixada por regulamento, acordo coletivo, sentença arbitral ou qualquer outra maneira conforme a prática nacional. Para fixar a ocasião do período de gozo das férias serão levadas em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão ao alcance da pessoa empregada.*

Percebe-se, claramente, que a fixação da data em que o empregado deverá gozar férias, ainda que seja decorrente de um ato privativo do empregador, não pode ser um ato solitário e arbitrário, pois deverá atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

Assim, com o intuito ampliar e conferir maior efetividade ao que determina o § 1º do art. 136 da CLT, estamos propondo duas alterações. A primeira, para inserir no dispositivo a orientação contida no art. 10 da Convenção nº. 132 da OIT, cuja aprovação pelo Congresso Nacional foi sucedida de ratificação pelo Decreto nº. 3.597, de 12 de setembro de 2000, tornando-a de cumprimento obrigatório.

A segunda alteração, visa ampliar a possibilidade de hoje contida na lei, de os familiares que trabalhem em uma mesma empresa gozarem férias no mesmo período, aos que sejam empregados em empresas distintas, para isso disciplinando, no proposto § 3º, o processamento do pleito.

Por fim, no caso de impasse quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias, caberá ao empregador fixar o seu período de gozo, mas este deverá fundamentar a decisão e dar ciência, por escrito, aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

Por esses motivos, submetemos nossa proposta ao exame dos ilustres membros desta Casa, esperando que venham aprová-la, já que se trata de importante iniciativa para o aperfeiçoamento de nossa legislação laboral. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

“

Art. 135. A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo. (Redação dada pela Lei nº 7.414, de 9.12.1985)

§ 1º O empregado não poderá entrar no gozo das férias sem que apresente ao empregador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 2º A concessão das férias será, igualmente, anotada no livro ou nas fichas de registro dos empregados. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

Art. 136. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 1º Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 2º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

.....”

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Fora do microfone.*) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª se inscreve para falar no período das comunicações inadiáveis?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sua inscrição foi providenciada, como primeiro orador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Como hoje a sessão é não deliberativa, iniciaremos o Período do Expediente com os oradores inscritos, que falarão por vinte minutos. Os oradores para comunicação inadiável e pela liderança falarão por cinco minutos, de acordo, Senador Geovani, com o que determina o Regimento Interno da Casa.

Veremos a sua inscrição no período de oradores inscritos, para que V. Ex^a possa ter os vinte minutos.

Primeiro orador inscrito, Senador José Pimentel, nosso querido ex-Ministro da Previdência Social do Brasil, Ministro Pimentel, Senador eleito pelo Estado do Ceará, certamente, o orgulho do povo daquele Estado, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin, quero registrar que estive com V. Ex^a por um bom período na Câmara dos Deputados, como Deputada Federal, e, ao vir para o Senado Federal, além de representar bem a nossa Amazônia, também representa as mulheres e o povo brasileiro. Portanto, está de parabéns a nossa Amazônia, o nosso Estado do Amazonas, com a eleição de V. Ex^a, e devo a nossa eleição ao povo livre do nosso Estado do Ceará, como V. Ex^a deve ao povo do Estado do Amazonas. Quero dar um forte abraço nos nossos Senadores e Senadoras.

Começo registrando que o Sr. Josué Gomes da Silva, que é empresário do setor de confecção, do setor têxtil e do grupo Coteminas, publicou um excelente artigo de opinião em um grande jornal brasileiro, neste último domingo, em que começa afirmando: “Não se pode desqualificar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, ao reduzir a taxa básica de juros em 0,5%”.

Esse empresário tem toda razão, porque a taxa de juros básica, a taxa Selic, no Brasil, é uma das maiores taxas do mundo. Estava em 12,5%; estamos reduzindo... O Banco Central, autonomamente, reduziu em apenas 0,5%, e, mesmo assim, a segunda maior taxa básica de juros do mundo, que é a da Turquia, corresponde a menos da metade da taxa real de juros praticada no Brasil. Nossa taxa real de juros ainda continua na casa de 6% a 6,5% ao ano, enquanto a segunda maior taxa de juros do mundo está na casa de 3% a 3,5%. Portanto, o Brasil pode continuar com essa política de redução de taxa de juros reais, porque temos uma margem muito grande.

Diz o Sr. Josué Gomes da Silva:

Não é lógico o que afirmaram alguns analistas de mercado, de que o órgão cedeu às pressões do governo. Afinal de contas, o BC [Banco Central] é uma instituição que in-

tegra o governo e, como tal, é saudável que atue em sinergia, mas sem abrir mão de suas atribuições.

Aqui também o articulista tem toda a razão. A razão de ser de um banco central é exatamente cuidar bem da moeda, da política fiscal, da política monetária e acompanhar o desempenho da sua economia, ouvindo os vários setores da sociedade para definir as suas ações.

Nosso País, que tem hoje a necessidade de reduzir a taxa de juros para investir cada vez mais no setor produtivo, na infraestrutura brasileira, alavancar nossa indústria, o nosso setor de serviços, o nosso comércio e continuar com a pauta de geração de emprego, tem a clareza de que é chegada a hora de a nossa taxa de juros ser compatível com as outras taxas de juros praticadas no resto do mundo, para que a nossa economia consiga ser competitiva, tanto no mercado nacional como também no setor de exportação, e é isso que o Banco Central vem fazendo.

É evidente que os chamados porta-vozes de mercado ou, para ser mais preciso, dos financistas do Brasil não aceitam a redução da taxa de juros, porque essa é uma forma que eles encontraram, ao longo do tempo, de retirar dinheiro da sociedade brasileira, dos mais pobres, dos trabalhadores, dos pequenos empresários, dos pequenos arranjos produtivos e carrear esses recursos para algo em torno de 12 mil pessoas, que são os financistas que vivem dessa alta taxa de juros e que têm demonstrado que é chegada a hora de continuarem tendo seus ganhos, mas um ganho compatível com a realidade dos outros países, com a realidade do resto do mundo.

Diz ainda o seu articulista:

O BC ausculta os setores financeiro e produtivo, empresários, trabalhadores, acadêmicos em permanente e legítimo diálogo. Nem por isso se deixa pressionar por qualquer interlocutor. No passado, esses segmentos tiveram assento no Copom, como ainda acontece em outros países.

Ninguém pode dizer que a decisão do BC foi errada. Somente o futuro dirá. O “mercado” não tem o monopólio da verdade, muito menos acerta previsões com tal frequência que o coloque acima do bem e do mal. Portanto, tenham cautela os que se pautam pelas suas opiniões.

E aqui o articulista nos leva a refletir que o mercado, que, até 2008, dizia que era capaz de regular o sistema financeiro internacional, após a crise de 2008, nas economias centrais, nos Estados Unidos, no Mer-

cado Comum Europeu e em vários outros países que tinham no mercado o grande instrumento para regulamentar o sistema financeiro brasileiro, hoje declara que é preciso que o Estado nacional, que o mundo tenha regras claras para definir o sistema financeiro especulativo, a fim de evitar o que eles fizeram nos anos de 2008 e 2009, levando à crise, sem precedentes, as economias centrais.

Tivemos ali, em 2008, a segunda maior crise econômica do Planeta, a partir de políticas erradas praticadas por alguns bancos, em sintonia com o chamado mercado, essa coisa abstrata que não tem identidade, que não tem CPF, que não tem CNPJ, mas que termina emitindo opinião. E aqueles que se identificam com o neoliberalismo, com uma política sem controle, tinham, no mercado, a sua grande referência: aquela falência do sistema financeiro internacional, particularmente das economias centrais. Em seguida, aqueles países assumem aquelas dívidas privadas, transformando-as em dívidas soberanas que têm levado, hoje, a várias economias, como a economia italiana, a espanhola, a portuguesa e outras que também estão em dificuldades, a exemplo dos Estados Unidos, da própria Inglaterra e de outras economias em que a sua dívida interna está ficando em patamares iguais ou superiores aos do seu próprio Produto Interno Bruto.

Dói muito em qualquer homem, em qualquer mulher deste Planeta ver a Grécia ter hoje uma dívida superior a 250% da sua própria riqueza. Essa dívida é exatamente resultado do tal mercado que elevou as taxas de juros, que levou a economia daquele país a essa situação vexatória em que hoje eles são obrigados a cortar investimentos públicos, a cortar salários, a cortar aposentadorias, a cortar pensões, porque esse tal mercado foi incapaz de analisar os riscos a que o sistema financeiro, os financistas que ali atuavam pudessem levar aquela economia.

Quando se analisa uma economia como a italiana, que está acima de 100% da sua riqueza bruta, também esse tal mercado, tão decantado por alguns setores da imprensa aqui no Brasil, não pára para refletir o que ele fez naquelas economias centrais.

E essa crise, que é retomada agora, no final de 2011, início de 2012, é exatamente o resultado da incorporação da dívida privada como dívida pública, a chamada dívida soberana. E, para fazer frente ao seu pagamento, agora estão cortando direitos dos trabalhadores, estão diminuindo a oferta de crédito em patamares razoáveis e causando um grande desemprego nesses países.

Diz mais o articulista:

Muitos fatores justificam a baixa nos juros. A economia tem mostrado sinais de desa-

quecimento. O mundo passa por nova onda de crises. O crescimento previsto para 2011/2012 sofre significativa redução. O Governo aumentou o superávit fiscal primário, abrindo espaço para uma reivindicação reequilibrada entre as políticas monetária e fiscal. Ainda assim temos uma das maiores taxas de juros do Planeta. O argumento favorável à manutenção desse status é a inflação, que, de fato, gira acima do centro da meta. É fácil perceber como esse 'dragão' afeta as nossas vidas, pois ninguém quer ter o salário nem sequer chamuscado pelo seu hálito quente.

Aqui novamente o articulista Josué Gomes da Silva tem toda razão. Nós...

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador José Pimentel, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pois não, nosso Senador Geovani.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Primeiro quero cumprimentar V. Exª por esse tema tão polêmico, que está preocupando o mundo inteiro. Eu não sou economista, sou leigo no assunto, sou um leitor das notícias que estão estampadas nos jornais e vejo: uma prova é que baixaram os juros, se não me engano, em 0,5%

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Apenas 0,5%.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Apenas 0,5%. Mas como sempre converso com V. Exª e digo que V. Exª é o homem das estatísticas, dos números, e a sua formação é bancária, quero me congratular com V. Exª por acreditar no País, pelo otimismo, pela política econômica que a equipe da nossa Presidente Dilma está implantando no País. Então, estamos encarando de frente, estamos nos preparando para, uma vez mais, superar essa crise que está acontecendo, principalmente no continente europeu. Tenho certeza absoluta, pelo Brasil, pela característica do povo brasileiro, pela forma otimista como V. Exª sobe a essa tribuna para debater um assunto no qual, digo para V. Exª com toda a humildade, não sou *expert*, como brasileiro, estou colocando meu voto de confiança de que a inflação não retorne a este País, que ela seja controlada com mãos firmes, com pulso administrativo, que é uma característica técnica da nossa Presidente Dilma. Parabéns a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Geovani, esse é o desejo de V. Exª que é idêntico à vontade da ampla maioria da sociedade brasileira. Em nós que vivenciamos a inflação do final da década de 70, da década de 80, da década de 90, está nas nossas mentes e nos nossos corações que, com a

inflação, só quem ganha são aqueles que têm muita posse e particularmente os financistas; quem perde são os empresários nacionais, os trabalhadores, as famílias, as donas de casa, o povo brasileiro.

Por isso, todas as medidas tomadas têm como objetivo manter a inflação sob controle e, ao mesmo tempo, permitir o crescimento econômico, que é o desenho político e econômico feito pela nossa Presidenta Dilma, que muito bem sucede o melhor e maior Presidente de toda a história brasileira, que é Luiz Inácio Lula da Silva.

Se a taxa Selic contribuisse para a redução da inflação no Brasil, a nossa inflação seria negativa, porque nós temos a maior taxa de juros do mundo, e, quando a gente abre a composição do IPCA, que é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que é o principal fator de medição da inflação brasileira, ali, 34% daquele índice é composto pelos preços controlados pelos entes do pacto federativo, ou seja, depende dos contratos firmados principalmente nas privatizações da década de 90.

O segundo item que compõe fortemente o IPCA são as **commodities** de exportação. E o valor dessas **commodities** depende do mercado internacional, dos preços ofertados, não tendo qualquer possibilidade de a taxa Selic ter impacto ali, e os 44%, 45% da composição do IPCA, quando esses números são decompostos, identificam-se exatamente com as chamadas fases sazonais da nossa economia.

Portanto a taxa Selic no Brasil tem pouco impacto, e as políticas prudenciais que o Banco Central, o setor econômico tem tomado têm muito mais eficácia na redução da taxa de juros no Brasil do que elevar a taxa Selic.

O articulista também diz:

Ao contrário, o impacto dos juros altos em nosso cotidiano é bem menos perceptível, mas estimula o ingresso de capital especulativo, reduz a expansão do Produto Interno Bruto, diminui a oferta de emprego e a geração de renda.

Novamente, aqui o articulista tem toda a razão. Essa alta taxa de juros praticada no Brasil tem permitido que boa parte do capital especulativo internacional venha para o Brasil. E para enfrentar esse processo, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, os órgãos de controle resolveram trabalhar com a chamada elevação de alguns tributos que impactam, a exemplo do IOF, Imposto sobre Operações Financeiras, como forma de desestimular a vinda desse capital especulativo que não gera emprego, que não gera negócios e que fragiliza a nossa economia.

É verdade que uma parte dos capitais que está vindo para o Brasil vem para o setor produtivo, que é bem-vindo. E queremos cada vez mais oferecer se-

gurança jurídica para que esses capitais, que vêm para serem investidos na nossa indústria, na inovação tecnológica, na geração de empregos, na geração de riquezas, tenham no Brasil um espaço significativo porque nós somos uma economia global, não somos uma ilha e precisamos dessa participação. Nossa resistência é no que diz respeito ao capital especulativo, que termina esterilizando a nossa economia.

Diz o articulista também:

Como se não bastasse, drena recursos que poderiam ser aplicados na melhoria de educação, saúde, segurança, infraestrutura, saneamento básico e habitação. A redução de 0,5% na Selic significa cerca de R\$ 7 bilhões por ano a menos nos juros pagos pelo Governo, o que daria para construir cerca de 200 mil casas populares.

Aqui o nosso articulista traz uma matéria de amplo significado para toda a nossa sociedade. Para cada um ponto percentual que o Brasil eleva na taxa Selic, retira da nossa economia algo em torno de R\$ 11 bilhões. Ele está calculando sobre todos os títulos indexados, por isso ele trabalha com R\$ 14 bilhões. E esses R\$ 11 bilhões/ano para cada um ponto percentual da taxa Selic saem exatamente do bolso dos trabalhadores, dos contribuintes, dos empresários, da economia nacional e vão para algo em torno de 12 mil financistas que exploram o Brasil, que alimentam o chamado mercado e que financiam também amplos setores da imprensa brasileira para que façam intransigentemente a defesa desse sistema que não se sustenta e que esteriliza a nossa economia.

Por fim, o articulista diz:

Outros instrumentos podem conter a inflação, não só o conservadorismo da alta dos juros. Medidas macroprudenciais têm sido usadas e seus resultados devem ser considerados. Nesse contexto, a política fiscal é parte das alternativas, e também está sendo usada. Assim, não parece pertinente criticar a decisão do Copom quanto à redução da Selic. O órgão levou em conta o complexo cenário mundial, seu prolongamento em 2012 e possíveis reflexos no Brasil. Tratou-se de uma medida de caráter técnico, feita com responsabilidade.

Por isso, Sr^a Presidenta, solicito que seja transcrito, nos Anais do Senado Federal, esse artigo do empresário Josué Gomes da Silva, que honra a tradição da sua família, em especial, do seu pai José Alencar, que eu reputo um dos maiores empresários que o Brasil se orgulha de ter tido. Quando na Vice-Presidência da República, por oito anos, sempre defendeu a competitividade da nossa economia, a necessidade da redução da taxa de juros e, acima de tudo, que a gente pudesse criar um mercado nacional onde a micro e a

pequena empresa pudessem se desenvolver, as médias e grandes se tornassem competitivas e que este País se tornasse uma grande economia internacional. Que nós possamos ajudar, junto àqueles outros que necessitam, neste momento difícil, de apoio, de alternativas.

A sociedade brasileira é extremamente criativa, é extremamente trabalhadora, e é por isso que nós somos hoje a sétima potência do Planeta. E queremos, já em 2015, transformar-nos na quinta potência

econômica do Planeta. É isso que a gente espera que o tal "mercado", aspeado, compreenda: que o Brasil é feito para os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidenta.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Josué Gomes da Silva

Nem oito nem oitenta

Não se pode desqualificar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, ao reduzir a taxa básica de juros em 0,5%.

Não é lógico o que afirmaram alguns analistas de mercado, de que o órgão cedeu às pressões do governo. Afinal de contas, o BC é uma instituição que integra o governo e, como tal, é saudável que atue em sinergia, mas sem abrir mão de suas atribuições.

O BC ausculta os setores financeiro e produtivo, empresários, trabalhadores, acadêmicos em permanente e legítimo diálogo. Nem por isso se deixa pressionar por qualquer interlocutor. No passado, esses segmentos tiveram assento no Copom, como ainda acontece em outros países. Ninguém pode dizer que a decisão do BC foi errada.

Somente o futuro dirá. O "mercado" não tem o monopólio da verdade, muito menos acerta previsões com tal frequência que o coloque acima do bem e do mal. Portanto, tenham cautela os que se pautam pelas suas opiniões.

Muitos fatores justificam a baixa nos juros. A economia tem mostrado sinais de desaquecimento, o mundo passa por nova onda de crises, o crescimento previsto para 2011 e 2012 sofreu significativa redução. O governo aumentou o superávit fiscal primário, abrindo espaço para um reivindicado reequilíbrio entre as políticas monetária e fiscal. Ainda assim, temos uma das maiores taxas de juros do planeta. O argumento favorável à manutenção desse status é a inflação que, de fato, gira acima do centro da meta. É fácil perceber como esse "dragão" afeta nossas vidas, pois ninguém quer ter o salário nem sequer chamuscado pelo seu hálito quente.

Ao contrário, o impacto dos juros altos em nosso cotidiano é bem menos perceptível, mas estimula o ingresso de capital especulativo, reduz a expansão do PIB, diminui a oferta de emprego e a geração de renda.

Como se não bastasse, drena recursos que poderiam ser aplicados na melhoria de educação, saúde, segurança, infraestrutura, saneamento básico e habitação. A redução de 0,5% na Selic significa cerca de R\$ 7 bilhões por ano a menos nos juros pagos pelo governo, o que daria para construir cerca de 200 mil casas populares.

Outros instrumentos podem conter a inflação, não só o conservadorismo da alta dos juros. Medidas macroprudenciais têm sido usadas e seus resultados devem ser considerados. Nesse contexto, a política fiscal é parte das alternativas, e também está sendo usada.

Assim, não parece pertinente criticar a decisão do Copom quanto à redução da Selic. O órgão levou em conta o complexo cenário mundial, seu prolongamento em 2012 e possíveis reflexos no Brasil.

Tratou-se de uma medida de caráter técnico, feita com responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a pelo pronunciamento e também se junta a V. Ex^a em todas as observações que fez, a respeito não apenas do empresário Josué Gomes, mas de seu pai, que foi membro deste Poder, desta Casa, além de Vice-Presidente da República e que, de fato, lutou muito não apenas pela queda dos juros, mas porque sabia que o Brasil precisava, como precisa ainda, criar condições favoráveis ao clima do desenvolvimento – um desenvolvimento que, obviamente, leve à justiça social. Cumprimento V. Ex^a, Senador José Pimentel.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento e constará dos Anais desta Casa todo o artigo escrito e publicado pelo Sr. Josué.

O Senador Geovani Borges passa a sua inscrição para o período de oradores.

Dando sequência, convido para fazer uso da palavra o Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*) Não se encontrando S. Ex^a, passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de 20 minutos na tribuna, de acordo com o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Geovani Borges, Senador Alvaro Dias, Senador Pimentel, quero registrar, primeiro, que recebi convite para participar, amanhã, de um abraço ao Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

O evento “Cristo abraça os aposentados” será no dia 9 de setembro, às 18 horas. Cerca de trezentos manifestantes estarão dando um abraço no Cristo Redentor, orando, rezando para que seja mantido o reajuste dos aposentados junto ao reajuste que será dado ao salário mínimo no dia 1º de janeiro.

Esse evento será liderado pelo Sr. Jorge dos Santos, do Estado do Rio. Depois, teremos outro evento no Rio de Janeiro, a que estarei presente, no dia 6 de outubro, e mais um, no dia 21, em Goiás, que vai ser um congresso, a que estarei presente.

Faço este registro, Sr. Presidente, numa demonstração de que os aposentados estão esperançosos de que terão um reajuste real em seus salários inserido na peça orçamentária.

Casualmente, na sexta-feira, coube a mim ler a mensagem, encaminhada à Casa, que visa assegurar o reajuste ao Judiciário, algo em torno de R\$7,5 bilhões.

Lembro-me de, quando falei, da tribuna, que não tenho nada contra o reajuste de quem quer que seja, disse que quero que se tenha o mesmo cuidado, o mesmo olhar, o mesmo carinho com os idosos, principalmente com aqueles que recebem, já que a questão do salário mínimo está resolvida, entre um e quatro ou

cinco salários mínimos, que são 99,9% daqueles que estão no Regime Geral da Previdência.

Eu faria um apelo muito grande à Comissão de Orçamento. Noto que há um debate na imprensa de como construir uma alternativa ao Judiciário. Eu só peço que tenham o mesmo carinho também para construir uma alternativa aos trabalhadores do Regime Geral da Previdência, principalmente àqueles chamados celetistas, que são do Regime Geral. Eu quero fazer aqui uma diferenciação. Não são os que podem ter R\$27 mil como teto, mas que têm como teto, no máximo, R\$ 3.600,00. Então, o apelo que faço a todos os membros da Comissão do Orçamento é para que tenham o mesmo carinho.

Quero também, Sr^a Presidenta, falar aqui, Ministro Pimentel – não vou tratá-lo por Líder do Governo porque ainda não tenho a informação precisa, mas sei que circula a possibilidade de V. Ex^a ser Líder do Governo. Eu só quero dizer que eu e toda a Casa temos uma simpatia muito grande pelo seu mandato de Senador. Digo isto com a maior tranquilidade. Não estou querendo dizer que sou a favor ou contra, porque não ajuda nada, mas quero dizer que há uma simpatia muito grande da Casa pelo seu mandato, o que é bom para um Líder do Governo.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Paim, eu quero, primeiro, agradecer a generosidade das suas palavras para conosco e dizer que o cargo de Líder do Governo no Congresso Nacional depende diretamente da nossa Presidenta. Sei do acordo político da nossa Base Aliada e aprendi que o meu papel como Base do Governo é ajudar o Governo, que é o que a gente tem feito ao longo dos últimos nove anos. Quero retomar o tema que V. Ex^a estava finalizando, dos reajustes de aposentados e pensionistas. Como conhecedor profundo do tema, V. Ex^a sabe que nós temos, no Brasil, na verdade, três grandes grupos de aposentados e pensionistas. Nós temos um núcleo que recebe o salário mínimo, que chega a 19 milhões de pessoas, entre aposentados, pensionistas e beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social – contingente beneficiado pela política do salário mínimo que o Congresso Nacional aprovou –, temos o contingente daqueles que têm regime próprio, nos Municípios ou nos Estados – como V. Ex^a muito bem lembrou, é o nosso Orçamento que trata do Governo Federal –, e temos, hoje, algo em torno de 950 mil aposentados e pensionistas junto à União, integrando os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Esse público tem a chamada paridade, uma conquista que vem da Constituição 88 e que mantemos. Todos os reajustes dados aos trabalhadores ativos do regime próprio da União estendem-se para eles. E o subsídio, em 2011,

deverá ser de algo em torno de R\$50 bilhões para 950 mil aposentados e pensionistas. Aqui estão contabilizados 11% da contribuição com que contribui o servidor público da ativa, estão contabilizados 11% da contribuição dos aposentados e pensionistas na parcela que excede ao teto do Regime Geral, que, como muito bem registra V. Ex^a, é de algo em torno de R\$3.900,00, e soma também os 22% que a União deposita nesse fundo, ou seja, escritura nesse fundo, a título de contribuição patronal. Mesmo assim, ainda faltam R\$50 bilhões neste ano de 2011, e a perspectiva é de que falte um pouco mais em 2012. Já no Regime Geral da Previdência pública urbana, que é a contributiva, neste ano de 2011, em face do bom momento da economia, da geração de emprego com carteira assinada, do ganho real na massa salarial, deverá sobrar entre R\$12 bilhões e R\$14 bilhões. Com esse desenho do empreendedor individual, da micro e pequena empresa e as medidas que estão sendo tomadas para 2012, deveremos manter o mesmo desempenho. E o que falta ser viabilizado no Regime Geral do INSS é o regime especial do agricultor familiar, do pescador artesanal, do extrativista e também dos povos quilombolas e dos povos indígenas. Aqui, como muito bem sempre lembra V. Ex^a, é uma contribuição sobre a comercialização da produção; logo, o Tesouro cobre. Nós precisamos tratar igualmente aposentados e pensionistas do Brasil, tenham eles regime próprio, sejam eles os contribuintes de ontem e os aposentados e pensionistas do Regime Geral de hoje que têm benefício acima de um salário mínimo. Portanto, como foi delegado à Comissão Mista de Orçamento construir o atendimento ao Poder Judiciário, como muito bem e com toda a justeza V. Ex^a apresenta, precisamos também ter um olhar para esse outro segmento. Meus parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, ex-Ministro Pimentel. Fico feliz em ouvir as suas considerações. V. Ex^a, com muito equilíbrio, apenas diz que é justa a reivindicação. Vamos torcer para que a peça orçamentária construa essa possibilidade.

Sr^a Presidenta, quero também, rapidamente...

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Geovani.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Eu não posso deixar passar esta oportunidade, depois da aula de números que deu a enciclopédia que é o Senador José Pimentel, que, como ex-Ministro e Senador da República, coloca esta Casa preparada para discutir o Orçamento na questão previdenciária. O que me chamou atenção foram os dezenove milhões, os 99% de que V. Ex^a fala, de aposentados deste País

que recebem um salário mínimo e a questão, agora, do Poder Judiciário. Esta Casa haverá de ter o equilíbrio necessário para equacionar essas reivindicações. Senador Paulo Paim, de quem sempre fui admirador nesta Casa, que se especializou na área como verdadeiro defensor dos interesses dos previdenciários deste País, eu quero me congratular com este tema que acho que vai servir de pauta para muitas sessões que ocorrerão nesta Casa daqui para frente, que é o Orçamento previsto. E com nosso querido Senador José Pimentel e com V. Ex^a, acho que esta Casa está altamente preparada para discutir assunto de tamanha relevância para o País. Então, congratulo-me com V. Ex^a nesta tarde que nos brinda com este tema que vai começar a pautar nossas sessões. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani.

Senadora Vanessa, permita-me só que eu diga que foi com alegria que assinei uma carta da lavra de V. Ex^a, primeira signatária, remetida à Presidenta Dilma, fazendo um apelo para que ela olhe com carinho essa questão exatamente dos aposentados.

Quero também cumprimentar V. Ex^a e dizer que tomei a liberdade de colocar sua carta na minha página, pois é uma carta muito bem escrita, com muito equilíbrio, com muita tranquilidade, fazendo um apelo à Presidenta para que olhasse a situação desses em torno de 8,3 milhões de aposentados e pensionistas que ficam nessa faixa de pouco mais de um salário mínimo.

Sr^a Presidenta, aproveito este tempo ainda para fazer dois registros.

Quero cumprimentar, mais uma vez, a Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário. Participei com ela, recentemente, em seu gabinete, de uma reunião com as lideranças dos moradores de rua. Destaco aqui o Sr. Anderson Lopes, do Movimento Nacional da População de Rua do Estado de São Paulo; o Sr. Samuel Rodrigues, do Movimento Nacional da População de Rua do Estado de Minas Gerais; a Sr^a Hilda Corrêa de Oliveira, representando o Fórum Permanente da População de Rua do Estado do Rio de Janeiro; a Sr^a Lidiane Gonçalves, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a Sr^a Telma Maranhão, do Ministério do Desenvolvimento Social; a Sr^a Junia Santa Rosa, do Ministério das Cidades; o Sr. Túlio Souza, do Ministério da Saúde; a Sr^a Cristina Bove, da Pastoral Nacional do Povo de Rua da CNBB; e o Sr. Leonildo Monteiro, do Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Paraná.

Faço questão de destacar porque aqui estão lideranças que vieram, de fato, das ruas e estão se apresentando, tal qual os líderes sindicais, junto com assessores diretos da Presidência da República, do

Ministério da Saúde, do Ministério das Cidades, do Ministério dos Direitos Humanos, para discutir políticas para atender à população de rua.

Eles me chamaram, Sr^a Presidenta, porque apresentei, em 2006, o PLS nº 6.802. Eles me diziam que o projeto é bom, mas que houve um decreto do Presidente Lula, se não me engano, em 2008, que foi além do projeto por mim apresentado. O que eles querem? Querem que haja um entendimento para que esse meu projeto, na verdade, incorpore o decreto e se torne, assim, uma política permanente. Independentemente do governo que seja daqui a oito, dez, doze ou quinze anos, seria uma política permanente de atendimento à população de rua que teve a marca do Presidente Lula.

Comprometi-me com eles a aceitar, na íntegra, a transformação do Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que entraria como forma de um substitutivo ao meu projeto de lei e com isso eles estariam contemplados. Quero dizer a eles que fiquei muito feliz com a reunião. Entendi o objetivo e está correto.

E aqui termino dizendo algo que eu ouvi de um deles. Foi lido para mim e achei muito bonito:

Todas as pessoas nascem livres iguais, ou seja, ninguém é melhor do que ninguém. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana, negro, branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo membro de qualquer religião. Assim todos nós temos direito à liberdade, à segurança, à viver com dignidade.

Por isso eu quero assim destacar, Sr^a Presidenta, essa frase muito bem colocada e algumas informações que eles me deram.

Foi constatada que a maior parte da população fica entre 25 e 55 anos, há mais homens que mulheres na população de rua. Aproximadamente 65% não são brancos, a maioria tem somente o ensino fundamental incompleto. Cerca de 70% das pessoas trabalham e apenas 15% vivem em uma situação de pedir, aqui e ali, alguma coisa.

Eu pediria que V. Ex^a considerasse na íntegra esse pronunciamento.

Sr^a Presidenta, queria destacar dois eventos esportivos de escala planetária que se avizinham e em comum nos deixa em uma condição de privilegiados. Estou me referindo aqui a importância de o Brasil ser o foco principal de dois grandes eventos que vão se realizar aqui no País: um deles é a Copa do Mundo, outro a Olimpíada.

Eu diria que de minha parte há um sentimento nesta questão de privilégio misturado a importante car-

ga de responsabilidade e até de ansiedade de todo o povo brasileiro devido a esses dois eventos.

Na verdade, horizontes animadores de sucesso dependerão da capacidade brasileira de montar um plano competente, gerenciar o seu cronograma, naturalmente de reformas, e transformações para garantir uma grande infraestrutura tanto para a Copa do Mundo como também para as Olimpíadas.

Antes de tudo cumpre-nos advertir que parte considerável da fase de planejamento, ainda se encontra em andamento, e, se depender da nossa análise, muito devagar. Mas é importante, em vista de determinados gargalos identificados em tempo pelos organizadores e pela Presidência da República, urge a tomada de providências cabíveis para demonstrar a absoluta e incondicional capacidade e adesão do povo brasileiro, tanto para a Copa do Mundo, em 2014, quanto para os Jogos do Rio, em 2016.

Temos que avançar. Não é novidade para mais ninguém, mas, em virtude de várias décadas de poupados investimentos públicos, a infraestrutura brasileira ainda está muito aquém daquilo que vai exigir esses dois grandes eventos, repito, Copa do Mundo e Olimpíadas.

O Ministro Orlando Silva disse que, para o Brasil poder avançar nessa questão, nós temos que assegurar os recursos adequados que garantam que a Copa do Mundo seja uma das melhores que tenha acontecido nos últimos tempos.

Sem dúvida, Sr^a Presidenta, do ponto de vista da filosofia que inspira a organização de tais competições, cabe enaltecer a noção emergente de “legado social” que ela pode nos trazer, à qual está associada uma preocupação acentuada com a qualidade dos vultosos gastos despendidos em ambos os eventos. Tem que haver investimento, mas vai ter que haver o retorno social.

Graças ao envolvimento entranhado das três esferas administrativas de Governo no projeto esportivo, os brasileiros, com certeza, estão com uma grande expectativa positiva para esse momento histórico.

Sr^a Presidenta, como eu estou com pouco tempo, só vou destacar algumas coisas.

Para se ter uma breve ideia desses eventos, ao longo dos três anos que antecederam a Copa da Alemanha em 2006, foram investidos cerca de 30 milhões de euros em programação de arte e cultura, no meio da qual sobressaíam eventos relacionados a dança, teatro, música, cinema, televisão e literatura.

Em comparação às despesas de infraestrutura, o montante de tais gastos sequer fez ruídos às cifras bilionárias. De fato, os gastos com cultura foram mo-

destos, quando considerados os totais despendidos no campeonato, que ficaram entre 8 e 10 bilhões de euros.

Sr^a Presidenta, o peso da cultura não deve, portanto, ser menosprezado no cálculo dos investimentos e das despesas com ambos os eventos esportivos. Aliás, de acordo com os dados do relatório Copa 2014 – Desafios e Responsabilidades, elaborado pela Subcomissão de Fiscalização da Copa de 2014, da Câmara dos Deputados, no ano passado, os resultados da Copa da Alemanha de 2006 foram razoavelmente modestos.

Naquele ano, o crescimento do Produto Interno Bruto foi de apenas 0,3% em contraste com a criação de 50 mil novos empregos. Em compensação, a Federação do Comércio da Alemanha contabilizou o ingresso de dois bilhões de euros em razão direta do evento, além de crescimento no setor de restaurante de 4%; o setor hoteleiro avançou 10%.

É uma demonstração rápida, Sr^a Presidenta, da importância da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Há outro dado importante: 88% dos turistas que estiveram na Alemanha durante os jogos recomendaram, em seus países de origem, que visitem a Alemanha; 79% consideraram que passaram a ter uma melhor relação com a Alemanha.

Estou dando esses exemplos e poderia repeti-los, inclusive, em relação à África do Sul.

Por isso, Sr^a Presidenta, eu pediria que considerasse na íntegra meu pronunciamento.

Sei que muitos têm uma visão meio derrotista da Copa do Mundo e também das Olimpíadas. Como sou otimista, acredito que o resultado final será positivo, como foi na Alemanha e em outros países, até porque, se não fosse assim, não haveria um movimento tão forte de qualquer país do mundo, ou da maioria dos países do mundo para sediar uma Copa do Mundo ou mesmo uma Olimpíada.

Por fim, Sr^a Presidenta, eu gostaria de destacar que tivemos hoje, pela manhã, um debate na Comissão de Direitos Humanos sobre os 50 anos da Legalidade. Lá estiveram o filho do Presidente João Goulart, o Sr. João Vicente Goulart; representando o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Secretário de Estado Ronaldo Teixeira da Silva; também o Deputado Federal Amauri Teixeira, que é conhecedor de toda essa caminhada da Legalidade, do PT da Bahia; o Senador Wellington Dias; a Sr^a Loiva Lopes Calderan, que representou a Tradição Gaúcha; Esteve também o jornalista conhecidíssimo aqui da Casa o Deraldo Goulart, que falou sobre o seu filme “Jango em três atos”.

Acertamos que, na primeira segunda-feira de cada mês, vamos ter um debate sobre a legalidade; no dia 20 de setembro, será sobre a Revolução Farroupilha, para que a geração presente saiba da importância

desta luta histórica em defesa, como lá foi dito, da democracia, da fraternidade e da justiça social.

Só peço a V. Ex^a que considere na íntegra todos os pronunciamentos que aqui fiz. Eu tinha um compromisso no Rio Grande; vou ter que viajar hoje à tarde, mas fiz questão de ficar até este momento para participar deste importante evento que foi o debate sobre os 50 anos de Campanha da Legalidade.

Vamos encerrar no dia 5 de dezembro, com o filme “Jango em Três Atos”, que foi construído com a família do João Goulart e o Senado da República e dirigido pelo jornalista Deraldo Goulart.

No Rio Grande do Sul, por iniciativa da Assembleia e do Governador do Estado, Tarso Genro, está havendo inúmeras atividades, atos, palestras, debates sobre os 50 anos de Campanha da Legalidade, centrado principalmente na figura de João Goulart e na figura de Leonel de Moura Brizola e de toda a resistência ao golpe que foi instalada no Rio Grande do Sul. Somente por isso o golpe não se deu já em 1961; mas infelizmente veio a ocorrer em 1964.

Era isso, Sr^a Presidente, peço que considere na íntegra todos os meus pronunciamentos, como se aqui eu tivesse lido cada vírgula. Na realidade, fiz um comentário sobre cada um deles.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o convite que recebi de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro para a manifestação intitulada “Cristo abraça o aposentado” que ocorrerá amanhã, dia 9 de setembro, às 18 horas, aos pés do Cristo Redentor.

Cerca de 300 manifestantes irão dar um abraço simbólico no Cristo Redentor clamando por uma política de reajuste real para os aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo.

Segundo o Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical do Estado do Rio de Janeiro, Jorge dos Santos de Faria: “este ato será o ponto de partida para uma série de vigílias que ocorrerão pelo país que só terminarão quando os aposentados e pensionistas forem atendidos em relação as suas reivindicações”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participei, dia 23 de agosto, de uma Reunião organizada pela Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República, que acompanha e monitora a Política Nacional da População em Situação de Rua.

Teve a abertura realizada pela Ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário e contou com a presença de várias entidades organizadas da sociedade civil e lideranças nacionais de movimentos da população de rua, bem como representantes do Poder Público.

Cito aqui alguns nomes e os outros tantos sintam-se representados por eles:

Sr. Anderson Lopes, do Movimento Nacional População de Rua do Estado de São Paulo; Sr. Samuel Rodrigues, do Movimento Nacional População de Rua do Estado de Minas Gerais; Sra. Hilda Corrêa de Oliveira, representando o Fórum Permanente da População de Rua do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Lidiane Gonçalves, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Telma Maranhão, do Ministério do Desenvolvimento Social; Sra. Junia Santa Rosa, do Ministério das Cidades; Sr. Túlio Souza, do Ministério da Saúde; Sra. Cristina Bove, da Pastoral Nacional de Povo de Rua da CNBB; Sr. Leonildo Monteiro, do Movimento Nacional da População de Rua do Estado do Paraná.

Um dos pontos debatidos, foi o PLS 6802 de 2006, de minha autoria, que está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O Projeto enfatiza a necessidade de existir políticas públicas efetivas e abrangentes de acolhimento e amparo aos moradores em situação de rua.

São necessárias iniciativas emergenciais, que sejam adotadas em escala compatível com a gravidade do problema.

A existência desse contingente de desabrigados é fruto das desigualdades socioeconômicas que historicamente estão presentes em nosso país.

E, mesmo com algumas políticas adotadas pelo Governo para minimizar estas desigualdades, não foram suficientes para erradicar de uma vez por todas a exclusão social em que se encontram estas pessoas.

Por isso, a importância da criação do Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, pois as pessoas que estão nestas condições, ficam expostas a situações humilhantes, dificultando o reencontro com a auto-estima e com a dignidade.

Sr. Presidente!

A sociedade brasileira clama por medidas urgentes que solucionem este problema!

Com isso, urge a necessidade de iniciativas emergenciais e concretas que tire das ruas esta população que vive sem dignidade alguma...

Creio que, ninguém está na rua porque quer!

Esta é a resposta do morador de rua, que ecoa diante de sua realidade e entre todos nós!

É a afirmação que apresenta a relevante ausência de respostas e demandas concretas por eles colocadas, ou seja, desejo de moradia, trabalho, saúde, etc.

Esse cenário desafia o poder público, a sociedade, interpela e impulsiona para a busca de uma transformação social e implementações de políticas públicas emergenciais e eficazes.

Os movimentos organizados dos Moradores em Situação de Rua, lutam contra toda a forma de preconceito, discriminação social, violação dos direitos humanos e da dignidade das pessoas nesta situação;

Lutam pela apuração dos crimes e violações dos direitos da população em situação de rua, pois eles são vítimas de chacinas e extermínio, espancamentos, retirada dos pertences, agressões verbais, detenção por vadiagem, entre outros.

Lutam pela transformação em Lei do Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e a adesão dos municípios à Política Nacional.

Sendo que, estão estudando o aprimoramento do Decreto, tomando por base o Projeto de Lei 6802 de 2006, que antes me referi, sugerindo pontos para melhor atender aos apelos desta população.

Eles lutam pelo direito à moradia, garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde, acesso ao trabalho, educação,...

Enfim, toda a pessoa que mora na rua tem direito à vida com saúde, trabalho, educação, segurança, moradia, assistência social e lazer.

Sr^{as} Senadoras e Srs Senadores!

Em 1948, esses direitos foram reconhecidos por vários países, na Declaração Universal de Direitos Humanos. Essa Declaração afirma que:

"Todas as pessoas nascem livres e iguais, ou seja, ninguém é melhor que ninguém. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana: negro ou branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo e membro de qualquer religião. Assim, todos nós temos direito à liberdade e à segurança pessoal."

Sr. Presidente, quem vive na Rua no Brasil?

Em uma pesquisa nacional realizada entre 2007 e 2008, com a participação de 31.922 pessoas nas ruas, em 48 municípios e 23 capitais, em cidades com mais de 300 mil habitantes, foi constatado que a maior parte tem entre 25 e 55 anos; há mais homens que mulheres (mas o número de mulheres vem aumentando); aproximadamente, 65% não são brancos, ou seja, são pardos,

pretos e amarelos; a maioria tem ensino fundamental incompleto; cerca de 70% das pessoas trabalham e apenas 15% pedem dinheiro para sobreviver.

Por fim, sabemos que as causas são de origem estruturais e a solução está diretamente ligada a adoção de uma política econômica centrada na geração de emprego e renda!

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois eventos esportivos de escala planetária se avizinham e, em comum, a condição privilegiada de o Brasil desempenhar o papel de excepcional anfitrião.

É um sentimento de privilégio misturado à importante carga de responsabilidade e ansiedade.

Na verdade, horizontes animadores de sucesso dependerão da capacidade brasileira de montar um plano competente e gerenciar seu cronograma de reformas e transformações de infraestrutura.

Antes de tudo, cumpre advertir que parte considerável da fase de planejamento ainda se encontra em andamento, mas boa parte dos projetos já foi transposta para a fase de materialização.

Em vista de determinados gargalos identificados em tempo pelos organizadores, a Presidenta Dilma já tomou as providências cabíveis e demonstra absoluta e incondicional adesão ao sucesso tanto da Copa do Mundo de 2014, quanto dos Jogos Rio-2016.

Não é novidade para mais ninguém, mas, em virtude de várias décadas de poupados investimentos públicos, a infraestrutura brasileira em equipamentos e logísticas como estádios, transporte urbano, aeroportos e hotéis acabou por ficar muito abaixo do necessário para a realização de eventos de expressivo porte.

Por isso mesmo, o desafio se torna ainda tão mais provocador quanto urgente a construção de uma estrutura física capaz de atender às necessidades do campeonato.

Na condição de vitrine para o mundo, o Brasil é testemunha dos esforços envidados por parte dos governos para que tudo se dê da maneira mais eficiente possível, ou seja, para que as obras se desdobrem com custo aceitável para toda a sociedade. Em destaque, vale sublinhar o papel desempenhado pelo Ministro Orlando Silva para que o Brasil possa se orgulhar da segunda Copa do Mundo realizada em solo nacional.

Sem dúvida, Senhor Presidente, do ponto de vista da filosofia que inspira a organização de tais competições, cabe enaltecer a noção emergente de “legado social”, à qual está associada uma preocupa-

ção acentuada com a qualidade dos vultosos gastos despendidos em ambos os eventos.

Graças ao envolvimento entranhado das três esferas administrativas de governo no projeto esportivo, os brasileiros têm observado que um conjunto de equipamentos públicos está em vias de construção para atender à Copa e às Olimpíadas, mas que também será muito proveitoso para a consequente melhora da qualidade de vida de nossa população.

Nessa lógica, a noção de legado social se prende ao fomento de uma infraestrutura capaz de aliviar problemas crônicos do País, como a falta de transporte público nas grandes cidades ou a construção de hotéis para atender ao setor de turismo.

Trata-se de dois eixos incentivadores da expansão econômica, a partir dos quais se pode vislumbrar transformações radicais e duradouras para o desenvolvimento de uma sociedade.

Mas não é somente isso. Somado ao legado físico, os especialistas chamam atenção para um outro legado, o cultural.

Para se ter uma breve ideia do fenômeno, ao longo dos três anos que antecederam a Copa da Alemanha em 2006, foram investidos cerca de 30 milhões de euros em programação de arte e cultura, no meio da qual sobressaíam eventos relacionados a dança, teatro, música cinema, televisão e literatura.

Em comparação às despesas de infraestrutura, o montante de tais gastos sequer fez ruído as cifras bilionárias. De fato, os gastos com cultura foram bastante modestos quando considerados os totais despendidos no campeonato, que ficaram entre 8 e 10 bilhões de euros em infraestrutura e transporte público, e outros 2 bilhões de euros gastos em construção ou reforma de estádios.

O peso da cultura não deve, portanto, ser menosprezado no cálculo dos investimentos e das despesas com ambos os eventos desportivos.

Aliás, de acordo com dados do relatório Copa 2014 – Desafios e Responsabilidades, elaborado pela Subcomissão de Fiscalização da Copa de 2014, da Câmara dos Deputados, no ano passado, os resultados da Copa da Alemanha de 2006 foram razoavelmente modestos em termos de ganhos materiais. Naquele ano, o crescimento do Produto Interno Bruto foi de apenas 0,3%, em contraste com a criação de 50 mil novos empregos.

Em compensação, a Federação do Comércio da Alemanha contabilizou o ingresso de dois bilhões de euros em razão direta do evento, além de crescimento no setor de restaurantes de 4% nos meses de junho

e julho de 2006, período do campeonato mundial. Por sua vez, o setor hoteleiro expandiu seus negócios em quase 10% no mesmo período.

No entanto, Senhor Presidente, o dado que nos afigura como mais relevante em termos de legado foi outro...

De acordo com o mesmo relatório da Câmara dos Deputados, o ganho mais significativo recaiu sobre a marca "Alemanha".

Segundo especialistas, a marca colheu simpatia no exterior e subiu para o segundo lugar no ranking internacional dos melhores valores do mundo.

E mais. 88% dos turistas que estiveram na Alemanha durante os jogos recomendariam o país como destino turístico ao retornar a seus países de origem, enquanto 79% consideraram que passaram a ter uma melhor relação com a Alemanha.

Não sem motivo, em recente entrevista, a Ministra da Cultura, Ana de Holanda, disse que a Copa do Mundo de 2014 será uma oportunidade única no competitivo painel das autopromoções entre as nações.

Na visão dela, teremos que trabalhar não apenas o Brasil que os estrangeiros veem, ou seja, o país do samba, do futebol, do Carnaval, da diversidade, da miscigenação e da alegria, mas também o Brasil da desigualdade ainda existente, o Brasil com problemas sociais, que precisa de soluções culturalmente viáveis.

Nesse contexto, a Ministra da Cultura está correta quando declara que o esporte integra o rico mosaico cultural do País, articulando valores sociais, identidade, autoestima e cidadania.

Em outras palavras, teremos um processo de mão dupla, pelo qual o cidadão perceberá nestes megaeventos a oportunidade não somente de conhecer e hospedar novos estrangeiros, como também de se conhecer melhor.

Como desdobramento desse entendimento, o Governo brasileiro instalou, em abril último, a Câmara Temática de Cultura, Educação e Ação Social para a Copa do Mundo de 2014.

É a sétima do tipo, lançada com o objetivo de discutir políticas setoriais e propor soluções técnicas referentes aos trabalhos destinados à realização do Mundial de futebol.

Por outro lado, o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, reforçou o entendimento de que o campeonato mundial possui dimensões múltiplas, se estendendo desde o campo econômico e social até o campo cultural.

Na opinião dele, uma boa parte dos seiscientos mil visitantes internacionais que virão ao Bra-

sil estarão motivados não somente para assistir a uma partida de futebol, mas sobretudo para entrar em contato com uma cultura genuína e diversa, riquíssima como é a cultura brasileira, como são as nossas tradições.

Diante do exposto, Senhor Presidente, nada mais oportuno do que aprender com as experiências, absorvendo os aspectos positivos, descartando feitos mal-sucedidos.

Nessa linha, como ficar indiferente aos relatos e recomendações do notável Jordi Marti, hoje vereador em Barcelona e que teve papel ativo na organização dos Jogos Olímpicos de 1992?...

Aliás, por onde quer que passe, não deixa de reiterar a receita certa para a fórmula do sucesso olímpico.

Em resumo, para que houvesse um legado para a cidade espanhola, foi importante o estabelecimento de certa mentalidade que envolvesse três eixos.

Em primeiro lugar, cabe sublinhar a supremacia de uma visão de futuro: modernizar a cidade...

Em segundo, prevaleceu uma espécie de trégua social aliada a uma cooperação dinâmica entre Estado e empresas privadas...

Por último, um consenso nacional sobre a oportunidade de hospedar um grande acontecimento esportivo e histórico.

Sem contestação, segundo os historiadores das competições esportivas, os Jogos Olímpicos de 1992 impuseram um ponto de inflexão na curva organizacional dos eventos.

Barcelona se tornou símbolo máximo e inquestionável da excelência nas esferas do planejamento, da execução e do saldo econômico, político e social do país-sede.

Na visão dos especialistas, o esquema montado pelas autoridades da Espanha inovou não apenas da perspectiva logística para acomodação dos jogos, mas sobretudo da perspectiva econômica para turbinar o mercado turístico de Barcelona.

Nada foi erguido por acaso ou somente para fins provisórios.

Pelo contrário, a cidade catalã se submeteu a transformações radicais de infraestrutura, incorporando um projeto de longo prazo de sustentação econômica.

Além de ter alcançados lucros fabulosos com os Jogos Olímpicos, Barcelona promoveu mudanças estruturais, mediante as quais a população local pôde perceber a melhoria das condições de vida, demarcando uma linha divisória entre o antes e o depois das Olimpíadas.

Nessa lógica, a noção até então ainda prematura do “legado social” passou a ser o conceito hegemônico a prevalecer na organização dos jogos.

O próprio Jodi Marti, que já mencionei, enfatiza que foi importante na organização dos Jogos a modernização da cidade, a cooperação entre público e privado e a valorização da cultura local.

No caso das Olimpíadas de Barcelona, foi possível criar um plano de ação eficiente o bastante para transformar de maneira duradoura aquela cidade.

A partir daquele breve instante, ela se transformou na capital cultural da Espanha, com uma imagem positiva, no longo prazo, internacionalmente, que perdura até o momento.

Contudo, Sr. Presidente, nem tudo são flores. Sabemos que ocorreram problemas em Montreal e Atenas.

Sr. Presidente, de volta ao contexto das copas, vale realçar que também no caso da Alemanha-2006, como pudemos observar a partir das informações contidas no relatório da subcomissão da Câmara dos Deputados, houve um legado duradouro ao reforçar uma determinada imagem daquele país. Sem se descuidar do dispositivo cultural, foi ao mesmo tempo acolhedor na recepção de visitantes estrangeiros, exibindo sempre altos padrões de qualidade e atendimento.

Não sem conhecimento de causa, os integrantes do Comitê Organizador da Copa da África do Sul de 2010 recomendam aos brasileiros a disposição para enfrentar um trabalho duro nos próximos três anos, articulado com projetos bem definidos, com quadros capacitados, com orçamento justo e gestão responsável. Caso contrário, simplesmente nada acontece.

Além disso, enfatizam que houve grande preocupação com a sustentabilidade, inclusão social, investimento em segurança.

Acima de tudo, reafirmam que uma ênfase maior deva ser endereçada às negociações com a FIFA, de modo a garantir o devido espaço para as manifestações culturais, ao artesanato local e as comidas típicas.

Nesta segunda década do século 21, que o Governo Dilma qualifica, com muita propriedade, de “década do Brasil”, podemos e devemos investir de maneira substancial na construção de uma nova imagem do nosso País no exterior.

Longe do olhar estrangeiro, o Brasil deve insistir na mudança de mentalidade política e ecológica transcorrida por aqui nas últimas décadas.

Não podemos mais tolerar que nos vejam ainda como depredadores de florestas. Ao contrário, convém

esclarecer que, pelo menos desde o Governo Lula, o País se caracteriza pela incisiva redução dos índices de desmatamento, com expansão expressiva no respeito à preservação ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Na mesma linha, em lugar de explicar a condição de país pobre, está na hora de o Brasil reagir contra as críticas incômodas e não mais justificadas.

É o momento de apresentar que há um novo País, capaz de solucionar seus problemas crônicos com a introdução agressiva de programas sociais.

A partir do Governo Lula, tais programas têm sido bem sucedidos na tarefa de reduzir os índices de desigualdade no Brasil.

Graças às inovações em gestão, o processo de ascensão social modificou o patamar social do País, em que há prosperidade para milhões de brasileiros.

Nossa logomarca deve se inscrever na seguinte informação: pela primeira vez em nossa história, a classe C, a chamada classe média, se constitui em mais da metade dos brasileiros.

Enfim, Sr. Presidente, diante dessa resumida exposição e nos aproximando da conclusão, vale ressaltar que tanto o campeonato mundial de futebol quanto as Olimpíadas se configuram em vitrine privilegiada para exibir esse novo Brasil.

Aprendendo com a história de eventos passados, saberemos, com certeza, conduzir ambos os desafios desportivos que nos esperam.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Os discursos de V. Ex^a serão transcritos na íntegra nos *Anais* desta Casa.

Dando continuidade à relação de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago, próximo orador inscrito, que permutou com o Senador Geovani Borges, que falará por 10 minutos.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa, do nosso querido Estado do Amazonas, peço o registro nos *Anais* desta Casa das boas novas que nos trouxe o Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, por ocasião da audiência pública sobre o Programa Nacional de Banda Larga, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Ao saudar as falas e intenções de nosso Ministro, decerto o faço com o aval de um número sem-fim de brasileiros que ainda permanecem alijados dos benefícios dessa tecnologia, constituindo-se no que o mercado chama de excluídos digitais.

Acena-nos o designado pela Presidente Dilma Rousseff com a previsão de que até o final de 2014, quarenta milhões de domicílios brasileiros terão acesso à Internet de alta velocidade.

Aproveito, inclusive, para cumprimentar nosso colega de partido, Senador Eduardo Braga, pela autoria do requerimento para que a audiência fosse realizada. Ele, como homem da Amazônia, sabe como ninguém o quanto nossa gente espera por essa oportunidade.

Revela-nos o Ministro que o acesso à Internet deverá ser oferecido no PNBL, à velocidade mínima de 1 MBPS, e ao preço de R\$ 35,00, incluindo os tributos, ou R\$29,90, sem tributos. A Internet de alta velocidade deverá alcançar todas as sedes municipais, progressivamente, até 2014. E, já em dezembro deste ano, estarão atendidos 543 Municípios distribuídos por 25 Estados.

Sr^a Presidente, veja a senhora, como amazônida, que o que vem aí é, indiscutivelmente, a democratização do acesso à informação. Tornar a Internet acessível às camadas mais populares, mais que dobrando o número de domicílios atendidos até 2010, significa, na verdade, um revolucionário plano de inclusão no mundo das comunicações, do trabalho, dos negócios, da cultura do relacionamento!

Vejam os senhores que o Amapá é um desses excluídos, e é impossível negar que isso dificulta a vida dos nossos estudantes, de nossos empresários, do povo em geral. É como se fôssemos alçados da escuridão das trevas ao clarão do dia.

A Telebras está sendo reativada pelo Governo e, assim, projeta uma rede de mais de 30 mil quilômetros de fibras óticas até 2014. As fibras que serão instaladas em rede do Sistema Elétrico Nacional alcançarão mais de quatro mil Municípios em três anos. Existem, inclusive, previsões já robustas para o ano vindouro de 2012.

E aqui recorro ao comentário do Senador Eduardo Braga sobre a realização de um bem sucedido leilão de posição de satélites de comunicação, razão pela qual perguntou ao Ministro se os satélites beneficiariam a ampliação da banda larga na Amazônia.

E a resposta veio alvissareira. O Ministro informou que haverá *transponders* dos novos satélites voltados à Amazônia, garantindo sinais “mais fortes” para a região. Ele disse ainda que o Governo está antecipando me-

tas de implantação do programa na Amazônia. A rede de fibras óticas que unirá Tucuruí, no Pará, a Manaus, por exemplo, já estará funcionando em julho de 2012.

São metas para se celebrar e reconhecer que o Governo caminha com assertividade.

Não se pode falar em sustentabilidade para as nossas regiões sem um sistema eficiente de comunicações. Isso amenizará substancialmente os isolamentos que castigam a maioria das nossas cidades. Trará progresso, vida nova para todos. Há de se ver que nem mesmo a telefonia móvel não chegou a todos os Municípios da Amazônia.

Como está prevista, para breve, reunião com os Estados amazônicos e os Sr. Ministro, para tratar do tema da implantação da banda larga na região, tudo o que for suscitado na audiência pública poderá ser discutido de forma mais completa.

Fica, pois, aqui nosso registro de louvor e nossa esperança pela vinda dessas ferramentas, que se prestam ao exercício da democracia, do saber, do progresso.

Essa era a nossa fala sobre esse assunto.

Antes de encerrar, gostaria de comentar, a matéria do jornal **A Gazeta**: “Presidente denuncia tentativa de golpe no Conselho de Cultura”.

Gostaria que as câmeras focalizassem aqui a matéria de **A Gazeta** e peço à Presidenta da Mesa que transcreva nos **Anais** desta Casa toda esta matéria do jornalista Régis Sanches sobre a questão da intervenção em mandatos dos conselheiros da área de cultura.

Há uma polêmica muito grande na Assembleia Legislativa. Aqui fala-se sobre a extinção do Conselho de Cultura do meu Estado do Amapá, história que já ouvimos e repetimos.

Portanto, solicito a V. Ex^a que considere essa denúncia, na íntegra, também como parte do meu pronunciamento, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a será atendido conforme determina o Regimento.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela exiguidade do meu tempo e sabendo que V. Ex^a tem compromisso, concluo meu pronunciamento aqui.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

INTERVENÇÃO DO GOVERNO

PRESIDENTE DENUNCIA TENTATIVA DE GOLPE NO CONSELHO DE CULTURA

Jornal **A Gazeta** do Amapá

Macapá, (sexta-feira, 2 de setembro de 2011
Caderno Geral

CONTROLE ABSOLUTO

Presidente acusa “golpe” de Camilo em projeto que prevê intervenção no Conselho Estadual de Cultura.

Segundo José Porfírio Freitas Cardoso, o Popó, além de ferir o estado democrático de direito, a iniciativa de Camilo repete os métodos autoritários empregados por seu pai.

Régis Sanches

Da reportagem local

O presidente do Conselho Estadual de Cultura, José Porfírio Freitas Cardoso, o Popó, classificou de “golpe” o projeto de lei do governador Camilo Capiberibe que, se aprovado, lhe dará controle absoluto sobre o órgão. Segundo Popó, além de ferir o estado democrático de direito, a iniciativa de Camilo repete os métodos autoritários empregados por seu pai. Quando governador, Capi também sufocou o Conselho de Cultura, a ponto de extingui-lo.

Embora o projeto de lei preserve a paridade na formação do Conselho – oito titulares e dois suplentes indicados pelo governador e igual número pelos segmentos sociais –, a sutileza do governador Camilo foi inserida no inciso 3 do art. 2: “É facultativo ao governador do Estado, mediante edição de ato correspondente, substituir, mesmo no curso do mandato, quaisquer dos membros titulares ou suplentes, tanto motivado pela conveniência e oportunidades administrativas, quanto para atender a pedido de desligamento do conselheiro interessado.”

Ator e diretor de teatro, Popó usa uma metáfora para interpretar o texto sugerido pelo governador. “Imagine uma lista tríplice de procuradores apresentada ao governador, que escolhe um deles. Mas se o procurador começa a investigá-lo, o governador tem plenos poderes de destituí-lo. Aí está o golpe, ele quer destituir o atual Conselho de Cultura” acentua Popó.

Com mandato até maio de 2012, Popó disse que, além de acelerar a implantação do sistema estadual de cultura em todos os municípios do Amapá, o Conselho detectou irregularidades na gestão da Secretaria Estadual de Cultura (Secult). Um dos malfeitos, segundo Popó foi o pagamento de R\$ 150 mil para a construção

de palco e arquibancada metálica, em pleno sambódromo, por ocasião da quadra junina.

Popó disse que os segmentos culturais vão pressionar os deputados para derrubar o parecer do deputado Charles Marques (PSDC), favorável ao projeto de lei de Camilo. “Vamos unir forças com os professores, os profissionais da saúde e os policiais civis, para estabelecer o controle social do governo Camilo Capiberibe”, concluiu.

EMENDA DE MARÍLIA GÓES PRESERVA CONSELHEIROS ATÉ 2012

Para refrear a ingerência do governador sobre o Conselho de Cultura, a deputada Marília Góes apresentou emenda ao projeto de lei, que preserva os mandatos de todos os conselheiros empossados, até maio de 2012. No entanto, nas duas sessões em que a matéria seria votada, a líder do governo, Cristina Almeida (PSB), comandou o esvaziamento do plenário para desqualificar o **quorum**.

A emenda de Marília Góes foi subscrita por 11 deputados. “Se aprovada, a emenda modifica o parecer do relator Charles Marques, favorável ao projeto de lei do governador”, observou Marília. “É preciso analisar esse projeto em perspectiva histórica. O governador Capi acabou com o Conselho de Cultura, no governo Waldez Góes o conselho foi reativado e, agora, o filho de Capi quer ter controle absoluto sobre o órgão”, resumiu Marília.

CAPI, O CANTO DOS PÁSSAROS E A EXTINÇÃO DO CONSELHO DE CULTURA

Quando era governador, João Alberto Capiberibe nomeou o escritor Ademir Pedrosa ao cargo de presidente do Conselho Estadual de Cultura. Como o ato era ilegal, os conselheiros da época conviveram com Pedrosa por alguns meses e, logo, elegeram presidente o produtor cultural Herbert Emanuel Valente de Oliveira, hoje professor da Unifap.

Naquela época não havia Secretaria Estadual de Cultura e o órgão responsável pelo setor era a Fundecap. Por volta de 1996, o Conselho Estadual de Cultura detectou que uma ONG estava ganhando muito dinheiro para pesquisar os sons da floresta em especial o canto dos pássaros.

Intrigado com a situação, o Conselho de Cultura pediu explicações à Fundecap, que não respondeu. Descobriu-se, então, que a ONG tinha como endereço a residência de Capi. O telefone da entidade era o mesmo da casa do governador e nos registros da instituição constava o CPF de João Alberto Rodrigues Capiberibe.

O fato veio à tona nas páginas do jornal **Diário do Amapá**. Então, o governador Capiberibe chamou ao Palácio do Setentrião o vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, Manoel Bispo, que seria nomeado por ele no lugar de Herbert Emanuel.

Manoel Bispo não concordou com Capi, comunicou o fato a Herbert Emanuel, que convocou uma reunião do Conselho Estadual de Cultura. Por unanimidade, os conselheiros decidiram entregar seus cargos. O governador Capi aceitou a exoneração coletiva e não nomeou novos conselheiros. Assim, o Conselho Estadual de Cultura foi extinto.

Pode-se argumentar que o Conselho Estadual de Cultura, que seria reativado pelo governador Waldez Góes, foi sufocado, de forma pitoresca, pelo canto dos pássaros. Mas, segundo um conselheiro da época, que pediu anonimato, “se o artista não afinar seu canto com o PSB, a família Capiberibe vai sempre sufocá-lo”.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador.

A Mesa acolheu o pedido de V. Ex^a e seu pronunciamento, assim como todo o artigo, será transcrito.

Convido V. Ex^a, Senador Geovani Borges, para continuar na direção dos trabalhos no dia de hoje.

A Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convidamos o Senador Rodrigo Rollemberg, como orador inscrito. *(Pausa.)*

Convidamos a Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

V. Ex^a dispõe do tempo previsto no Regimento e, democraticamente, do que mais precisar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada. Sei que V. Ex^a não usou todo o tempo a que tinha direito e, por isso, cede a mim o restante do tempo. Muito obrigada. Agradeço a V. Ex^a, Senador Geovani Borges.

Cumprimento os Srs. Senadores e Senadoras, companheiros e companheiras, muita gente, a todos que participam desta sessão no dia de hoje.

Presidente Geovani, venho à tribuna hoje para falar, nesta data tão importante, acerca do meu Estado do Amazonas, o meu querido Estado do Amazonas. E, por não estar no meu Estado neste momento e, sim, aqui em Brasília, no Senado Federal, eu me somo a todos nesse ato ou nesses atos de comemoração pela passagem dessa importante data para o Brasil e, em especial, para todos os amazonenses.

Refiro-me ao fato de que hoje estamos comemorando a nossa autonomia política, a autonomia política do Estado do Amazonas, que foi determinada no ano de 1850, precisamente no dia 5 de setembro do ano de 1850. Conforme todos sabem, o Amazonas, e não somente o Amazonas, a região da Amazônia brasileira foi cedida pela Espanha, vez que, no acordo anterior, toda aquela região ficava sob domínio da Espanha e foi cedida, pelo Tratado de Madri, no ano de 1750, a Portugal. E era da Espanha porque quem primeiro aportou, aproximadamente 4 anos ou 41 anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, na nossa região, a Amazônia, foi exatamente o espanhol Francisco de Orellana, e isso ocorreu aproximadamente nos anos de 1540-1542.

A criação do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, foi efetivada no ano de 1755. Entretanto, a sua elevação à categoria de província só ocorreu no ano de 1850, vez que, até então, o Estado do Amazonas, assim como toda aquela região, pertencia à província do Grão-Pará, que era a grande província que abrangia praticamente toda a região norte do Brasil, toda a Amazônia brasileira.

Então, é por conta dessa independência, por conta dessa data importante – que, repito, nos garantiu a autonomia política – que hoje os estudantes da rede pública e da rede particular de ensino estão comemorando esse fato por meio de um desfile escolar. Daqui a alguns dias, teremos uma grande comemoração nacional, o Dia da República, Dia 7 de Setembro. E a Semana da Pátria começa, no Estado do Amazonas, de forma antecipada, porque lá nós dividimos o desfile militar do desfile escolar para comemorar essas duas datas importantes. Cabe, portanto, aos estudantes da rede pública e da rede privada desenvolver e fazer o seu desfile no dia de hoje. Hoje é um grande feriado, um feriado muito importante para o meu Estado, e, daqui a dois dias, haverá outro desfile, dessa vez um desfile militar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a tradição do povo do meu Estado de participar desses desfiles é algo que encanta a todos nós. O desfile ocorre no Centro de Convenções, conhecido popularmente no Estado do Amazonas como Sambódromo. É um local que comporta e abriga sentado um mar de cem mil pessoas. E, tanto o desfile escolar do dia de hoje quanto o desfile militar que ocorre a cada Dia 7 de Setembro, tanto um quanto outro levam milhares de pessoas, milhares de amazonenses, de manauaras a assistirem a esse desfile e prestigiá-lo. Penso que isso é algo que manifesta não só o desejo de assistir a uma demonstração muito bonita – porque todo desfile, seja militar, seja escolar, é uma demonstração muito bonita –, mas, por parte da

população, é uma demonstração de carinho, de amor à sua pátria e ao seu Estado, Sr. Presidente.

Então, digo que fico muito feliz em saber que os amazonenses têm conhecimento profundo da sua história e jamais deixam de realizar grandes eventos comemorativos tanto à Pátria como ao Estado do Amazonas. E, em todas essas comemorações, no desfile de hoje, é muito lembrado o primeiro, aquele que foi o primeiro governador da Capitania do Rio Negro – que foi como primeiro se chamou o Estado do Amazonas: Capitania do Rio Negro.

Nosso primeiro governador foi João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Essas festividades, todas elas, fazem questão de lembrar esse fato histórico, através de demonstrações apresentadas pelos estudantes da rede de ensino do Estado do Amazonas. E quero aqui dizer que, depois de um tempo de Província do Rio Negro, passamos a ser denominados como Estado do Amazonas.

A palavra Amazonas tem origem indígena e, assim como todas as palavras, tem um significado. A palavra Amazonas significa ruído das águas, significa água que retumba, Sr. Presidente. Isso não é à toa, porque o Estado do Amazonas é um dos Estados que têm o maior volume de águas de todo o País e do mundo inteiro. É um Estado banhado, em todo o seu território, por águas, seja do rio Negro, do rio Amazonas, do rio Solimões, do rio Madeira, Juruá, Purus, seja de tantas outras calhas de rios que nós temos em nosso Estado. Então, o nome Amazonas veio exatamente por esta razão: para denominar uma região caracterizada por ser extremamente banhada por águas. Esse é um fato, para nós, muito importante, porque garante uma riqueza, uma vantagem que ainda não é plenamente reconhecida no Planeta, Sr. Presidente, mas nós não temos dúvida nenhuma de que, a cada ano que passa, conforme cresce a população do mundo inteiro, mais importantes ficam esses recursos naturais, porque ninguém sobrevive sem comida e sem água.

E, se hoje o mundo vive uma instabilidade, do ponto de vista da sua segurança, todos nós sabemos que é porque existe uma luta pelo controle do petróleo. O petróleo ainda é a primeira fonte de energia utilizada no Planeta. Então, é um elemento muito importante. E, se hoje temos essa instabilidade por conta do petróleo, há analistas – nós concordamos, e eu concordo plenamente com isso – que apontam que, daqui a alguns anos, a instabilidade, a possibilidade de guerras, de conflitos, de confrontos se dará por conta dos recursos naturais, recursos indispensáveis à manutenção da vida, não só da vida dos humanos, mas de todas as espécies que há no Planeta, porque a água, diferentemente do que muitos imaginam, não

é um recurso infinito; pelo contrário, é um recurso finito. Se nós não soubermos cuidar plenamente disso, a gente poderá estar hoje construindo problemas para gerações futuras.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu volto aqui a falar dessa data importante que representa a nossa autonomia política, a autonomia política do Estado do Amazonas.

Segundo o professor da Universidade Federal do Amazonas, meu amigo Sylvio Mário Puga, a criação da Província do Amazonas tem ligação direta com as pressões para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, no momento em que o Governo Imperial se encontrava pressionado pelo governo dos Estados Unidos, com vistas à abertura da navegação do rio Amazonas.

E aí, novamente, voltamos a falar das águas, Sr. Presidente, porque não é possível falar sobre a Amazônia, Senador Geovani Borges, V. Ex^a que vem também da Amazônia, do querido Estado do Amapá... Amazônia é quase que um sinônimo... A palavra, sim, é um sinônimo e representa exatamente água. Agora, a nossa importância está diretamente ligada com a quantidade e com a enorme reserva de água que detemos em nossa região.

E aqui relembro que, recentemente, foi anunciada a prévia de um estudo que deverá ser publicado proximamente, dando conta de que, no subterrâneo do rio Amazonas, corre outro rio paralelo, Sr. Presidente, o que significa dizer, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, que a Amazônia é, sem dúvida alguma, importante não para o presente do Brasil, mas importante para o presente e para o futuro do Brasil e do Planeta como um todo.

No plano interno, um dos vetores para a criação da Província deve ser apontado na extensão da gravidade dos conflitos desenvolvidos na Província do Grão-Pará, entre 1835 e 1849, com a deflagração da Cabanagem, a maior revolta popular ocorrida durante a Regência, que manteve a Província separada do Governo Central.

A revolta espalhou-se pelo Grão-Pará, expandindo-se na Comarca do Alto Amazonas, em 1836, liderada por Apolinário Maparajuba, e veio a atingir as populações do Madeira, do Solimões e do Negro, que caíram sob o controle dos cabanos. A reação imperial foi enérgica. Segundo Arthur César Ferreira Reis, os cabanos abatidos no Pará, sem mais organização e chefes de prestígio, desmoralizados na comarca, nem por isso depuseram as armas. Ao alastrar-se por toda a Província do Grão-Pará, que englobava a Comarca do Alto Amazonas, ficava explícita a dificuldade de pronta defesa militar, principalmente numa área cujo

centro da decisão estava aproximadamente a 1.500 km de distância – refiro-me à distância entre a cidade de Belém até o Estado do Amazonas. E esse fato perdurou até o ano de 1840.

Essa dificuldade experimentada pelo Governo Imperial no combate à Cabanagem cria condições de política interna que permitiram diminuir as resistências ao anseio da criação da Província do Amazonas. Na época, a excessiva centralização administrativa e política levou à incorporação como províncias do Império apenas as capitanias do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A autonomia da Amazônia deu-se somente em 1850 quando foi criada a Província do Amazonas, com sede na cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus a partir do ano de 1856.

Quero dizer que hoje o Amazonas está em festa não apenas porque comemora uma data importante, uma data que teve a origem efetiva do Estado do Amazonas, mas porque entendemos ser necessária não apenas uma comemoração, mas uma reflexão da situação do Estado do Amazonas perante o território nacional. Obviamente que o Brasil hoje é a sétima potência econômica do mundo. Entretanto, temos muitos desafios à nossa frente. Um deles, talvez o principal objetivo, é diminuir as desigualdades sociais, fazer desta Nação uma nação que dê oportunidade e condições de vida decente a toda a sua gente.

Entretanto, tenho dito da tribuna, com muita frequência, que, para que possamos promover a busca, para que possamos promover uma maior igualdade social perante nossa gente, perante nosso povo, é necessário garantir o estabelecimento de uma política que vise ao combate às desigualdades regionais. Então, precisamos construir um País mais igualitário, desde a região Sul até a região Norte. E creio que essas diferenças já vêm sendo minimizadas, porém num ritmo que consideramos ainda muito aquém das necessidades.

O Estado do Amazonas, por exemplo, é o Estado que tem a maior área geográfica do Brasil. É a maior Unidade de nossa Federação. Temos cerca de 1,57 milhão de quilômetros quadrados em uma nação, um país que tem, aproximadamente, 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Ou seja, dos 8,5 milhões, 1,5 milhão são do Estado do Amazonas. Entretanto, temos a mais baixa densidade populacional. Contra a média nacional de densidade demográfica de algo em torno de 22,5 habitantes por quilômetro quadrado – no Brasil, esta é a média nacional –, no Amazonas, nós temos uma densidade demográfica de 2,2 habitantes por quilômetro quadrado.

Isto não é nenhum problema, porque nós representamos aquele que é o maior Estado do Brasil

e também aquele que tem quase que toda a sua extensão territorial coberta pela Floresta Amazônica, floresta ainda intacta. Temos muito orgulho, nós, os amazonenses, de dizer que somos o Estado que tem o maior nível de preservação florestal.

Entretanto, boa parte dessa população, da população do Estado do Amazonas, que hoje é de em torno de 3,6 milhões de habitantes, boa parte dela, quase dois milhões, 1,8 milhão, ainda vive na capital do Estado, na cidade de Manaus, sendo que mais de um milhão de pessoas vivem no interior.

E nós temos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de entender que as pessoas que vivem no interior do nosso Brasil, fora dos grandes centros urbanos, onde se encontra toda a facilidade da vida e a oportunidade de lazer, a oportunidade de educação, de acesso ao sistema de saúde, tem muito mais dificuldade. Para que essas dificuldades sejam superadas é que nós entendemos a necessidade da aplicação de políticas públicas voltadas não só para os grandes centros, mas também para as pequenas cidades.

E nesse aspecto, quero destacar como exemplo a política, que vem sendo adotada desde o primeiro mandato do Presidente Lula, de interiorização da educação. Isso é muito importante. No Estado do Amazonas, hoje, a realidade é muito diferente daquela vivida há quinze anos, por exemplo. Nós tínhamos somente em torno de quatro cidades do interior que contavam com estabelecimentos de ensino superior. Eram apenas quatro cidades, Sr. Presidente, há quinze anos, uma década e meia, e hoje nós podemos dizer com muita alegria que todas as cidades do Estado do Amazonas oferecem curso superior, na grande maioria delas cursos presenciais, com a presença da Universidade Estadual do Amazonas. Em grande parte, é a Universidade Estadual do Amazonas que lá está, sendo que em alguns outros Municípios é a Universidade Federal.

É exatamente com esse objetivo de levar qualidade de vida para quem vive no interior que o Presidente Lula interiorizou o processo de educação no nosso País, o que é continuado agora pela Presidente Dilma.

Então, temos um Estado, Sr. Presidente, muito rico do ponto de vista dos recursos naturais. Eu falei muito da água. Veja V. Ex^a que já na época da cabanagem ou da luta para a autonomia política de determinadas regiões, como uma grande área ligada à província do Grão-Pará, essa luta se dava exatamente pelas calhas dos rios, no Alto Amazonas e no Alto Solimões. No nosso Estado, nós não nos localizamos por sermos do norte, do sul, do leste ou do oeste, mas por sermos dos Municípios da calha do Madeira, dos Municípios da calha do Purus. É assim que se dão as regiões ad-

ministrativas no nosso e em todos os outros Estados do Amazonas que têm a mesma característica.

Portanto, somos um Estado muito rico do ponto de vista, repito, dos recursos naturais. Aí a gente tem que destacar a importância da visão geopolítica daquela época, da época anterior ao governo militar, ao regime militar, que foi um regime ditatorial. Eles olharam o Brasil do ponto de vista correto, da necessidade de se levar uma oportunidade, uma possibilidade de desenvolvimento para aquelas regiões mais longínquas, mais distantes do Brasil. Foi assim que nasceu a Zona Franca de Manaus, hoje o maior pólo eletroeletrônico não só do Brasil, mas do continente sul-americano, o que é importante porque gera emprego, gera renda, tanto que, hoje, em torno de 95% a 98% da economia do Amazonas depende exatamente da Zona Franca de Manaus, Sr. Presidente.

Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que, para a gente, é uma alegria muito grande comemorar essa data tão importante que é a da elevação ao **status** de província do nosso querido Amazonas. Foi a partir daí que tudo começou.

Tem muita gente, Senador Collor, que diz que é necessário que o Brasil ainda seja redividido, que sejam organizadas novas Unidades da Federação, novos Estados. Usam muito como exemplo o Amazonas por ser um Estado de grande dimensão territorial, de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Entretanto, sou daquelas que acreditam que todo projeto de organização territorial, que todo projeto de ordenamento territorial do Brasil tem que estar ligado a um projeto político maior, a um projeto político de desenvolvimento.

Eu não defendo a divisão do Amazonas porque entendo que temos que, primeiro, avançar muito no desenvolvimento para, depois, fazermos uma revisão da nossa organização, do nosso ordenamento territorial, da nossa organização administrativa.

Fica aqui um afetuoso, um carinhoso abraço a todos os amazonenses que neste momento estão em um feriado, mas um feriado comemorativo, quando grande parte da população se desloca até o Centro de Convenções para assistir à juventude da nossa querida cidade de Manaus num desfile comemorativo pela autonomia política do meu Estado, assim como fazem todos nas principais ruas do interior do Estado.

Muito obrigado, Presidente Geovani Borges.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Fernando Collor, nosso ex-Presidente, quero cumprimentar a Senadora Vanessa pelo brilhante pronunciamento a respeito dos poten-

ciais da região Amazônica, no que diz respeito a quatro quilômetros, se não me engano, de profundidade de um lençol de água equivalente ao mesmo volume e ao mesmo tamanho do rio Amazonas. Essa é uma descoberta fantástica para o mundo inteiro, uma das grandes riquezas da nossa querida Amazônia.

Com muito prazer, concedo a palavra, pela ordem, ao nosso querido Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

Convido V. Ex^a, se me permitir a honra, a assumir a Presidência desta Casa, porque tenho um compromisso.

Antes disso, concedo a palavra ao Senador Alvaro.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – E eu falarei posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Posteriormente.

V. Ex^a convidaria outro colega para usar da palavra, porque o Senador Wilson Santiago permutou com o Senador Alvaro.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convido V. Ex^a a assumir o comando da Casa. Tenho certeza de que o fará com muita tranquilidade, já que conduziu o nosso País como Presidente da República.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nesse final de semana ressuscitou-se em Brasília a ideia da regulação da mídia.

Esse é o tema essencial que me traz à tribuna nesta segunda-feira. É bom lembrar que o PT, surfando nas ondas das aspirações populares, chegou ao poder no País, mas, sem dúvida, não fosse a generosidade dos espaços generosos da mídia, da consideração e da simpatia que devotou ao partido na oposição, certamente não teria alcançado o poder.

Considero, portanto, uma manifestação de ingratidão ímpar o PT, no poder, amaldiçoar a imprensa, como vem fazendo, especialmente nas últimas semanas, inconformado com as denúncias de corrupção

no Governo. Fica difícil entender a fúria de alguns, é bom não generalizar, mas de alguns governistas que assacam contra a imprensa, especialmente nas redes sociais, impropérios, em razão de estar ela corajosamente exercitando o seu papel.

Coincidentemente, uma socióloga da minha cidade, Londrina, no Paraná, a Sr^a Maria Lucia Victor Barbosa, antes desse congresso do final de semana, redigia algo que tem muito a ver com esses acontecimentos. Ela inicia o seu artigo, sempre brilhante, dizendo o seguinte:

Em 1914, Robert de Jouvenel dá o título de “O Quarto Poder” a uma das partes de sua obra *A República dos Camaradas*. Ali ele registrou: “Quando um parlamentar conhecido se abstém durante muito tempo de frequentar essa bolsa de confidências e difamações, sua pessoa poderá ser vista a perambular tristemente de grupo em grupo, à cata do jornalista que se disponha, finalmente, a vir solicitar confidências destinadas ao grande público”.

[...] [Ele] mostrou, assim, a força do “quarto poder”, ou seja, dos jornais do seu tempo. Ele não podia imaginar a influência que teriam mais tarde o rádio e a televisão sobre a massa.

O quarto poder continua a movimentar opiniões, mas, no momento, em nosso País, é de se duvidar que algum político busque jornalistas de certos veículos da grande imprensa, os raros que possuem independência suficiente para mostrar o submundo do Governo. Desses jornais e revistas os políticos devem estar fugindo como diabo da cruz. É que o quarto poder anda derrubando ministros, mostrando com fatos e documentos a máfia em que se transformou o Governo do PT e de seus aliados.

Palavras de Maria Lucia Victor Barbosa, socióloga insuspeita e que de quando em vez redige artigos que eu considero memoráveis, pelo seu brilhantismo.

Ora, anuncia-se que o Governo pretende enviar ao Congresso, brevemente, uma proposta de regulação da mídia. E, ao tratar de liberdade de imprensa, que é um tema vital para a manutenção da democracia, o partido, em determinado ponto, afirma que “o jornalismo marrom de certos veículos, que às vezes chega a práticas ilegais, deve ser responsabilizado toda vez que falsear os fatos ou distorcer as informações para caluniar, injuriar ou difamar”.

Ora, parece-me não ser o PT um instrumento adequado para definir o que é jornalismo marrom e o que é jornalismo sério no País. Mas é inaceitável, sob

qualquer pretexto, querer cercear ou regular a mídia, amordaçar a mídia.

Não é a primeira tentativa. Tivemos outras frustradas. Em várias oportunidades, tentou-se, nos últimos oito anos e meio, amordaçar a mídia. A pressão se exercitou e o recuo foi inevitável. Nova tentativa agora.

A sigla que comanda o País nos últimos oito anos e já oito meses, além de esquecer que o seu principal líder reconheceu que só foi possível chegar ao poder graças ao apoio da mídia, não leva em conta que estamos num Estado democrático de direito e que o Poder Judiciário mantém juízes a postos para responsabilizar eventuais excessos por parte daqueles que escrevem diariamente. Cabe à Justiça, e tão somente a ela, o papel de arbitrar e de responsabilizar.

Eu trago uma frase lapidar de Machado de Assis:

Se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que, das duas existências paralelas, a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente.

Mas vamos até Thomas Jefferson, um dos Presidentes norte-americanos. Ele dizia que entre “um governo sem imprensa e uma imprensa sem governo”, preferia a última alternativa. Por quê? Porque a imprensa é a respiração do corpo social.

Aliás, é bom recordar aos governistas o que disse a Presidente Dilma Rousseff. Ela disse o seguinte: “Prefiro mil vezes o som das críticas da multidão ao silêncio da ditadura.”

Portanto, não se justifica uma resolução daltônica, que tenta reviver um cromatismo que escamoteia o desejo de uma sigla que não aceita críticas e tenta demonizar a oposição.

Eu poderia popularizar um pouco a crítica, afirmando que o PT, neste momento, se parece com aquele comerciante desonesto, que vende produto falso, faz propaganda enganosa e tenta driblar o Conar e o Procon. É o que eu vejo nessa tentativa petista: driblar a opinião pública, por exemplo, dominando a mídia, para que a sujeira acumulada fique debaixo do tapete e, ao invés de varrê-la, procure veicular que há uma Presidente, na Presidência da República, fazendo uma verdadeira faxina. É óbvio que esta é a tentativa: escamotear a verdade, mesmo que seja a...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... questão da subtração de um direito essencial do ser humano (*Fora do microfone.*) que é o direito à liberdade de convicção pessoal. Aliás, já se disse e já se repetiu inúmeras vezes, a liberdade de imprensa é a mais importante de todas as liberdades. Ela comprometida, as

demais falecem. Não sei de quem é a frase, mas ela é repetida constantemente nos discursos, especialmente nas tribunas do Parlamento.

Mas é preciso que não fiquemos apenas no discurso. É coincidente o fato de que a reabilitação da ideia da regulação da mídia ocorra exatamente quando o jornalismo investigativo vem logrando êxito na sua tarefa cotidiana de investigar corrupção no Governo. Tem esse jornalismo, com exuberância, revelado fatos que provocam certamente impacto naquela parcela de bem do País.

Ainda nesse final de semana, uma denúncia da maior gravidade: na Casa Civil da Presidência da República ainda mora o tráfico de influência. A Casa Civil da Presidência da República, que se tornou uma espécie de casa amaldiçoada com tantos escândalos a partir de Waldomiro Diniz e outros até Erenice Guerra, continua sendo morada do tráfico de influência. A revista **Época** traz a denúncia. Há lá um balcão para captar, com escritório instalado no Paraná, clientes que se candidatam a recursos públicos do Governo da União, mediante aquilo que se denominou chamar já antes, no Governo do Presidente Lula, de taxa de sucesso. Isso é muito grave!

Como falar em existência de faxina no Governo se até esse momento nenhuma palavra se ouviu da Presidência da República sobre essa denúncia? Devemos ignorar? Afinal, isso não é grave? É possível instalar um escritório em determinado Estado para cooptar Prefeitos para que paguem emolumentos para a obtenção de recursos junto ao Governo Federal e esse escritório se associa à Casa Civil da Presidência da República? Nós temos que calar diante de uma denúncia como essa? A revista foi generosa, foi muito generosa. Pela gravidade do fato, procurou ser suave ao apresentar a denúncia. Mas não há como ignorar a importância de se esclarecer, de se adotar providências. E o PSDB na Câmara dos Deputados já se mobiliza para adotar providências que dizem respeito a esse fato. Este é apenas um fato que tomo como exemplo, talvez justificando esta ira de alguns governistas em relação à imprensa do País.

É este o momento para falar em regulação da mídia? Quando as denúncias explodem nos principais veículos do Brasil, fala-se em regulação da mídia, como se desejássemos amordaçar a imprensa para que a corrupção pudesse campear, fagueira, na clandestinidade do submundo do Governo.

Aliás, "Submundo do Governo", é o título do artigo da Maria Lucia Victor Barbosa. Ela diz, em determinado ponto, o seguinte, fazendo referência a esta tentativa, inclusive na imprensa internacional, de colocar a Presidente Dilma como artífice de uma proposta

de faxina no Governo, e ela evidentemente não aceita esta encenação, esta farsa e diz:

Nem uma palavra sobre o intocado submundo da corrupção reinante na república dos companheiros. Nada sobre o fato de que a terceira mulher mais poderosa do mundo reina, mas não governa, pois o comando continua sendo de Lula da Silva, que indica ministros, reúne-se com os partidos políticos, faz inaugurações, visita países latino-americanos como se presidente ainda fosse, ensina à sua desajeitada criação política como agir de forma demagógica.

Na última edição da revista Veja, uma matéria sobre José Dirceu mostrou o quanto ele comanda autoridades recebendo seus pleitos, interage com aqueles aos quais denominou de "elites", mas demoniza os "malditos e impiedosos ricos" que o sustentam como a um nababo e realizam com ele negócios extraordinários. Porém, a revista não contou a quem Dirceu obedece. Certamente a Lula da Silva, pois é de se duvidar que este conceda uma migalha sequer de seu poder a outrem.

A propalada faxina serviu, contudo, para despertar certo temor nos petistas. Recearam os companheiros que o governo de Lula [...] fosse carimbado como corrupto. Algo extremamente óbvio, pois os ministros que caíram eram os mesmos do ex-Presidente e por ele impostos a sua afilhada política. Será que os petistas temem que Lula da Silva apareça como fiador ou cúmplice das falcatruas? Que ele tenha oficializado a velha prática da corrupção que se tornou incomensurável?

É evidente que é nesse cenário que se anuncia a tentativa de controlar a mídia, sob a denominação de regulação. Maria Lucia diz algo necessário e insubstituível nessa hora:

Sem oposição fraqueja a democracia e emerge a ditadura disfarçada [...]. Na impunidade onde a lei é substituída pela ideologia ou pelo interesse pessoal de quem julga viceja o submundo do Governo. De tudo se conclui que somos atrasados demais para sermos civilizados, pois permitimos nossa desgraça, alheios aos que nos comandam.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero apenas enaltecer a iniciativa de muitos que, através das redes sociais, tentam motivar populares a realizarem manifestações contra a corrupção no Dia da Independência do País. Em Brasília, anunciam uma concentração às 10 ho-

ras, diante do Museu Nacional, mas, em outras capitais do País, organizam manifestações semelhantes. Não importa o número de pessoas que acolherá esse chamamento, mas certamente se constituirá numa manifestação que pode ser o início da mobilização popular contra a corrupção e a impunidade no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Aliás, Srª Presidente agora.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Fernando Collor.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Fernando Collor deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Ricardo Ferraço.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimos o Senador Alvaro Dias.

Agora, pela relação de inscrições, convido para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Fernando Collor.

V. Exª tem a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, as principais potências envolvidas na liderança da luta contra o regime de Kadafi, o Reino Unido e a França, patrocinaram a Conferência Diplomática em Paris, no dia 1º de setembro de 2011, para discutir a transição na Líbia.

Mais de sessenta países participaram da reunião, na qual a Líbia foi representada pelo assim chamado Primeiro Ministro Mohamud Jibril e pelo assim chamado Presidente Mustafa Jalil, do Conselho Nacional de Transição (CNT). Participaram também a Secretária de Estado Hillary Clinton – que disse ser difícil a tarefa de garantir a paz, mais difícil até do que ganhar a guerra –, e o Secretário-Geral da ONU, que está organizando apoio ao governo de transição. O Brasil enviou, como representante, o nosso Embaixador no Egito. Embora não tivessem apoiado a ação bélica da OTAN, a China, a Rússia e a Alemanha fizeram-se representar.

‘A iniciativa diplomática franco-inglesa visou a consolidar o reconhecimento do Conselho Nacional de Transição (CNT) e a legitimar o papel que as duas potências estão exercendo, de mentores – esse é o termo apropriado – da nova liderança líbia. De outra parte, procura mostrar como fato consumado a derrota de Kadafi, embora o CNT – Conselho Nacional de Transição ainda não tenha o domínio completo da Líbia e persistam bolsões de beligerância na Líbia. O próprio Kadafi não foi localizado e as cidades de Bani Walid, Sirte, Sabha e Jufra estão sob domínio de tropas leais ao ex-ditador.

A Conferência de Paris representa a cristalização, no plano diplomático, da capacidade de intervenção das duas potências, França e Reino Unido, que, embora tenham contado com a ajuda norte-americana, mostraram poderio bélico e liderança política.

Ressalte-se que a Líbia tem pouco interesse para os Estados Unidos, mas é estratégica para a Europa.

O Reino Unido e a França tiveram função decisiva na revolta líbia não só por meio dos ataques aéreos da Otan, mas também pelo envio de forças especiais e de agentes de informação, além de armas, munições e recursos financeiros. Agora, procuram manter presença firme e ativa no processo de reconstrução em que a Itália (antiga potência colonial) também tem muito interesse. São exemplos de participação imediata na reconstrução a impressão de papel-moeda no Reino Unido, enviado para o Conselho Nacional de Transição por aviões da Royal Air Force, e o acordo da estatal italiana Eni, estatal italiana de petróleo, para fornecer gasolina ao novo governo em troca de suprimento futuro de petróleo líbio.

Além das perspectivas em torno do fornecimento de petróleo, o comércio e as obras de reconstrução estão na mira das potências líderes da operação contra Kadafi. O Conselho Nacional de Transição deverá ter uma atitude de gratidão em relação aos países que apoiaram a sua luta. Líderes do Conselho Nacional de Transição, CNT, têm declarado que embora queiram respeitar os contratos vigentes, novos acordos favorecerão os países europeus amigos.

Ainda nesta vertente da corrida pelos negócios com o novo regime líbio, assinale-se que o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Alain Juppé, disse que a Líbia é um investimento de futuro – declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, Alain Juppé –, disse que a Líbia é um investimento de futuro, e seu homólogo do Foreign Office, William Hague, afirmou que o Reino Unido não ficará para trás.

Apesar de contar com o apoio ocidental – e de países como Catar –, o Conselho Nacional de Transição ainda não se instalou na capital Trípoli, e são cada

vez mais aparentes as divisões entre as lideranças rebeldes. Essas divisões têm caráter regional e tribal, mas também religioso. Rebeldes das montanhas do oeste líbio, da região de Misrata, próxima à costa, e da cidade de Bangazi, lutaram de forma independente e continuam a se ver com suspeita. Ademais, líderes leigos queixam-se de que os islâmicos estariam se preparando para conquistar posição proeminente no novo cenário político.

Lideranças pró-ocidentais temem membros da Irmandade, ou fraternidade, Muçulmana, que, por sua vez, temem que a revolução seja apropriada por uma elite líbia rica e, segundo eles, “ocidentalizada”. Na realidade, Trípoli está dominada não por um exército homogêneo, mas por diferentes brigadas e lideranças que se veem com ciúme e suspicácia. Essas divisões realçam as dificuldades do período de transição e aumentam o espaço de atuação das potências ocidentais que já exerce um protetorado informal no país.

No que diz respeito ao Brasil, a abstenção na votação da resolução da ONU que deu guarida à intervenção da OTAN, o não reconhecimento do Conselho Nacional de Transição e a antiga proximidade com Kadhafi não facilitarão as relações com o novo governo líbio. Note-se que na Conferência de Paris a representação brasileira não ultrapassou considerações gerais como “está ao lado do povo líbio em suas aspirações por liberdade e democracia”, ou “o futuro da Líbia deve ser definido pelos próprios líbios”.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC do B – AM) – Cumprimentos a V. Ex^a, Senador Fernando Collor, pelo pronunciamento.

Dando sequência, convidamos para falar um orador inscrito para o período de oradores inscritos Senador Wilson Santiago, que dispõe de até 20 minutos.

Em seguida, convidaremos para falar o Senador Romero Jucá no tempo destinado às Lideranças. *(Pausa.)*

O Senador Wilson Santiago cede sua vez ao Senador Romero Jucá. Na sequência, falará V. Ex^a Senador Wilson Santiago.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer o Senador Wilson Santiago a gentileza.

Vou fazer um registro bastante rápido, Sr^a Presidenta.

Roraima tem sido alvo de quatro pragas que estão assolando o Estado e, por conta disso, estivemos no Ministério da Agricultura discutindo com o Gover-

no Federal, visando tomar providências no sentido de fazer duas ações. Primeiro, ampliar a fiscalização nas fronteiras. Nós temos fronteira com a Venezuela e com a Guiana, que não cuidam da questão fitossanitária. Portanto, há livre acesso de pragas no nosso Estado e, do Estado de Roraima, podem expandir para o restante do Brasil.

Portanto, é de fundamental importância que essas questões da proteção sejam fortalecidas no Estado de Roraima, principalmente nas fronteiras: com a Venezuela, na cidade de Pacaraima; e na cidade de Bonfim, fronteira com a Guiana.

Além da cochonilha rosada e do hibisco, que foi descoberto agora em dezembro, nós estamos em Roraima com sinais do ácaro vermelho, do ácaro hindu e da mosca da carambola, que é a mais preocupante no momento. Então, são quatro pragas que podem efetivamente causar prejuízos à produção de frutas, principalmente nacional.

Portanto, nós procuramos o Ministério da Agricultura para que providências fossem tomadas. No caso da mosca da carambola, 493 armadilhas já foram instaladas nas fronteiras. Nós estamos combatendo. O Ministério da Agricultura está apoiando a Secretaria de Agricultura e a vigilância sanitária de Roraima. E queremos aqui registrar e agradecer ao Ministro Mendes Ribeiro pelas providências.

Então, gostaria de fazer este registro e de solicitar a transcrição de duas matérias: “Quatro pragas preocupam Roraima” e “Saída de mudas de Roraima é proibida”. Por conta exatamente do ácaro e da cochonilha rosada, as mudas de Roraima estão proibidas de serem levadas até o Estado do Amazonas e, em consequência, até o restante do País. Então, é do interesse tanto do Estado do Amazonas, da Senadora Vanessa, que preside a sessão, uma Senadora que representa o Estado muito bem, quanto do Estado de Roraima e do restante do Brasil.

Portanto, peço a transcrição das duas matérias e quero registrar, primeiro, a nossa preocupação, uma preocupação grande com essas questões, uma preocupação do Governo do Estado de Roraima em tomar as providências. O apoio e as providências estão sendo empreendidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Agricultura, no sentido de dar suporte para que Roraima possa enfrentar essas quatro pragas.

Era esse o registro que queria fazer.

Muito obrigado, Sr^a presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

YANA LIMA

Pelo menos quatro pragas causam preocupação em Roraima, ainda que em graus diferentes. A quantidade, considerada alta, está relacionada com o fato de o Estado estar situado numa região de fronteira, próximo a países que não têm um sistema de defesa agropecuário fortalecido.

Da esquerda para a direita: Plácido Alves, diretor substituto da Aderr; Gelb Platão, superintendente do Mapa; Marta Henchen, diretora de Defesa Vegetal da Aderr; e o fiscal do Mapa Rudolf Zeldler

Além da praga descoberta mais recentemente, a cochonilha rosada do hibisco (em dezembro do ano passado), Roraima está em estado de alerta com o ácaro vermelho, ácaro hindu e a mosca da carambola, que é a mais preocupante no momento. Elas constituem pragas quarentenárias, que estando presente em outros países ou regiões, mesmo sob controle permanente, constitui ameaça à economia agrícola do país ou região importadora exposta.

Tais organismos são geralmente exóticos para esse país ou região e podem ser transportados de um local para outro, auxiliados pelo homem e seus meios de transporte, através do trânsito de plantas, animais ou por frutos e sementes infestadas.

Conforme explicou o superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Gelb Platão, a mosca da carambola é a que mais preocupa, pois influencia diretamente na fruticultura, em ascensão no país. A produção brasileira de frutas aumentou 19% entre 2001 e 2009, tornando o país o terceiro maior produtor mundial de frutas.

Ao contrário, a cochonilha rosada do hibisco não representa risco à economia do Estado, pois não há uma exportação de mudas, alvo do controle da praga. O tratamento dispensado à cochonilha rosada do hibisco consiste em conter a praga para que ela não se espalhe para o restante do país.

Já a intenção do governo é de erradicar a mosca da carambola, processo que já está em fase final. Trata-se de uma vigilância constante, pois a qualquer momento a praga pode reaparecer. Na segunda quinzena do próximo mês, uma reunião com a coordenação nacional do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola deve definir as novas diretrizes de controle.

A vulnerabilidade nas fronteiras ocorre, segundo Platão, porque tanto a Venezuela quanto a Guiana não têm uma comercialização desses produtos, provocando uma displicência desses países com o controle sanitário. “Já o Brasil vive situação diferente, pois quem quer exportar precisa ter uma preocupação com a parte sanitária, que é amplamente cobrada pelos estados e países que importam estes produtos”, explicou.

O governo estuda a possibilidade de firmar um termo de cooperação técnica para que a Guiana intensifique os trabalhos de controle no seu território.

CONTROLE – O controle da mosca da carambola é feito por meio de armadilhas de Jackson (que captura os machos) em todos os pontos de controle, além da armadilha de MacPhail (voltada para as fêmeas), instaladas nos três pontos onde foram detectados os focos. Ao todo são 493 armadilhas em dez pontos, abrangendo todo o Estado. A captura mais recente aconteceu em 03 de junho, no município de Uiramutã.

Com relação ao ácaro vermelho, o controle é feito por meio de uma instrução normativa para que os produtores – especialmente de banana, que foi a cultura mais afetada – só façam o transporte de carga mediante inspeção prévia, além da fiscalização na barreira fitossanitária nos km 500 da BR 174.

Aproximadamente 1.500 famílias vivem da renda do plantio da banana nos municípios do sul de Roraima. Na época da infestação, houve rápida intervenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que impôs barreiras para impedir a comercialização de banana para fora do Estado, causando muitos prejuízos aos produtores da região. Hoje a exportação já está normalizada.

Com relação ao ácaro hindu, que atinge frutos cítricos, uma lavagem do produto antes da exportação garante a lisura do fruto.

NOVA PRAGA

Saída de mudas de Roraima é proibida

VANESSA LIMA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou Instrução Normativa restringindo a saída de mudas e de demais materiais de propagação, exceto sementes e material in vitro, de qualquer espécie vegetal de Roraima para outros estados.

A medida é para prevenir a disseminação da praga cochonilha rosada do hibisco, de grande potencial nocivo, detectada por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em mudas de Papoula (Hibisco) nos municípios de Normandia, Bonfim e Pacaraima. Até agora não havia registros da praga no Brasil.

Rosirayna Remor: "A emissão do PTV para transporte das mudas já é rotina, o que muda é o aumento da restrição fitossanitária de frutos"

Trata-se de uma praga quarentenária que provavelmente entrou pela Venezuela ou Guiana, países onde estava presente há mais tempo. A cochonilha rosada tem uma importância social e econômica muito grande, pois ataca centenas de gêneros diferentes de plantas e não é específica.

A norma publicada prevê que os frutos de abacate, amora, banana, cacau, café, caqui, mamão, maracujá, pimentas e pimentões, quiabo, uva, bem como qualquer fruto das plantas do gênero *Spondias* spp. (cajá, umbú, ciriguela etc) ou plantas da família das anonáceas (graviola, fruta-do-conde etc), das cucurbitáceas (abóbora, pepino, melancia, etc.) e das miráceas (pitanga, goiaba, jabuticaba etc.) provenientes do Estado somente poderão transitar para outros estados após inspeção de partida e emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV).

As partidas de alface, beterraba, espigas de milho com palha, flores de corte e vagens de espécies da família das fabáceas (feijão, ervilha, etc) estão sujeitas às mesmas exigências. A PTV deverá confirmar que a carga foi inspecionada e não foi encontrada a presença da praga.

Conforme a diretora da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr) Rosirayna Remor, o procedimento de emissão do PTV para transporte das mudas já é rotina do órgão. A única coisa que muda com a Instrução Normativa é o aumento da restrição fitossanitária de frutos que saem do Estado. A lista de culturas que necessitam passar pelo trâmite agora é maior.

A Aderr foi notificada ontem à tarde sobre as novas determinações que deverão ser adotadas. As unidades de fiscalização do órgão estadual de defesa já foram informadas dos trâmites e da necessidade de cobrar o PTV para que a carga possa transpor as barreiras do Estado. A praga é de fácil identificação, por ser visível a olho nu, e não tem nenhuma restrição alimentar.

Ainda de acordo com o engenheiro agrônomo Estevam Costa, coordenador de Defesa Vegetal da Aderr, e a diretora de Defesa Vegetal do órgão, Marta Mota, a detecção da praga não afetará o Estado economicamente, visto que o fruto é exportado e não a muda. "O que vai haver agora é um controle maior dos viveiros que produzem mudas que são comercializadas", destacaram.

Os produtores que transportam mudas para outros estados, mesmo que seja apenas uma, deverão procurar com antecedência a Aderr para que seja procedida a inspeção e posterior liberação da carga com o PTV. Mais informações poderão ser obtidas na sede da Aderr, na rua Coronel Mota, 1141, Centro ou ainda pelo telefone 9112-4993.

A medida do ministério tem caráter emergencial e temporário para garantir a segurança no trânsito de vegetais e suas partes, até que informações mais atualizadas da pesquisa permitam o estabelecimento de um sistema confiável de certificação de produtos. A determinação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na quinta-feira passada, 25, por meio da Instrução Normativa nº 30.

Cochonilha rosada do hibisco ataca mais de 200 espécies de plantas

Conforme o Mapa, a cochonilha rosada (*Maconellicoccus hirsutus*) é uma praga extremamente nociva que ataca pelo menos 74 famílias e mais de 200 espécies de plantas, muitas delas de importância para o Brasil, incluindo: cítricos, cacau, chili doce, pepino, mamão, batata-doce, figo, café, uva, legumes, ervas, hibisco e palmeiras ornamentais. Ela suga a seiva e injeta substâncias tóxicas na planta, debilitando as culturas e comprometendo a produtividade dos vegetais.

A cochonilha é facilmente disseminada pelo vento, pela chuva, por meio de pássaros, formigas, roupas e veículos. O trânsito de plantas e suas partes de espécies consideradas hospedeiras (incluindo frutos frescos e o material de plantio) pelo país, ou mesmo de uma propriedade agrícola para outra podem espalhar a cochonilha.

A praga já está estabelecida na África Central e Norte, Índia, Paquistão, Norte da Austrália e Sudeste da Ásia. Em 1995, a cochonilha rosada chegou a áreas tropicais no Hemisfério Oeste. Dentro do continente sul-americano ela já havia sido detectada na Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Venezuela, Suriname e Colômbia. (V.L.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não. V. Ex^a será atendido. A transcrição das matérias que V. Ex^a solicita será providenciada conforme o Regimento, Senador Jucá.

V. Ex^a tem razão. Hoje o Estado de Roraima é um grande Estado produtor, e a maior parte da sua produção vai exatamente para o Amazonas. Por conta dessas pragas que V. Ex^a acaba de relatar, o Estado do Amazonas sai muito prejudicado. Então, contribuiremos no que for possível. Na realidade, temos já uma luta de algum tempo que é ampliar o número de fiscais agropecuários nos nossos Estados e na nossa região, porque o número é tão pequeno que eles não dão conta de desenvolver a fiscalização exigida pelo setor sanitário de defesa agropecuária.

Parabéns, Senador Jucá.

Passo a palavra agora, como orador inscrito, ao Senador Wilson Santiago, por 20 minutos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa, demais Senadores e Senadoras presentes, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, trago hoje, Sr^a Presidente, um assunto que entendo como um dos mais necessários, já que estamos sendo cobrados aqui, no Congresso Nacional.

Tanto o Senado como a Câmara preparam-se para votar a tão cobrada regulamentação da Emenda nº 29, que trata do gasto com saúde pública a cargo de Municípios, de Estados e também da União. Por conta da proximidade desse debate, o Governo Federal, os Estados, os Municípios, a Câmara dos Deputados e também – repito – o Senado Federal aprofundam a discussão sobre o tema.

Todos concordam ao menos em um ponto – é o que mais temos nos conscientizado – que virou comum: a saúde pública do Brasil carece de mais recursos. O problema é de onde virão esses recursos. Nesse ponto, a dissensão é geral já que todos nós, Senador Jarbas Vasconcelos, sabemos das dificuldades, da insuficiência de recursos para a saúde pública do Brasil. Entra Governo, sai Governo, não encontramos solução para atender a população mais carente deste País.

Por essa razão, o resultado da cobrança final chega a esta Casa do povo, chega ao Congresso Nacional e nós temos que dar uma resposta. A resposta é cobrar do Governo, das autoridades deste País para que possamos encontrar uma solução que amenize o sofrimento da população mais carente deste País, que precisa, sim, do atendimento da saúde pública.

Tenho como posição determinada a respeito desse assunto que a criação de um novo imposto não é conveniente. Todos nós somos conscientes disso. Hoje,

principalmente, temos consciência da inadequação de qualquer proposta que vise a aumentar a carga tributária, já bastante elevada e que – todos sabemos – seja paga pela população brasileira, principalmente aquela população mais carente, espalhada por todo território nacional, pelo funcionalismo público em geral, o trabalhador brasileiro, já que essa taxa é embutida ou deduzida do salário no final de cada mês.

Aliás, essa também é a posição – e todos nós acompanhamos – da Presidente Dilma, que, de fato, não se tem curvado a algumas pressões, no que se refere à criação de mais um imposto, sacrificando, sim, a população brasileira.

Fazer com que essa carga tributária cresça atingindo produtos de primeira necessidade é um fardo a que não podemos submeter a já sacrificada população brasileira, ou seja, criar mais um imposto, como, por exemplo, uma nova CPMF, não é suportável, por conta da elevada carga tributária paga pela nossa população brasileira.

Por essa razão, temos de encontrar, Senadora Vanessa, outro caminho, outras soluções para que haja os recursos necessários para melhorar os investimentos e o atendimento à população brasileira em todo território nacional.

Há quem não queira debater o assunto. Não é o meu caso, como o de muitos que aqui estão. Eu me preocupo imensamente com as camadas mais pobres da população brasileira, principalmente com os que vivem no interior do País e que sofrem com a falta de atendimento de saúde. Temos testemunhado isso, Senador Jarbas, por onde andamos, por onde passamos, em todo o interior deste País.

Sou favorável a que a saúde pública tenha mais recursos no Brasil, todos nós somos favoráveis, mas acho que esses recursos novos devem vir de outras fontes, não da criação de um novo imposto, mas, sim, de outras fontes, como, por exemplo, Senadora Vanessa, das loterias, do pré-sal – que estamos debatendo e, em breve, votando -, destinando esses recursos do pré-sal para todo o território nacional; a taxa ou um maior imposto para as grandes fortunas; também do aumento do imposto do cigarro e da bebida, que tem prejudicado a saúde de muitos dos habitantes deste País, especificamente os usuários desses produtos, que trazem doenças à população, Senador Geovani.

Então, há vários pontos, vários assuntos e meios de, de fato, socorrer a saúde pública deste País sem gerarmos mais impostos, sem sacrificarmos mais a vida do povo brasileiro, sem contribuirmos para que o consumidor final, aquele que está na ponta, o trabalhador brasileiro, seja mais onerado com essa fonte ou com essa taxa, com esse imposto, que penaliza e

que diminui os seus já pequenos salários, um salário sofridos, suado, tidos para manter suas famílias, independentemente do trabalho que exercem.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Wilson Santiago, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Lamentei não estar aqui para ter aparteado a Senadora Vanessa, mas, ao final do pronunciamento dela, eu estava presidindo a sessão e a cumprimentei pelo belo discurso com que ela nos brindou na tarde de hoje. E V. Ex^a está combatendo a necessidade de se aumentar mais a carga tributária deste País, já muito pesada. Em relação ao aumento da carga tributária do cigarro e das bebidas, aí, sim, vejo e quero louvar a atitude do Governo Federal, da sociedade de um modo geral, pela conscientização. Antigamente, no meu tempo de jovem, fumar era *status*, fumar era algo espetacular. Hoje, cada vez mais fica restrito o ambiente. O fumante fica acuado: não pode fumar em ambiente fechado. Hoje se discute a possibilidade de uma lei federal mais abrangente, não só a nível estadual ou municipal, mas, sim, nacional, criando restrições muito mais fortes de combate ao cigarro, ao fumo. Eu respeito. Até hoje sinto o cheiro gostoso do cigarro, mas procuro me controlar. Há pessoas que não conseguem sentir de perto o cheiro do cigarro, porque realmente polui o ambiente, e a pessoa passa a ser um fumante passivo. Mas a educação, a conscientização é o grande caminho. V. Ex^a defende com muita propriedades, desta tribuna, penalizar ainda mais com uma carga tributária maior para os fumantes e aumentar a questão da saúde, por isso sou seu admirador, Senador Wilson Santiago. Muito obrigado pela oportunidade que V. Ex^a me dá de participar do seu pronunciamento.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Geovani.

Eu sei – V. Ex^a é consciente, como todos nós somos – que temos que encontrar caminhos e soluções as mais rápidas possíveis para melhorar a saúde pública deste País, primeiro obrigando os Estados e os Municípios, especificamente, a, de fato, investirem o que a Constituição determina: 15% dos Municípios na saúde pública e 12% dos Estados brasileiros.

O que ocorre, Senadora Presidenta, é que, de fato, maquam as prestações de conta dos Estados e dos grandes Municípios e só os pequenos, Senador Jarbas Vasconcelos, cumprem a determinação constitucional. Por essa razão, gera-se em torno disso um buraco muito grande, sendo penalizada com isso a grande população.

Temos, sim, que aprovar a Emenda 29 com as alterações necessárias, obrigando que os Estados e os Municípios, especificamente – os Municípios grandes deste País –, de fato cumpram o dispositivo constitucional que obriga aqueles grandes Municípios e também os próprios Estados da Federação a aplicarem o que determina a Constituição no que se refere aos recursos da saúde pública: proibir a maquiagem, proibir os desvios para outras finalidades. Isso só piora e só tem piorado a saúde pública do Brasil. Por essa razão, aparece o jogo de empurra, com soluções rápidas, e a mais prática, porém a pior para a população é a criação de mais um imposto. Com isso, quem paga é o trabalhador, quem paga é o assalariado, quem paga, enfim, é quem deveria pagar menos em todo o território nacional.

Neste momento, creio ser necessário um entendimento cada vez mais estreito entre o Governo Federal e o próprio Congresso. O que se tem de evitar, por exemplo, é a prática de um jogo de empurra para que a solução, com o respectivo desgaste, venha a cair no colo do vizinho.

Deveriam reunir-se Senadores – todos nós –, Deputados, enfim, todo o Congresso Nacional em comissão com o Ministro da Saúde, com o Ministro da Fazenda, com o objetivo de estudarem, todos juntos, as diversas propostas, muitas delas aqui apresentadas por mim e por tantos outros companheiros, para que tenhamos condições de, num espaço de tempo o mais rápido possível, Senadora Vanessa, encontrarmos a solução que seja a melhor. Não taxar, criar mais impostos, e, sim, aplicar corretamente os recursos públicos da saúde, obrigar que aqueles que não estão cumprindo cumpram aquilo que determina a lei e, com isso, amenizar o sofrimento da grande maioria da população brasileira.

Há que se levar em consideração que o intento de melhorar a saúde pública brasileira deve ser de todos, Governo e oposição, já que é responsabilidade de todos, não só do Governo. É responsabilidade também da oposição.

Este é um jogo em que ou todos ganham ou todos perdem. E, quando se fala em que todos perdem, Senador Jarbas, quem perde mais é a população mais pobre deste País, porque é ela quem necessita, em todas as horas, em todos os instantes, dos hospitais públicos, da saúde pública, do atendimento emergencial, dos setores de urgência, enfim, da alta complexidade como o câncer e de tantos tratamentos de que, de fato, o pobre precisa, e tem, infelizmente, que enfrentar filas e mais filas. E, quando o tratamento chega ou até é conseguido, na maioria das vezes, a doença já está

ampliada e, com isso, leva aquele cidadão à morte, o que nós não desejamos.

O risco, como sempre, recai mais pesadamente sobre a vida, repito, dos mais pobres, dos mais humildes, que é o que temos testemunhado e acompanhado em todo o País. Mas, quanto ao segmento político, que tem o poder de decidir o rumo dos acontecimentos sobre os desgastes perante a própria história, é importante, Sr. Presidente, é impossível omitir-se numa hora de tanta gravidade, quando a Nação reclama serviços de saúde mais condizentes com as aspirações da maioria do povo brasileiro.

Enfim, parabeno uma das ações do próprio Ministro da Saúde, que de fato está empenhado em solucionar este problema. Felicito-o por sua decisão de cobrar dos planos de saúde, através da Agência Nacional de Saúde Suplementar, os ressarcimentos dos atendimentos ambulatoriais de alta complexidade feitos pelo Sistema Único de Saúde.

Inclusive a própria quimioterapia, os procedimentos relativos à saúde mental – que é outro ponto tão debatido – e não pagos ou dificultados pelos planos de saúde, quem está bancando é o SUS, que atende indiscriminadamente a todos que o procuram, em qualquer um dos hospitais credenciados deste País.

Ainda com relação aos planos de saúde, faz-se necessário saber até onde poderiam contribuir mais e de melhor forma para com o Sistema Único de Saúde. O atendimento universal, que visa levar saúde pública a todos os brasileiros, é interesse de todos nós, um interesse que tende a ser objetivado, uma vez sendo o esforço em seu favor cada vez mais ampliado porque todos nós, Sr^a Presidente, sabemos das necessidades e da deficiência da saúde pública neste País. Mas aqueles que vêm usufruindo os planos de saúde, como aqueles que têm também plano de saúde, mas, na maioria das vezes, são atendidos pelos hospitais de traumas, pelos hospitais de emergência quando são vitimados em determinados acidentes e mesmo tendo planos de saúde, os planos de saúde não contemplam, não contribuem, não devolvem à própria saúde pública, ao SUS, aqueles recursos pagos pelos hospitais públicos quando do atendimento naquele momento emergencial.

Por essa razão, Senador Jarbas e todos os companheiros que aqui estão, este momento é de significativa importância para esta Casa, tanto o Senado como a Câmara, para os Governos dos Estados e também para o próprio Governo Federal, no sentido de unificarmos o nosso pensamento, de procurarmos encontrar a solução para melhorar a saúde pública deste País, aproveitar a boa intenção do Ministro da Saúde, aproveitar os caminhos que temos condições

de alcançar e de perseguir no sentido de melhorar os recursos para a saúde pública sem criar novo imposto; pelo contrário, obrigando aqueles que de fato não estão aplicando o que determina a lei, como a maioria dos Estados e muitos dos grandes Municípios. E, com isso, somamos esforços para encontrar a solução dos recursos complementares e atender à grande demanda da população brasileira, que clama e que apela por mais saúde e por melhor atendimento em todos os hospitais e em todas as regiões deste País.

Agradeço, Senadora Vanessa, a atenção de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a tem uma preocupação muito grande com a questão da saúde pública neste País, V. Ex^a que é de um Estado que até tem sido manchete nacional no que se refere à saúde pública, à distribuição de medicamentos, como tantos outros Estados deste País. E por esta razão é que fatos dessa natureza, além de tantos outros que testemunhamos ao longo do tempo, são necessários e exigem de cada um de nós a união em favor de soluções para resolvermos o problema da saúde pública deste País.

Muito obrigado a V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a será parceira nessa tarefa e nesse caminho de encontrarmos as soluções.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento V. Ex^a, que traz ao plenário desta Casa um assunto tão importante, mas cujo resultado, em breve, talvez nós anunciaremos, porque temos unanimidade na necessidade de votarmos medidas, projetos que aumentem os recursos para a saúde. Entretanto, temos que fazer isso com muito critério, para, efetivamente, contribuir com todos os Estados brasileiros. Cumprimento V. Ex^a, Senador Wilson.

E convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Jarbas Vasconcelos. Na realidade, o Senador Wilson Santiago, permutou com o Senador Collor de Mello, que falaria entre os dois. E, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de registrar e agradecer a presença de vários estudantes de vários cursos da Universidade Estadual Paulista de Bauru, no Estado de São Paulo.

Sejam todas e todos muito bem-vindos. Muito obrigada.

Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a fala no período regimental.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, se existe um partido político no Brasil que teve seu crescimento fortemente ligado à liberdade de imprensa, esse foi o Partido dos Trabalhadores. O mesmo se aplica à trajetória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, Srª Presidente, qual a razão de ambos insistirem em criticar a imprensa, ameaçando com a imposição de regras que visam tão somente impedir que os jornalistas exerçam o seu papel democrático de fiscalizar, denunciar e defender os interesses da maioria da sociedade?

Não queremos uma imprensa governista. Já basta a cooptação que o Governo fez com os chamados “movimentos sociais”, que viraram meros apêndices do PT.

Toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas, a cúpula do PT se apressa em ressuscitar o chamado “marco regulatório da mídia”, nome pomposo para um verdadeiro tribunal inquisidor da comunicação que os petistas querem implantar no Brasil.

Pela lógica do Partido dos Trabalhadores, quem deixar de rezar pela cartilha vai ser jogado na fogueira do autoritarismo petista, disfarçado de progressista e democrático. “A imprensa é golpista”, dizem os petistas, mas golpista era o PT quando estava na oposição e ia às ruas pregar o “fora FHC”. Certo estava Leonel Brizola, de saudosa memória, quando dizia que o PT era a “UDN de macacão”.

Desta vez, a chantagem petista decorre da reportagem que a revista *Veja* publicou na semana passada, revelando que o ex-ministro José Dirceu montou um escritório informal em um hotel aqui de Brasília para receber ministros, deputados, senadores e dirigentes de estatais, como o presidente da Petrobras. Uma variedade impressionante de “audiências”, funcionando, na prática, como um anexo da Casa Civil da Presidência da República, Casa Civil, inclusive, de onde já tinha sido expulso anteriormente José Dirceu.

Trata-se, nunca é bom esquecer, Srª Presidente, do mesmo ex-ministro que o procurador-geral da República acusou de ser o “chefe de uma sofisticada organização criminosa” no processo do chamado “mensalão”.

O ex-ministro ficou indignado e acusou a revista de espionagem. O fato é que José Dirceu prefere agir – como sempre o fez – nas sombras, incógnito, disfarçado, quase um personagem de filmes de espionagem ou um gângster, agora exercendo o papel bem remunerado de “consultor-geral da República”. Felizmente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse tipo de comportamento não combina mais com o Brasil dos tempos atuais. Também não combina com o Brasil do presente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, qualquer tentativa de cercear a liberdade de imprensa. Existem instrumentos disponíveis para que eventuais excessos e equívocos sejam punidos devidamente.

É preferível uma imprensa cometendo excessos, e buscando reparar seus próprios erros, do que uma imprensa tutelada pelo poderoso de plantão.

Já baste o que denunciou recentemente a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), que mostrou um aumento nos casos de assassinatos de jornalistas no Brasil.

De agosto de 2010 a agosto deste ano, foram registradas cinco mortes em que há indícios de ligação com a atividade profissional. No relatório anterior da entidade, que abrangeu um período de dois anos, foi registrado apenas um homicídio, e por motivos não relacionados ao exercício da profissão.

Outra questão bastante grave, para a qual chamo a atenção do Plenário, é a expansão das censuras impostas a veículos de comunicação. Nos últimos doze meses, foram 12 casos contra 19, nos dois anos anteriores. A maior parte das decisões de censura da imprensa partiu justamente do Poder Judiciário.

O caso mais exemplar é o do jornal **O Estado de S. Paulo**, que há 766 dias foi proibido, por um desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de publicar qualquer informação sobre o envolvimento do empresário Fernando Sarney em acusações de tráfico de influência no âmbito do Governo Federal, caso investigado pela Polícia Federal na “Operação Fator”.

Srªs e Srs. Senadores, se absurdos como esses acontecem agora, há de se imaginar os riscos que corremos, caso o tal “marco regulatório” do PT seja aprovado. Teremos um Brasil no qual os aliados do Governo serão tratados de forma diferenciada, pois não são “pessoas comuns”, para usar a expressão do próprio Lula em relação ao Senador José Sarney.

O Presidente Nacional do PT, Rui Falcão, disse ontem que vai fazer uma campanha para pressionar o Congresso Nacional a aprovar uma proposta de regulamentação da mídia.

Quero aqui afirmar que vão encontrar em mim um adversário ferrenho de qualquer proposta que pretenda limitar a liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia. Se os petistas querem ver os jornalistas censurados, aconselho a visitar seus amigos ditadores da Venezuela, do Equador ou de Cuba.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Jarbas Vasconcelos, a quem cumprimentamos pelo pronunciamento.

Dando sequência à relação de oradores, convindo o Senador Cristovam Buarque para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Governo do Rio Grande do Sul fez

uma série de comemorações pelos cinquenta anos da Campanha da Legalidade, liderada, naquela época, pelo jovem Governador gaúcho Leonel Brizola.

Isso faz exatamente cinquenta anos, e o Partido Democrático Trabalhista aproveitou, como Partido que tem origem no Brizola, Senador Eurípedes, para fazer o 5º Congresso. Nesse 5º Congresso, tivemos uma discussão que, a meu ver, vale a pena repercutir aqui. A primeira é lembrar de que a legalidade que ficou visível foi a legalidade da defesa da Constituição que desse posse ao Vice-Presidente eleito João Goulart.

O que insisti na minha fala é que a legalidade tinha outro aspecto que a gente esquece. A legalidade visava não apenas a dar posse a um presidente eleito, mas também a continuar as tarefas propostas de reforma de que o Brasil precisava. Então, a legalidade tinha duas visões: a legalidade do gesto de resistência contra o golpe militar, que estava sendo trabalhado... Foi a única vez, na história do Brasil, que um movimento civil conseguiu resistir a um golpe militar. Desejei, provoquei um debate não para esse lado, mas para outro lado, do que a gente não fez na busca da legalidade, do ponto de vista social e econômico.

Naquela época, fazia parte da legalidade, por exemplo, termos o Paulo Freire continuando um trabalho pela erradicação do analfabetismo. E isso não se fez. Para se ter uma ideia, hoje, cinquenta anos depois, o número absoluto de analfabetos no Brasil é maior do que era em 1961. Pouca gente sabe disso, pouca gente olha essas contas. No meu caso, é uma obrigação.

A porcentagem de analfabetos em relação à população em geral caiu, mas o número absoluto não caiu. Isso é uma vergonha! Isso é uma ilegalidade do ponto de vista ético, porque não é possível que não percebamos a falta de ética de uma população, de uma sociedade, de uma nação que é a sétima economia do mundo ter uma das maiores populações de adultos analfabetos. A legalidade não foi vitoriosa nesse aspecto.

Fazia parte da legalidade, sim, o início de uma reorientação da economia de tal maneira que pudéssemos sair das amarras criadas em 1930 – aí o Presidente Collor, aqui presente, teve um papel nesse sentido, no governo dele, algumas décadas depois –, precisávamos sair daquelas amarras de 1930, do protecionismo exagerado, e iniciar uma marcha para uma economia mais competitiva no mundo inteiro. E essa legalidade nós não estamos completando hoje porque mudou a definição da competitividade. Naquela época, era competitividade dos preços; agora, é competitividade do produto novo que ganhe mercado. E nós estamos ficando para trás nisso.

Nós somos um país que tem uma capacidade baixíssima de competir no mundo no que se refere a

novos produtos. Nós ainda conseguimos concorrer no que se refere aos preços, apesar de ser alto o Custo Brasil. As estradas e os portos que não funcionam, a falta de vias férreas, tudo isso faz com que a nossa soja e outros produtos tenham dificuldade de ser exportados a um preço baixo. Mesmo assim, a gente consegue competitividade, mas para produzir soja, não para produzir iPads, não para produzir novos tipos de telefones celulares, não para colocar satélites, porque perdemos a capacidade de fazer isso. A legalidade da modernização econômica, da inovação não foi cumprida.

Não foi cumprida também a legalidade, naquela época, da reforma agrária.

Claro que hoje temos de ver de outra maneira. Naquele tempo, os latifúndios eram improdutivos; hoje, a gente pode até dizer que muitos dos latifúndios são produtivos e eficientes. Não é aí que se faz reforma agrária. Nós ainda temos uma população de sem-terra que vem para as cidades por falta de apoio e da garantia de uma terra para ali produzirem.

E temos também, embora isso seja muito provocador para diversas pessoas, a não complementação da legalidade – falo do ponto de vista ético – no que se refere àqueles assentados produzirem, em vez de ficarem apenas recebendo assistência permanente.

Nós não completamos a legalidade. Nós temos a ilegalidade ainda, não completamos a legalidade na maneira de fazer combinar bem o sistema financeiro e o sistema produtivo. Cinquenta anos depois, nós temos um sistema financeiro inclusive sólido do ponto de vista da cooperação com o resto do mundo, Senador Crivella, mas ainda não conseguimos casar perfeitamente o sistema financeiro com o sistema produtivo, de tal maneira que o sistema financeiro seja capaz de arrecadar recursos para dinamizar a economia. Hoje, ele é capaz até de arrecadar recursos para financiar o consumo, não a produção. Na produção, temos uma poupança baixíssima nos investimentos. Nosso sistema financeiro existe, hoje, para financiar o consumo, e não tem futuro um sistema financeiro baseado no financiamento do consumo em vez do financiamento da produção. Nós não completamos a legalidade do ponto de vista do casamento do sistema financeiro com o sistema produtivo.

Por isso – não quero tomar muito o tempo e quero dar um aparte ao Senador Crivella –, nessa reunião do PDT, sintonizado com as comemorações dos cinquenta anos da legalidade, evento organizado pelo Senador Tarso Genro, em função dos cinquenta anos do gesto do Leonel Brizola, eu fiz questão de debater – e debatemos bastante – a necessidade de continuarmos a luta pela legalidade, talvez do ponto

de vista metafórico, não a legalidade da Constituição, mas a legalidade de um novo Brasil, de um Brasil que erradica o analfabetismo, como a gente queria naquela época – quando digo “a gente” não quero me referir a nós, porque não estávamos ativos, mas o Brasil –, da revolução na educação como uma condição necessária da legalidade plena neste País. Naquela época, acreditava-se na igualdade plena – o socialismo dizia isto –; hoje, a gente sabe que a legalidade plena é antilibertária. Mas duas coisas, Senador Crivella, têm de ser iguais para termos decência: a igualdade no acesso ao serviço de saúde e a igualdade no acesso aos serviços educacionais.

Não faz mal roupa diferente, renda diferente, conta bancária diferente, carro diferente, andar de ônibus ou de carro. Isso é desigualdade. Mas se o acesso à saúde e à educação não for o mesmo para todos, isso não é desigualdade, mas imoralidade. É imoral uma pessoa morrer antes ou depois por falta de dinheiro. É imoral uma pessoa estudar mais ou menos por falta de dinheiro. Não é imoral uma pessoa ter uma roupa bonita e a outra não ter; isso é desigual.

Essa é a legalidade de que o Brasil ainda precisa. Essa é a legalidade que, de maneira ou de outra, estava na cabeça daqueles que, ao lado de Leonel Brizola, deram o grito para que não passasse a interrupção do sistema democrático que a Constituição previa da posse do Vice-Presidente diante da renúncia do Presidente. Aquela legalidade foi vitoriosa, embora só tenha durado três anos, e houve interrupção outra vez, embora tenha sido necessário o gesto de conciliação de João Goulart para aceitar o parlamentarismo, perdendo parte do seu poder em nome de viabilizar a continuidade constitucional.

Aquela legalidade do grito, no bom sentido, obviamente, foi feita. Falta completarmos a legalidade que se espera até hoje: a legalidade de um sistema nacional soberano e decente nas relações sociais. Esse seria, não foi, o meu pronunciamento, porque eu gostaria de dar a palavra ao Senador Crivella, se a Presidenta me permite.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Senador, é sempre bom ouvir o discurso de V. Ex^a quando fala sobre legalidade e sobre educação. Hoje, vivemos uma democracia coligada com o capitalismo. Hoje, vencem-se eleições desde que o público majoritário consuma. O consumismo acaba gerando mais desigualdade. As pessoas consomem e acabam mandando recursos para aqueles que têm os meios de produção, e a desigualdade aumenta. O aumento da desigualdade causa apatia na vida pública e na vida política. Ficamos todos sujeitos a uma coisa só: o lucro. As pressões do capital nesta Casa fazem com que a

sociedade brasileira caminhe como caminha a americana, que desregulamentou todo o sistema bancário e hoje está vivendo essa crise. V. Ex^a me faz lembrar, na sua pregação, a Bíblia. O consumo, as coisas materiais exercem algum fascínio antes de chegar às mãos; depois, tornam-se frustrações. A sabedoria, não; o conhecimento, não; a participação na vida política, o poder de decidir, o sujeito ser cidadão – acho que esse era o grande grito da legalidade –, isso satisfaz. Isso não deixa as pessoas irem para as drogas, para o crime, para o vazio, para a depressão, para todos esses sintomas que vemos nos Estados Unidos, onde se procurou a igualdade através do consumo.

Como V. Ex^a bem diz, é impossível chegarmos à justiça...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Não quero tomar mais o tempo de V. Ex^a, mas é bom lembrarmos disto: que sociedade teremos no futuro, quando, nesta Casa, quem faz a pauta é o capital, quando nós votamos sempre pelos interesses do lucro, quando nós postergamos reformas como essa que V. Ex^a fala, da saúde e também da educação, e liberamos bilhões e bilhões, via BNDESPar, para criar grandes grupos econômicos, sabendo que o que nos dará vitória na eleição é o consumo do povo? Agora, esse consumo aumenta a desigualdade e faz com que a apatia tire a nossa garantia de uma democracia no futuro ligada à justiça e que supere os erros do capitalismo pela participação popular, pela cultura, pela cidadania. Obrigado, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço, e quero começar agradecendo, Senador, a promoção que o senhor fez da minha fala, porque, como professor, dizem que eu dou aula; como Senador, que eu faço discurso; o senhor diz que eu fiz uma preleção, uma pregação. Pregação é muito superior a discurso ou a aula. Eu lhe agradeço muito.

E quero dizer que, na verdade, o que nós temos é que compor um sistema social tal que a economia possa ter capitalismo sem nenhum problema, capitalismo definido como propriedade privada, como leis do mercado. Não tem problema, desde que o Estado saiba, através da política fiscal, da política orçamentária, garantir a todos as três coisas que, se não forem para todos, é imoralidade: educação, saúde e o meio ambiente, quando a gente analisa entre gerações. Essas três coisas sendo garantidas para todos, o resto são pequenos ajustes e desajustes sociais que a gente pode corrigir sem grande dificuldade e sem vergonha.

Agora, educação, saúde e meio ambiente fazem parte da vergonha, quando a gente não faz o dever de

casa, e, nesses 50 anos, é lamentável – claro, vamos deixar o meio ambiente de lado, porque isso é um fenômeno recente dos últimos 20 anos, 25 anos – que a gente não tenha feito ainda o dever de casa. Brizola fez a parte dele, mas nós ainda não completamos a nossa parte.

Vamos comemorar os 50 anos passados olhando os próximos 50 anos, e dizendo: “Vamos completar a legalidade, vamos fazer uma legalidade plena neste País”, construindo um sistema social ético e uma economia eficiente. Duas coisas que a gente pode perfeitamente combinar.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Era essa a comunicação que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nossos cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo recente evento do seu partido ocorrido no Rio Grande do Sul. Parabéns, Senador Cristovam!

Convido, agora, para fazer uso da palavra, como orador inscrito para falar pela Liderança, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Vanessa Grazziotin, eu gostaria de continuar na mesma frequência, no mesmo espírito do Senador Cristovam Buarque, para falar da nossa preocupação com a educação, com a cultura.

Visitei, recentemente, a TV Brasil. Fiquei impressionado e gostaria de registrar minha impressão no plenário desta Casa. Eu queria começar falando da gestão que uma ilustre dama mineira está fazendo à frente da TV Brasil. Ela conseguiu, em pouco tempo, um local próprio. Ali fez uma obra que nos surpreende a todos. Eu não sabia que ela tinha as virtudes da administração. Sou engenheiro civil por formação e sei a dificuldade que é fazer uma obra no centro de uma cidade, sobretudo, como Brasília. Ela, vencendo enormes dificuldades, com aquele espírito dos bandeirantes, com a fibra da mulher brasileira, com a fé de um mártir, conseguiu fazer estúdios de rádio e de televisão, ajeitou toda a parte administrativa – é lá que eles fazem a resenha dos jornais pela madrugada – e implantou um sistema de computação extraordinário, tudo isso com recursos orçamentários modestos diante da obra que ela realizou.

Conheço um pouco as televisões. Já estive nas grandes tevês brasileiras, não só concedendo entrevistas, mas também passeando, conversando. Conheço, talvez mais de perto, a Record. Sei do custo que tem isso tudo. Em nenhuma dessas grandes televisões brasileiras, vi, por exemplo, estúdios com câmeras de

controle remoto, como vi nesses novos estúdios que estão sendo implementados na TV Brasil.

Como a mídia exerce um papel extraordinário na cultura do povo – hoje, é um dos veículos com maior audiência –, entregar como patrimônio do povo brasileiro uma televisão com essa capacidade tecnológica e tão bem administrada é realmente algo que nos traz a esperança de ver, no futuro, programações que não poderiam passar nos canais privados, por questão de interesses financeiros, terem espaço nessa televisão ou nas nossas rádios.

Sei que, agora, virá um processo legislativo. Vai vencer o mandato a nossa ilustre dama mineira, e eu gostaria de ser o primeiro, aqui, a defender sua permanência. Faço isso não por que ela pertença ao meu Partido ou por qualquer outro tipo de afinidade política. Faço isso por dever de consciência, por reconhecer uma obra, eu diria, extraordinária, as dificuldades que ela superou, todos os obstáculos que venceu – implantar alguma coisa no Brasil é sempre muito difícil –, com orçamentos escassos.

Eu gostaria de aplaudir a nossa Tereza Cruvinel, que, durante muitos anos, dedicou sua vida, por meio da imprensa, a fazer críticas à política e a acompanhar o Congresso numa coluna que era lida por grande parte do público brasileiro. Ela sempre foi muito prestigiada. E, agora, ela nos dá a prova não só de sua capacidade de articular e de escrever – isso todos nós sabíamos e aplaudíamos –, mas também de administrar, de projetar, de vencer, com criatividade e com inteligência, a escassez dos meios e, num tempo recorde, de garantir um patrimônio para a educação, para a cultura, para a democracia do povo brasileiro, que é uma TV pública.

Eu apenas gostaria de, numa próxima audiência, discutir, no Senado, não uma decisão da Tereza, mas uma decisão do Conselho de Administração, que retirou dessa televisão os programas religiosos da Igreja Católica, a Santa Missa em seu Lar, e também Palavra de Vida, da Igreja Batista. São Igrejas das quais não participei nem participo, mas acho que o Conselho cometeu um equívoco. Se a televisão estatal, como a TV Senado, que agora é usada como veículo para este meu pronunciamento, deve, sim, estar separada da religião, por uma questão da laicidade do Estado, o mesmo não se deve dizer de uma TV pública. A religião é muito importante para o espírito dos povos, sempre foi, e não há sinais de que deixará de ser. Portanto, o povo brasileiro, que é detentor de tradições cristãs, assistiria, eu diria, com prazer, tanto à programação católica quanto à programação evangélica, até porque o tempo que foi dado a elas não é nada excessivo. Acho que esse mesmo público reagirá mal, quando

notar que da pauta foram retirados esses programas, sem que ele tenha sido consultado.

A própria Conselheira que compõe esse órgão superior e que é oriunda do Senado Federal não me consultou. Não tenho certeza se ela consultou os demais Senadores, mas sou um Líder nesta Casa e não fui consultado. Se representa o Senado, ela, talvez, devesse consultar pelo menos os Líderes para adotar uma deliberação que acho relevante, muito mais – eu diria – pelo valor simbólico, já que, numa televisão pública, devemos defender nossa cultura, nossas raízes, nossos valores e aquilo que vemos presente na vida nacional das pessoas, na sua idiossincrasia, do que até mesmo pelo valor de audiência, que eu não saberia precisar – acredito que, no horário dado a esses programas, eles não conseguem atingir os maiores índices de audiência.

Mas, de qualquer forma, Sr^a Presidenta, eu gostaria de deixar aqui o meu voto de aplauso, a minha satisfação e, eu diria até mais, o meu orgulho cívico de ter visto uma televisão, pela primeira vez, no nosso País... Havia outra antes, mas era muito incipiente. Quem visitava a TV Educativa no Rio de Janeiro saía dali até cabisbaixo, deprimido, porque as instalações eram de dar pena. A gente via que não teria nenhuma penetração no grande público por absoluta falta de meios, de avanços tecnológicos, de condições, embora os profissionais fossem todos muito competentes e até, de certa forma, laboriosos e voluntariosos. Agora, não! Agora, vemos uma TV pública à altura da nossa cultura, dos nossos valores.

É importante para a democracia e para a Justiça haver um canal em que as pessoas possam assistir a uma programação que não seja apenas aquela dada, como ocorre nos canais públicos, para simplesmente conseguir mais audiência e, com a audiência, conseguir mais lucro, por meio, normalmente, da exploração das emoções, da alegria ou do choro. É assim que normalmente se movem as audiências e os marketeiros, que fazem uso das emoções das pessoas para cativar a sua audiência. Agora, podemos contar com um canal público em que as pessoas são incentivadas à cidadania, à participação política, a vencer a resignação, mesmo diante de uma sociedade tão desigual como a nossa. Só vamos conseguir isso com a participação deles.

Veja que, hoje, os grandes avanços que fizemos na política não diminuíram as desigualdades, porque conseguimos, na verdade, retirar milhões de pessoas da classe D. E isso é muito bom. Nós trouxemos pessoas para a classe C e para a classe B, mas, na prática, no empirismo da coisa, estamos aumentando o consumo. O consumo aumenta a desigualdade, por-

que aqueles que vendem, os que são donos dos meios de produção acabam enriquecendo mais. E consumo não enriquece, não no sentido das coisas materiais. É preciso, então, que haja participação política, porque, à medida que há maior desigualdade na nossa sociedade, o cidadão comum, diante desse imenso abismo, acaba se resignando, acaba achando que a política não é absolutamente o caminho para a conquista dos seus sonhos ou para a questão da justiça e acaba se afastando da vida pública.

Podemos ver o exemplo dos Estados Unidos, onde há uma sociedade de consumo por décadas. Lá se elege um Presidente da República com 28% dos votos. O consumo é concentrador de poder e de renda, embora seja uma estratégia política para vencer eleições. Agora, aqueles que querem construir uma sociedade mais democrática e pluralista e conquistas de justiça e de democracia hão de dar valor a um canal público que possa, sim, trazer essa experiência ou esses valores para a população brasileira e despertá-la e engajá-la na luta política.

Dessa maneira, como democrata, como Senador e como uma pessoa que quer pensar o Brasil para o futuro, eu não poderia deixar de vir aqui hoje, para enaltecer o trabalho feito até aqui e para dar um voto de confiança, para que essa ilustre dama mineira possa conduzir essa televisão e concluir o trabalho que tão brilhantemente iniciou, deixando de herança para o Brasil um marco, uma âncora da nacionalidade, capaz de nos guiar, eu diria, a um novo tempo.

É isso que espero. É dessa maneira que começo aqui a fazer uma campanha até modesta, mas muito sincera e desinteressada, pela Tereza Cruvinel, parabenizando sua obra na TV pública.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimos V. Ex^a, Senador Crivella, pelo pronunciamento.

Dando continuidade à sessão, convidamos para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Wellington Dias.

Senador Wellington, antes de V. Ex^a iniciar o seu discurso, quero comunicar que estiveram conosco, visitando o Senado, alunos do 6º ao 9º Ano da Fundação Educacional Montes Claros, do Município de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero saudar V. Ex^a, Senadora Vanessa, que faz um brilhante trabalho, representando não só o Estado do Amazonas, mas também toda aquela região, pelos temas que tem trazido a esta Casa. Quero saudar tam-

bém todos que nos acompanham e, claro, todos que fazem esta Casa e o povo brasileiro que nos acompanha, sempre digo, com um carinho especial do meu querido Estado, o Piauí.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria hoje, primeiro, de dar uma informação importante. Na última sexta-feira, estive visitando o Estado do Espírito Santo, inicialmente, um convite da Senadora Ana Rita do meu Partido, e também do Governador Casagrande, do Senador Ferraço. Tivemos a oportunidade, com o Senador Magno Malta, de ali realizarmos um encontro importante debatendo dois temas. O primeiro, numa agenda da área de políticas sobre drogas, visitamos experiências naquele Município.

Registro aqui o importante trabalho que tem realizado o Senador Magno Malta na recuperação de dependentes químicos; pela fé, em comunidades terapêuticas, centenas de pessoas têm a oportunidade de serem tratadas. Aliás, nesse dia, ele nos mostrava dois atletas que receberam medalhas, ganharam um torneio de luta livre no Rio de Janeiro, que tiveram a oportunidade de participar do tratamento e hoje se destacam como representantes do Brasil na categoria de luta livre. Esse é um exemplo que destaco.

Vimos também uma experiência do Município de Vitória, onde o nosso Prefeito João Coser, com a sua equipe, nos deu essa oportunidade.

Tive o privilégio de, na companhia da Senadora Ana Rita e sua equipe, conhecer uma experiência pelo Poder Público, uma unidade que tem uma equipe que, em seis regiões da cidade, faz uma rede integrada com os agentes de saúde, a área social, enfim. Destaco também esse importante trabalho pelo Poder Público.

A ideia era conhecer, pela Comissão de Assuntos Sociais, pela subcomissão de política sobre o álcool, *crack* e outras drogas, essa bela experiência. E devemos ainda retornar ao Espírito Santo, onde fomos muito bem recebidos no evento tratando desses temas. Terei a oportunidade de tratar ainda sobre a área do desenvolvimento regional. E quero visitar uma outra experiência no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Eu queria ainda dizer que lá, coordenados pelo Governador Casagrande, estivemos com as lideranças políticas, vereadores, prefeitos, parlamentares estaduais, Deputados Federais, os três Senadores do Espírito Santo, o Governador Casagrande e sua equipe, membros da equipe do governo e do Governo Federal, empresários também, coordenados pela Federação da Indústria do Espírito Santo, pela área do comércio, dos serviços, enfim, da agricultura, representações de diversas entidades, pesquisadores.

Nós tivemos oportunidade de tratar do tema da distribuição do pré-sal, ou seja, *royalties* e participação

especial. Ali pude apresentar a proposta que estamos buscando, na linguagem da política, costurar para que se tenha entendimento e se garantam as condições desse atendimento.

Esta semana deveremos ter aí ainda reuniões de negociação e entendimento com o Poder Executivo Federal, acho que a grande novidade. De um lado, os Estados confrontantes ou produtores, como muitos chamam, abrirem a possibilidade também de participar desse entendimento, assim como os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, através do fórum dos seus governadores, lideram esse processo. Destaco aqui o trabalho da Senadora Vanessa, que, pela Comissão da Amazônia, tem trabalhado esse tema na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu quero ainda dizer que estamos muito próximos do entendimento, principalmente com a presença do Governo Federal, a partir de uma posição manifestada pelo Ministro Guido Mantega numa reunião com o Ministro Lobão, a Ministra Ideli, com membros desta Casa e da Câmara Federal, para tratar do tema.

Queremos crer que, se Deus, quiser, até a semana do dia 14, portanto, nós teremos as condições de entendimento evitando assim a votação simplesmente do veto. Ou seja, teremos uma alternativa fruto do entendimento, em que possamos olhar os interesses de todas as partes.

Sou grato ao apoio das entidades, dos Municípios, dos movimentos sociais. Eu sempre vejo com muita alegria movimentos como o que tivemos aqui na semana passada, dos estudantes de todo o Brasil, tratando também desse importante tema.

Pois bem, feita essa importante anotação, eu quero aqui trazer ao conhecimento da Casa um tema importante vivido pelo Brasil. Hoje gostaria de fazer o registro do lançamento de uma importante iniciativa do Governo na área de educação e trabalho.

Refiro-me, Sr^a Presidente, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Pronatec, lançado no dia 28 de abril, pela Presidente Dilma Rousseff, confirmando uma promessa feita ao longo da campanha presidencial do ano passado.

Aliás, ainda como Governador, nós fazíamos uma busca de compreensão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidente Dilma, Ministra Chefe da Casa Civil, sobre a necessidade do Brasil completar o seu sistema de educação, especialmente nessa área profissional, exatamente cuidando de um setor ainda em aberto, eu diria que com algumas opções, mas ainda não integrado à rede de educação.

Nós temos um sistema que trabalha a profissionalização superior e a pós-graduação, um sistema de ensino técnico profissionalizante, normalmente feito no

período do ensino médio, os dois inclusive com uma rede desse modelo, que é um misto de a distância e presencial, o EAD, o ETC e, ao mesmo tempo, o da UAB, que é o da universidade aberta e o ensino técnico e tecnológico.

Nós temos um crescimento nessa área, basta ver a expansão das universidades federais do nosso País, da própria estrutura de ensino superior estadual e, também as faculdades.

Destaco ainda a necessidade de seguirmos nessa direção com a expansão do Instituto Federal, iniciado no governo do Presidente Lula e que prossegue, agora, no governo da Presidente Dilma.

Pois bem, esse programa olha exatamente para aqueles que terminaram o ensino em algum momento e não tiveram a oportunidade de se profissionalizar, ou para quem tem um nível de escolaridade mais baixo e precisa de um curso de curta duração. Então, é para esse público, um gigantesco público, que o Brasil está olhando no Pronatec.

Esse programa, que dá continuidade à expansão do ensino técnico promovida pelo governo Lula, tem o objetivo de equacionar um problema que acaba representando, de fato, um entrave relevante para o nosso crescimento econômico, que é a falta de mão de obra especializada.

Para reverter isso, o Pronatec prevê a construção de mais 200 escolas técnicas até o ano de 2014 – escolas que se somarão às 140 que já existiam até 2002 e as 214 construídas durante o governo do Presidente Lula, o que elevará o número total desses estabelecimentos para 554 unidades em todo o Brasil. Ademais, o Banco Nacional do Desenvolvimento Social vai disponibilizar para as escolas do Sistema S – Sesi, Senai, Sesc e SENAC – recursos da ordem de R\$3,5 bilhões para sua expansão.

Além da construção de escolas, Sr^a Presidente, o programa contempla ainda a ampliação do financiamento estudantil. O Fundo de Financiamento Estudantil, Fies, deixa de ser restrito ao ensino superior, que já é um sucesso, e passa a atender também aos alunos dos cursos técnicos profissionalizantes. A previsão é que, até o final de 2014, 3,5 milhões de bolsas de estudo tenham sido concedidas por meio desse programa. Além disso, o Governo também vai dar incentivos às empresas que se comprometam a investir na formação de seus trabalhadores.

Vejam que, no dia a dia, muitas empresas, não tendo o espaço, não tendo a condição de terem atendida a profissionalização em algumas áreas em que têm grandes necessidades, terminam aplicando, gastando do seu próprio dinheiro para fazer essa qualificação.

Pois bem, o que está colocado agora pelo Pronatec é uma parceria do Governo Federal incentivando, portanto, que as empresas privadas possam trabalhar nessa área.

Quero chamar a atenção ainda para um ponto que me parece importante relativamente a esse programa. Refiro-me a essa articulação prevista com outros programas sociais. Por um lado, o Pronatec estará articulado com o Bolsa Família e, agora certamente, com o Brasil sem Miséria e ainda conectado ao seguro desemprego: os trabalhadores reincidentes na solicitação desse auxílio terão prioridade na concessão de bolsas, desde que estejam matriculados em cursos de formação profissional.

Lembro-me defendendo essa tese com a Presidente Dilma e também com o Presidente Lula; ou seja, há situações na vida em que determinadas pessoas perdem o emprego e ficam, por um período, recebendo o auxílio desemprego. Durante esse período, é claro, elas precisam de um tempo para buscar outra alternativa, mas agora esse tempo será mais bem aproveitado com a profissionalização.

Quero aqui saudar o Brasil dizendo que, coincidentemente, no mesmo dia do anúncio do novo programa, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Ipea, divulgou comunicado sobre a demanda e a oferta de mão de obra qualificada no Brasil, com projeções para este ano de 2011. Uma conclusão particularmente importante que me chamou atenção é que, graças à expansão econômica que experimentamos, já deverá ocorrer este ano uma escassez de mão de obra qualificada em alguns setores que ainda não aconteciam e em algumas regiões do País. Ainda temos um excedente expressivo de mão de obra, inclusive qualificada, mas, segundo o estudo, quase todos os Estados da Federação tenderão a apresentar, em 2011, problemas de contratação de mão de obra qualificada em algum setor da economia.

Lembro-me, acompanhando a política de investimentos no nosso Estado, de uma situação em que, no sistema integrado de emprego, de um lado, tínhamos milhares de pessoas – no meu caso, no Piauí, registrávamos naquela altura cerca de 120 mil pessoas – inscritas querendo uma oportunidade para trabalhar; do outro lado, tínhamos cerca de 30 mil ou 40 mil vagas disponibilizadas. Porém, não batia a qualificação das vagas ofertadas com a qualificação do outro banco de dados, daqueles e daquelas que demandavam empregos.

Então, o Pronatec tem este objetivo: direcionar a qualificação para o rumo que o Brasil mais precisa – vagas na área de profissão de nível superior, engenheiro; muitas vezes, determinadas qualificações na

área da saúde; qualificações na área de informática, e também pedreiros com mão de obra especializada em assentador de piso ou pessoas que pudessem dominar determinadas tecnologias. Lembro que, na capital do Piauí, por exemplo, em determinado momento, precisávamos de pessoas que dominassem um sistema de casas montadas e tivemos dificuldade, por exemplo, no Programa Minha Casa, Minha Vida. Esse programa, o Pronatec, aponta a solução, e isso me alegra muito.

Temos, portanto, um problema real, que já começa a influenciar na dinâmica econômica do nosso País. Cada vez mais, na medida em que nossos esforços forem se traduzindo em efetivo desenvolvimento, a demanda por mão de obra especializada crescerá. Em algum momento, se não formos capazes de fazer frente a esse desafio, ele se tornará um empecilho importante à continuidade do crescimento.

Mas investir na qualificação dos trabalhadores é muito mais do que simplesmente uma resposta à necessidade de manter as forças de produção em estado de sustentar o crescimento econômico.

Trata-se, meu querido Senador Taques, de garantir aos indivíduos o acesso aos meios de se realizarem, de se inserirem plenamente na vida social por meio do trabalho. O País cresce, é preciso dar oportunidade – e sempre destaque – especialmente aos mais necessitados, que são esses, para que possam usufruir desse momento bom do Brasil.

Por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, congratulo-me com essa iniciativa do Governo, com que a Presidente Dilma Rousseff cumpra uma de suas promessas de campanha mais importante. O Projeto de lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego já tramita na Câmara dos Deputados como o PL nº 1.209, de 2011.

Em breve, espero, teremos a oportunidade de apreciá-lo aqui, nesta Casa, e tenho certeza de que o Senado Federal saberá dar a esta matéria, sem dúvida uma das mais relevantes que teremos a oportunidade de examinar este ano, a atenção que ela merece e, tenho certeza, as condições de aprovação, porque é isso que a sociedade reclama.

Enfim, quero aqui destacar que o objetivo é este: poder, em cada Município, em cada Estado, ter toda essa rede. De um lado, a mão de obra demandada, programas como o de energia elétrica Luz para Todos, como o Minha Casa Minha Vida, programa de melhoramento ou de construção de novas rodovias, portos, aeroportos, programas que também dizem respeito ao setor privado, construção de casas e apartamentos pelo setor privado, ampliação de supermercados, ampliação de hospitais, ampliação de obras municipais como calçamento, na mineração e em tantas outras

áreas. Ou seja, na medida em que o País cresce, temos a necessidade de mão de obra. E é claro, mão de obra qualificada. Esse é o grande desafio, sob pena de a gente ter o que poderíamos chamar de um apagão nessa área de mão de obra. Quem lida no dia a dia com construção civil, por exemplo, muitas vezes já tem dificuldade de encontrar a mão de obra adequada a sua necessidade.

Por isso, comemoro, parablenizo a Presidente Dilma, a sua equipe, e quero estar aqui no Congresso Nacional, nas viagens que faço pelo Brasil...

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, Senador Taques, apoiando este projeto.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Wellington, este tema é de vital importância para o desenvolvimento do nosso País. Trago o exemplo do Estado de Mato Grosso, onde temos regiões em que o agronegócio, o setor produtivo está se verticalizando, agregando valor a nossa produção primária, só que, em alguns Municípios, estamos sentindo a falta de mão de obra qualificada. Cito o exemplo de três Municípios do Estado de Mato Grosso: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. Ali temos o setor produtivo, como eu disse, já verticalizado com a industrialização e poucas pessoas qualificadas para trabalhar. Isso tem, por consequência, o denominado desemprego estrutural, falta mão de obra qualificada e temos vagas, colocações no mercado de trabalho. Esse é um tema que V. Ex^a trata e é importante que nós, aqui, no Senado, possamos debater. Outro tema é a necessidade de que possamos mudar a lógica de que um país só se desenvolve com doutores. Doutores são importantes, no sentido de pesquisas, de avanço científico; são importantes os doutores, os mestres, agora, um país não se faz somente com doutores. Precisamos também de técnicos, precisamos qualificar a colocação, e, aqui, o termo colocação, no sentido técnico do termo, no setor médio, porque nem todos serão bacharéis. Já fomos conhecidos como a república de bacharéis, temos que nos desenvolver cientificamente, agregar tecnologia, temos que acabar com a nossa dependência internacional da tecnologia, fazer registro de patente, mas não podemos nos esquecer daquelas profissões que são imprescindíveis para que uma sociedade se desenvolva: técnicos; precisamos de técnicos. Parabéns pela fala de V. Ex^a, esse tema é importante para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Cito, aqui, um exemplo prático: primeiro, lá, no Estado do Piauí, temos hoje em sala de aula,

fazendo ensino superior, espalhadas em 47 regiões do Estado, já próximo de 100 mil pessoas fazendo algum curso superior, especialização, mestrado ou doutorado. Do outro lado, temos cerca de 30 mil, e ampliamos muito, tínhamos só 5 mil. Fizemos um trabalho para ter 54 escolas técnicas espalhadas, inclusive, no modelo da alternância, que é um modelo espetacular trazido da Itália lá, no caso do nosso Estado, pelo nosso Padre Humberto, que é um italiano. Ou seja, ...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para concluir. Se há o engenheiro, ele precisa do técnico agrimensor, ele precisa de um conjunto de outras atividades. Assim em todas as áreas. Por essa razão, fico feliz.

Lá na região sul, região de Corrente, do Piauí, há pessoas criando gado que precisam de especialistas nessa área de gado leiteiro, não mais o vaqueiro tradicional.

Na região de Bom Jesus, Santa Filomena, Uruçui, Sebastião Leal, Bertolínea, ou seja, a região da soja, nós temos necessidade de mão de obra qualificada para equipamentos modernos como máquinas colheitadeiras, que hoje são verdadeiros computadores, não são mais os famosos tratores de épocas passadas. Lá na região norte, Parnaíba, Luis Correia, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Pedro II, Piripiri, há necessidade de mão de obra qualificada para o turismo, para a piscicultura, para a aquicultura, para outras áreas, além, é claro, da nossa capital, além de outras cidades, como Paulistana, com a obra da Transnordestina, e em várias outras regiões.

Cito isso e quero aqui dizer que hoje comemoro porque creio que esse caminho do Pronatec é uma grande avenida que abrimos para o Brasil. No momento em que o mundo vive uma crise de desemprego, uma crise de cortes, o Brasil prossegue crescendo. Comecei agora, estamos novamente com mais exportação do que importação. Esse é um caminho que eu torço, se Deus quiser, que o Brasil possa seguir.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Wellington.

Convidamos, agora, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço.

V. Ex^a dispõe do tempo determinado no Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente em exercício nesta sessão, Senadora Vanessa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, confesso

que foi com muita surpresa, Senador Valdir Raupp, que identificamos na última semana algumas reações muito desencontradas por parte de alguns analistas e por parte também, de certa forma, do mercado, com relação à decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central em cortar meio ponto percentual da taxa de juros, uma decisão reclamada, reivindicada, eu não diria pela unanimidade do povo brasileiro, mas, é evidente, absolutamente necessária. Uma decisão, diga-se de passagem, cobrada insistentemente ao longo dos últimos meses.

Mas é muito interessante que pipocam críticas, aqui e acolá, com relação à decisão do Copom: que o Copom teria se dobrado às pressões do Palácio do Planalto, que a autonomia do Banco Central estaria sendo arranhada ou que o controle da inflação estaria ameaçado.

A meu juízo, nada disso faz o menor sentido. Ou o simples fato de o Banco Central estar em sinergia com a equipe econômica quer dizer perda de autonomia? Desde quando autonomia pressupõe, Senador Pedro Taques, necessariamente, posições antagônicas?

A decisão do Copom surpreendeu, sim, mas foi, a meu juízo, uma decisão técnica. E não apenas a meu juízo, como, aliás, devem ser as decisões adotadas por uma instituição da importância do Banco Central ou mesmo do nosso Comitê de Política Monetária.

Foi uma decisão ousada, é verdade, mas também responsável. Uma decisão tomada com o olho no cenário econômico em médio e longo prazo, com a frieza de quem foi escaldado por uma crise financeira recente e já conhece bem as consequências das restrições de crédito no mercado internacional.

Chega a ser irônico lembrar como o nosso ex-Presidente Lula foi alfinetado por afirmar que a crise de 2008 não passaria de uma marola. Agora, quando o Banco Central antevê a tempestade que se forma no cenário internacional e tenta antecipar-se para que não haja maiores turbulências na economia brasileira, muitos invertem o discurso e reagem com um ceticismo que me parece fora de propósito. Melhor dizendo, totalmente de acordo com os propósitos do mercado financeiro e dos especuladores de plantão, que vêm, há tempos, ganhando rios de dinheiro na ciranda financeira, estimulada pela taxa de juros mais alta do Planeta em termos reais. Se essa taxa estratosférica de juros penaliza o cidadão comum e sobrecarrega o custo Brasil, ameaçando a nossa competitividade econômica, é ela que faz a festa do capital especulativo, atrai uma enxurrada de dólares para o Brasil e alimenta a pressão cambial.

Negar a gravidade do cenário mundial é dar uma de avestruz, é esconder a cabeça na terra para não

enxergar as dificuldades. Organizações internacionais como o FMI chegam a desenhar o atual contexto externo como dramático. A economia dos principais países desenvolvidos está à beira de uma crise semelhante à de 2008. É evidente que a origem e os fundamentos são diferentes, mas as consequências e os impactos têm a mesma perversidade e o mesmo impacto.

Pois bem, naquela ocasião, em 2008, a nossa taxa básica de juros havia pulado de 13% para 13,75%. Diante da ameaça recessiva, várias medidas anticíclicas foram adotadas pelo então Presidente Lula, mas o Banco Central só acordou para a necessidade de uma melhor adequação e de se cortarem os juros em janeiro, depois que o nível de atividade econômica no Brasil já tinha despencado.

A reação, agora, me parece bem diferente. O Banco age em caráter preventivo e leva em conta não apenas a conjuntura global, como também o nosso cenário doméstico, que aponta para uma franca desaceleração.

O pior cego, Senador Valdir Raupp, é aquele que não quer enxergar diante de si a realidade, ou aquele que não é capaz de encontrar qualquer tipo de virtude, ainda que na adversidade.

A divulgação dos resultados do Produto Interno Bruto do segundo trimestre sinaliza com clareza a redução da atividade econômica e o dado mais significativo foi a estagnação da indústria, especialmente a de transformação.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial já prevê que a indústria vai avançar menos de 2% em 2011, contra 9,7% em 2010.

Chama a atenção, ainda, o fato de o Brasil ter caído do 20º para o 22º lugar no *ranking* dos países que mais cresceram no segundo trimestre do ano. No final de 2010, estávamos na 13ª posição.

Ouçó, com alegria, o Senador Valdir Raupp, ao tempo em que o cumprimento pela cerimônia de robustez que fez com o nosso Partido em seu Estado no último fim de semana, levando à sua cidade, levando a Rondônia, as maiores lideranças do PMDB do País, dando a dimensão da forma como V. Exª preside e dinamiza os trabalhos em nosso Partido.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª pela lembrança e consideração para com o Estado de Rondônia. Estivemos lá, com o Vice-Presidente da República, Michel Temer; com o Líder, na Câmara Federal, Henrique Alves; com o Vice-Líder aqui no Senado, Vital do Rêgo, e tantas outras autoridades em nível nacional, em visita a dois Estados: Mato Grosso e Rondônia. Mato Grosso, do nosso Governador do PMDB Sinval Barbosa, do ex-Senador, hoje Deputado Federal, Presidente do nosso partido,

Carlos Bezerra. Portanto, foram dois grandes eventos em Rondônia: inauguramos a sede própria do PMDB, que vai servir de modelo para os demais Estados da federação, para aqueles que ainda não a têm – não é o caso do Espírito Santo, que tem sua sede de frente para o mar. Segundo Chico Donato, Presidente da Fundação, e Lelo Coimbra, presidente do PMDB, a diferença entre a sede de Rondônia e a do Espírito Santo é que a do Espírito Santo fica de frente para o mar, mas a de Rondônia a supera um pouquinho na modernidade e na infraestrutura. Senador Ferraço, quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento oportuno que faz nesta tarde. Coincidentemente, ou V. Exª leu o meu pensamento ou eu li o de V. Exª, porque o meu pronunciamento também segue mais ou menos essa mesma linha, ou seja, a do crescimento do País e da taxa de juros. Nós sabemos que os juros altos inibem o desenvolvimento da indústria e inibe o consumo, tanto que, já está acontecendo nesse momento, a Diretoria do Banco Central foi muito sábia e muito feliz ao baixar os juros de 12,5% para 12%, o que ainda é muito alto. Doze por cento, como V. Exª falou, é uma das taxas de juros mais altas do mundo. E já é sentida. Eu já visitei 20 Estados este ano. Devo visitar os outros seis, aliás, serão 27 com o Distrito Federal – estamos aqui todas as semanas –, mas devo visitar todo o Brasil ainda este ano, como Presidente Nacional do PMDB em nossos encontros regionais. Portanto, já é sentido, nas ruas, nas cidades, no comércio, a desaceleração do consumo. Então, é mais do que prudente neste momento o Banco Central diminuir ainda mais a taxa de juros para estimular o consumo e para que a indústria possa produzir. Qual o grande gargalo de não termos um crescimento sustentável de 6%, 7% ao ano, como tem a China e outros países? É porque a indústria não consegue produzir para suprir a demanda do consumo, e por aí vai. Então, tudo é ruim com a taxa de juros alta. Acho que é importantíssimo que, nesse momento, o Copom e o Banco Central baixa ainda mais – até o final do ano, logo vem o Natal, o Ano Novo – é o momento em que o brasileiro gosta de consumir, de aquecer a economia, mas para isso temos que ter taxas de juros mais baixa. Então parabenizo V. Exª pelo oportuno pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço Senador Valdir Raupp por suas contribuições e pela reflexão.

É claro que é verdade, e todos nós precisamos estar muito atentos à inflação. O consumo das famílias avançou mais 1% em relação ao trimestre anterior. A nova classe média, que é a verdade, que antes não tinha acesso a uma série de bens e serviços, agora exerce seu pleno direito e conquista de ir às compras.

A inflação acumulada dos últimos doze meses já gira em torno de 7%. Portanto, é necessária uma atenção redobrada porque nada com maior capacidade de limitar, de aniquilar com a expectativa e o poder de compra do trabalhador brasileiro do que a inflação.

Ninguém, absolutamente ninguém, quer reviver a época da inflação, que esmaga salários, esmaga a economia e a esperança dos trabalhadores e dos empreendedores por esse Brasil afora.

Mas o Banco Central precisa trabalhar com cenários de médio e longo prazo. Já se sabe que os números da economia no terceiro trimestre não serão nada bons. Fala-se, inclusive, em retração. A Fiesp alerta para o risco de desindustrialização.

A melhor saída, portanto, não é podar a expectativa de um aquecimento econômico que ainda não existe. Não faz sentido imaginar que a única arma contra a inflação é a velha cantilena da alta das taxas de juros. O ideal, na atual conjuntura, é apostar na austeridade da política fiscal e dos gastos públicos.

O governo tem se pautado por esse discurso e, queremos crer, levará adiante a promessa assumida e repetida tantas vezes de fazer mais, com menos.

O Estado é grande demais, gasta demais e gasta mal, os mecanismos de controle são insuficientes para evitar desvios e desperdícios. É aí que são necessários os ajustes profundos.

Não estamos partindo do zero: o governo aumentou o superávit primário e o déficit nominal segue menor que em 2010. No acumulado até julho, a dívida pública federal cresceu apenas 2,4%. Em seis anos, porém, ela aumentou quase 50%.

Sr. Presidente Pedro Taques, o corte na taxa de juro tem um papel estratégico no equilíbrio das contas do Estado, já que boa parte da dívida pública é, lamentavelmente, atrelada à Selic.

Não é por acaso que as Letras Financeiras do Tesouro são os títulos públicos preferidos pelos investidores estrangeiros e compõem nada mais nada menos que 63% da carteira dos credores não residentes no Brasil.

O empresário Josué Gomes da Silva, filho do nosso querido ex Vice-Presidente José Alencar, fez um cálculo interessante em artigo publicado nesse último domingo: a redução de meio por cento na taxa Selic significa cerca de R\$7 bilhões por ano a menos nos juros pagos pelo governo, o que daria para construir cerca de 200 mil casas populares.

Em vez de sinalizar a perda de autonomia do Banco Central, a redução da taxa de juros acena para um equilíbrio muito bem-vindo entre a política fiscal e a política monetária, acena para um trabalho coordenado entre Ministério da Fazenda e Banco Central no

sentido de controlar a inflação sem congelar nossas possibilidades e perspectivas de crescimento econômico. Abre também a possibilidade de atacarmos, de forma mais direta, mais efetiva, o grave problema da sobrevalorização do câmbio. Um problema que atinge em cheio o setor exportador e que vem minando nossa competitividade no mercado internacional.

Mas para que esse novo caminho seja realmente acertado é preciso que haja, evidentemente, uma atenção redobrada sobre as contas domésticas e a conjuntura internacional. É preciso – e já encerrando, Presidente – firmeza. Muita firmeza do Governo no propósito de ajuste fiscal e responsabilidade do Congresso na discussão e votação de eventuais novos gastos que possam exercer pressão sobre o necessário equilíbrio das contas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns, Senador Ferraço, por sua fala coerente com o trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo nesta Casa.

Passo a palavra a S. Ex^a, Senador Valdir Raupp, representante do Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Taques, do Estado do Mato Grosso, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, o Brasil tem experimentado um ciclo de crescimento econômico bastante intenso. Mesmo no auge da grave crise econômica que atingiu boa parte do mundo há algum tempo, nosso País conseguiu manter níveis expressivos de expansão da economia, mas a economia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um organismo complicado. Suas reações são, muitas vezes, inesperadas e, outras vezes, mesmo quando esperadas, são complexas, muito complexas.

O crescimento tem inúmeros e evidentes efeitos positivos na renda, no emprego, no consumo, no bem-estar, mas tem também seu efeito negativo quando promove, por exemplo, a inflação, que foi falada, ainda há pouco, pelo Senador Ferraço, do Espírito Santo. Essa, como sabemos, tem sido uma preocupação constante do Governo nos últimos meses. Temos instrumentos para lidar com isso, como é sabido. A política monetária tem suas ferramentas, que podem e devem ser usadas para prevenir os efeitos negativos do crescimento, em especial a inflação.

Uma das ferramentas mais tradicionais da política monetária é o depósito compulsório, que controla a emissão de moeda escritural, como dizem os economistas, isto é, que reduz a proporção de depósitos em bancos, que podem ser convertidos em empréstimos. Com isso, há uma redução na oferta de crédito, o que, inevitavelmente, acaba se refletindo no consumo e, freando-se o consumo, toda economia, mais cedo ou mais tarde, ressurte-se, diminuindo o seu ritmo. É o que está acontecendo praticamente, neste momento, no Brasil.

No Brasil das últimas décadas, outra ferramenta de política monetária assumiu um papel especialmente importante. Refiro-me, Sr. Presidente, ao controle da taxa de juros. Também isso tem efeito direto sobre o crédito, tornando-o mais caro, e tem também um efeito importante sobre os investimentos, direta ou indiretamente. Com isso, afeta-se não só a oferta de crédito, com efeito sobre o consumo, mas também a produção.

Ainda bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Banco Central, mais precisamente o Conselho Monetário, o Copom, baixou em 0.5 a taxa de juros, de 12,5% para 12%. Mas ainda é muito alta. Convenhamos, é uma das maiores taxas de juros do mundo. E nós sabemos que uma economia, para acelerar, para ter um crescimento forte, não pode ter uma taxa de juros dessa ordem.

Espero que continue essa tendência na queda de juros. Vamos fazer aqui um apelo, como fazia nosso ex-vice-Presidente da República, José Alencar, que, por muitas e muitas vezes, como ouvi, em discursos pedia ao governo do qual ele era vice-Presidente – portanto, ao Presidente Lula –, pedia encarecidamente, o tempo todo, que o Presidente Lula e o Copom (Conselho Monetário Nacional), o Banco Central e o Ministério da Fazenda fizessem baixar a taxa de juros no nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada instrumento de que dispõe a política monetária tem também seus efeitos colaterais. Se o superaquecimento da economia tem seus riscos, os meios de que dispomos para desacelerar o crescimento também tem os seus. Tudo passa a ser uma questão de como contrabalançar, de como combinar esses diversos riscos, de modo a preservar os efeitos benéficos do crescimento, ao mesmo tempo em que neutralizamos os seus possíveis traumas.

Sabemos também que precisamos de um crescimento na indústria. O grande risco que o Brasil corre hoje é o da desindustrialização, fala recorrente do nosso Presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, e de tantos outros presidentes de federações do comércio e da indústria em todo o Brasil. Precisamos de uma indústria forte,

produzindo, competindo com as indústrias que importam, que mandam grande quantidade de produtos de outros países, como a China, que está inundando o mercado brasileiro com produtos baratos, e a nossa indústria não tem capacidade de competitividade para concorrer com indústrias de outros países.

Então, a taxa de juros mais baixa dá condições de as indústrias se incrementarem e terem uma produção mais forte para sustentar a demanda da produção brasileira.

Outra coisa é a infraestrutura, na qual o Brasil precisa investir fortemente, investir pesado na construção de portos, de ferrovias, de hidrovias, de rodovias, duplicando nossa malha rodoviária.

Hoje, é uma vergonha. O Brasil é a sétima economia do mundo, caminhando para a quinta, para a quarta talvez, daqui a dez, quinze, vinte anos, e só temos cinco mil quilômetros de rodovias duplicadas. Da malha federal, temos sessenta mil quilômetros de rodovias asfaltadas no Brasil, e só cinco mil quilômetros duplicadas. E o custo é de R\$2 milhões a R\$3 milhões um quilômetro de rodovia duplicada. Assim, com R\$15 bilhões, R\$20 bilhões, R\$30 bilhões, seria possível dobrar a malha duplicada de nossas rodovias, barateando o transporte, diminuindo os riscos de acidente e mortes nas rodovias todos os finais de ano e todo o tempo.

A grande questão, no que se refere a esses instrumentos, é saber qual vamos utilizar – se todos ou alguns –, quando utilizá-los e com que ênfase fazê-lo. Não há uma resposta exata e independente dos contextos. Não se trata aqui, Sr. Presidente, apenas de aplicar um conhecimento exato e certo, mas de exercer essa capacidade onipresente na política, inclusive na política econômica do nosso País, que é a prudência ou o discernimento.

Era o que tinha para o momento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senador Raupp, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento e indago se V. Ex^a pode presidir um pouco a sessão, para que eu me pronuncie.

Saúdo os alunos do curso de Gestão Pública da Universidade de São Paulo (USP). Sejam bem-vindos a esta Casa! A participação do cidadão nesta Casa, para nós, é muito importante. Parabéns pelo curso que vocês fazem na USP, uma universidade pública de qualidade! A Constituição estabelece como princípio a educação pública, e vocês estão de parabéns por estudarem em uma universidade que orgulha a República Federativa do Brasil, inclusive em pesquisas internacionais. Parabéns pelo curso que fazem! Eu os saúdo, mais uma vez, pela presença nesta Casa.

(Manifestação das galerias.)

O Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Taques, do Estado do Mato Grosso.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, alunos do curso de Gestão Pública da USP que se encontram nesta data aqui no Senado, venho a esta tribuna para ressaltar a importância do acontecimento denominado Cadeia da Legalidade, movimento de resistência dirigido e pensado por Leonel de Moura Brizola no final do mês de agosto, início do mês de setembro de 1961.

Nós todos sabemos que Jânio Quadros, eleito Presidente da República, com o vice João Goulart, depois de sete meses de governo, renuncia à Presidência da República. Mistério, até hoje, qual o motivo, quais as razões que o levaram a renunciar à Presidência da República, no final do mês de agosto de 1961.

Jango, o vice-Presidente, encontrava-se em missão oficial na China. Os militares não concordaram com a posse de Jango. Jango não chega ao Brasil por Recife. Jango volta ao Brasil pelos Estados Unidos, pela Argentina, pelo Uruguai, e entra no Brasil através da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, chegando a Porto Alegre. Antes de sua chegada, Leonel Brizola cria a chamada Cadeia da Legalidade, um movimento de resistência à violação da Constituição da República. A Cadeia da Legalidade, esse movimento, portanto, representa uma resistência à violação e à defesa da Constituição da República.

Esse exemplo de Leonel Brizola deve nos servir de norte hoje, em que, neste instante histórico, temos de resistir à violação da Constituição. Muitos entendem que a Constituição valha menos do que estatuto de partido político. Eu digo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que a Constituição não é uma lei qualquer. A Constituição é uma norma fundamental. A Constituição é uma lei imperativa, super imperativa, com imperatividade reforçada. Como disse o Senador que ali se encontra, Rui Barbosa, no início do século XX, a Constituição não é um conselho, não é um recado, não é um aviso. A Constituição é uma norma jurídica, e essa norma jurídica deve ser obedecida. No Brasil, temos muitos direitos previstos na Constituição e muitos querendo violar esses direitos previstos na Lei Fundamental, por entender que a Lei Fundamental vale menos do que um estatuto partidário.

Naqueles estados autoritários, a verdade se encontra no estatuto do partido político. Naqueles estados

teocratas, a verdade se encontra na verdade de Deus. Naquelas ditaduras militares, a verdade está escrita nas Forças Armadas. Agora, no Estado Democrático de Direito, a verdade só pode se encontrar na Constituição. Tudo que estiver abaixo da Constituição a ela, Constituição, deve obediência. Tudo que estiver abaixo da Constituição não pode violar a Lei Fundamental. Legislativo, Executivo e Judiciário devem obediência à Lei Fundamental.

Hoje, fala-se em regulamentação da imprensa, fala-se em regulamentação da mídia, fala-se em violação de direitos previstos na Constituição. A Cadeia da Legalidade hoje significa um movimento de resistência para que a Constituição não seja violada e não seja descumprida.

Sr. Presidente, vivemos momentos importantes na economia. O Brasil, diferentemente de outros estados – estado aqui no sentido técnico-jurídico do termo – encontra-se numa posição econômica favorável, mesmo diante da crise internacional, obra dos vários governos que antecederam o atual Governo: o governo Fernando Henrique, com a necessidade e a possibilidade de estabilização da economia, o governo Lula, com os avanços econômicos. O Brasil não foi criado em 2011. Cada governo trouxe uma parcela de contribuição para que estivéssemos neste momento histórico. Apesar da crise econômica, penso que a maior crise por que passa a República Federativa do Brasil seja a crise de desrespeito e violação da Constituição da República.

Portanto, como Senador do PDT, quero ressaltar a relevância, o significado do momento histórico no final do mês de agosto, início de setembro de 1961, a defesa da Lei Fundamental, ressaltando que hoje a legalidade significa constitucionalidade, ressaltando que hoje a resistência deve ser feita para que a Constituição da República seja efetivamente cumprida.

De que maneira isso, Sr. Presidente? Não só tendo os Direitos Fundamentais previstos na Constituição, mas buscando, sobretudo, a sua concretização. A dificuldade hoje é a concretização desses Direitos Fundamentais. Nós temos que entender que a Constituição estabelece a liberdade de imprensa, nós temos que entender que a Constituição estabelece o direito fundamental à educação e o direito fundamental à saúde. E alguns entendem que esses direitos não passam de uma folha, algo escrito numa folha de papel. Falar em regulamentação da imprensa hoje é violar a Constituição. A Constituição estabelece a liberdade de imprensa. É óbvio, é lógico que liberdade rima com responsabilidade. Agora, não podemos, sob pena de violarmos a Constituição da República, falar em regulamentação da imprensa. É lógico que o art. 220 da

Constituição, no que tange ao monopólio dos meios de comunicação, precisa ser repensado no Brasil sim. Nós precisamos evitar a propriedade cruzada dos meios de comunicação. Isso é e deve ser objeto de debate nesta Casa. Agora, um debate sem fundamentalismo, um debate que não seja baseado em emoções. Deve ser um debate firme no sentido de evitar que a opinião pública seja necessariamente a opinião publicada, ou siga a opinião publicada.

Portanto, encerro minha fala, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ressaltando a Cadeia da Legalidade e dizendo que, hoje, a resistência nós todos devemos fazer no sentido de resistir à violação da Constituição da República. Violação da Constituição da República há todos os dias, inclusive pelos Poderes da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a, que fez um brilhante pronunciamento, ressaltando a importância das leis, da Constituição e da democracia que vivemos hoje em nosso País.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena, Primeiro Secretário desta Casa, ao tempo em que agradecemos, mais uma vez, a presença dos alunos do curso de Gestão Pública da Universidade de São Paulo, essa conceituada instituição de nosso País. Obrigado pela presença.

Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com certeza, Excelência, é um prazer para esta Casa receber essa visita.

Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, o tema do meu discurso é a segurança pública e os seus reflexos em virtude da péssima remuneração dos profissionais dessa área, em particular no Estado da Paraíba

Quero iniciar manifestando meu apoio a todos os policiais militares, civis e bombeiros da Paraíba, que lutam por melhores salários e melhores condições de trabalho, paraibanos que acreditam na proposta de emenda constitucional conhecida como PEC 300, que ainda aguarda para ser votada em segundo turno na Câmara Federal – e todos nós sabemos das pressões, inclusive de Governadores, para que não seja aprovada essa Emenda Constitucional –, e que acreditam, em particular os policiais militares, na PEC batizada como PEC 300 da Paraíba – na verdade, as Leis Estaduais nº 9.245, de 2010, e nº 9.246, também de 2010.

Essas leis estaduais, Sr. Presidente, foram questionadas pelo atual Governo do meu Estado. O Governo derrubou a lei que garantia a progressão salarial

dos policiais, bombeiros, policiais civis, pensionistas e agentes penitenciários da Paraíba.

Mas, veja bem: se fosse apenas a legalidade da lei e se houvesse a vontade, o desejo e o compromisso político da atual gestão do nosso Estado, teria sido reeditada lei semelhante, pelo menos nos objetivos – e tenho certeza absoluta de que os 36 Deputados Estaduais da Paraíba votariam a favor dos policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários.

Só para se ter uma ideia: embora não transitado em julgado ainda nos tribunais da Paraíba, por meio de recurso, a Reclamação nº 12.332, que tem como autor o policial militar Brenner Nunes de Castro, esse debate será travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, onde a relatoria está nas mãos da Ministra Cármen Lúcia.

O Militar Brenner Nunes de Castro representa, na verdade, o anseio de todos os profissionais de segurança da Paraíba: contesta decisão que julgou procedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual para declarar a nulidade das leis estaduais.

O registro dessa peleja judicial é importante para chamar a atenção das autoridades para a real situação dos profissionais de segurança do Brasil e, em particular, da Paraíba.

No meu Estado, os policiais e bombeiros militares recebem um dos piores salários não do Brasil, mas da região Nordeste. Hoje, o soldado da Paraíba recebe 30% do que ganha um soldado do Estado de Sergipe. Repito: hoje, o soldado da Paraíba recebe 30% do que ganha um soldado do Estado do Sergipe.

A chamada PEC 300 da Paraíba buscava, no prazo de dois anos, a média salarial praticada atualmente em Sergipe, cerca de R\$3 mil.

A lei estadual que está sendo debatida na esfera jurídica não deve ser observada apenas pelo viés político, deve ser observada como garantia dos direitos sociais dos profissionais de segurança, que estão à margem, sem a preocupação, sem a sensibilidade do Governo do Estado, quer seja nos seus atos, quer seja nos seus investimentos. A PEC, chamada 300 da Paraíba, reajustava em dezoito meses, de maneira planejada, com previsão orçamentária, os salários dos policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários.

Permitam-me citar a projeção dos salários com base na lei estadual que foi derrubada, por enquanto, pelo atual Governo.

Os soldados da Paraíba hoje recebem cerca de R\$1,3 mil – repito, R\$1,3 mil – para sair de casa sem saber se voltam, deixando suas famílias sem saber se vão ter o conforto desses policiais no término do dia de trabalho.

Com a lei, em janeiro de 2011 eles deveriam receber R\$2,099 mil. Em maio, R\$2,282 mil. Em outubro, R\$2,465 mil. O escalonamento prosseguia e, em janeiro de 2012, os soldados da Paraíba passariam a receber R\$2,647 mil, em abril de 2012, R\$2,830 mil e, em julho de 2012 é que atingiria, R\$3,013 mil. Seriam dezoito meses para se aproximar do que já é pago no Estado de Sergipe – dezoito meses, escalonados, e com previsão orçamentária.

No entanto, existe uma pergunta que não quer calar: se o Estado de Sergipe tem condições de pagar, por que a Paraíba não tem? Isso se chama decisão política, isso se chama responsabilidade administrativa, isso se chama prioridade nos investimentos, isso é respeito ao trabalhador e reconhecimento da importância que essa categoria tem para combater e para enfrentar algo que é fundamental para a qualidade de vida do cidadão, que é a segurança.

O reflexo dessa falta de sensibilidade do Governo do Estado da Paraíba está nas ruas. Os policiais estão desmotivados. O paraibano se sente inseguro: assaltos a agências bancárias, explosão de caixas eletrônicos, sequestros relâmpagos; somente no mês de agosto, quatro ônibus foram incendiados em João Pessoa, algo nunca visto naquela cidade, dois no mesmo dia em menos de quatro horas.

Mantida a projeção do Secretário de Segurança, 2011 será o ano mais violento da história da Paraíba. Os números oficiais de homicídios crescem de maneira assustadora e, nessa escala, devemos chegar a 1,6 mil homicídios no final do ano – projeção, repito, da Secretaria de Segurança da Paraíba.

Será esse o grande salto na segurança pública que o Governador prometeu em sua campanha? Onde estão os cinco mil homens ou mulheres que o Governador prometeu contratar em seu programa eleitoral? É só entrar na Internet e ver essa promessa do Governador. E os concursados que prometeu contratar imediatamente? Há uma ação multando pessoalmente o Governador pelo descumprimento dessa contratação. Onde estão as câmaras de vídeo que o Governador prometeu instalar em toda a Paraíba? Onde está o programa Polícia Cidadã que o Governador prometeu implantar? Ficam as promessas vazias da campanha eleitoral e muitas casas perdendo seus filhos, perdendo os seus chefes de família, e a população vivendo de forma insegura, como nunca antes visto no nosso Estado.

Infelizmente essa é a triste radiografia do sistema de segurança pública da Paraíba.

Basta! O meu Estado, o nosso povo, pede socorro.

O meu Estado é refém de um governo que não dialoga com as categorias, quer seja de segurança,

quer seja de educação ou de saúde, o funcionário público de uma forma geral. Estou trazendo o exemplo da segurança pública, que, dentre os seus problemas, tem a péssima remuneração dos nossos bravos policiais e bombeiros.

Para concluir, renovo meu engajamento no movimento por melhores salários para policiais e bombeiros, funcionários que dedicam suas vidas à proteção da sociedade e que merecem maior atenção dos governantes.

Reafirmo meu apoio ao piso salarial nacional. Reafirmo meu compromisso com o debate em torno de iniciativas que impulsionem a carreira dos profissionais de segurança do Brasil e os estimulem.

O País vive uma epidemia de violência, e um dos caminhos para combater essa chaga social é a qualificação, a remuneração e a motivação dos homens e mulheres que dedicam suas vidas para nos proteger como cidadãos.

Com o retorno desse debate, agora em âmbito nacional, espero que o Governo da Paraíba tenha a compreensão, a sensibilidade e a responsabilidade quanto à necessidade de reajuste nos salários e melhores condições de trabalho para os nossos policiais e bombeiros.

Que Deus nos proteja – muito mais os paraibanos! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

A Mesa parabeniza V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento em defesa dessa classe tão sofrida e tão importante para a segurança pública de nosso País, formada pelos policiais militares, civis e bombeiros. Eu espero que os Governadores, o Governo Federal e o Congresso Nacional possam encontrar uma alternativa, uma saída para melhorar os vencimentos desses trabalhadores.

Obrigado a V. Ex^a. Parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Serviço Social da Indústria (SESI) publicou o Relatório Anual 2010, em que apresenta o conjunto de programas, projetos e atividades realizadas em 2010, com o objetivo de aumentar os níveis de eficiência e competitividade da indústria, o bem estar e o crescimento profissional dos trabalhadores e a adoção de práticas socialmente responsáveis.

Os programas mantidos pelo SESI contribuem para aumentar a oferta de trabalhadores com elevados níveis educacionais e de qualidade de vida, o que propicia melhoria dos níveis de produtividade e de competitividade industrial.

Entre as grandes linhas de ação que consolidam os programas e projetos estratégicos do SESI, destacamos os programas Educação para a Nova Indústria, Indústria Saudável, Promoção Institucional e Desenvolvimento da Gestão Organizacional.

Na área de Educação para a Nova Indústria, houve alocação de mais recursos para a educação do industrial, inclusão digital para todos, rede de educação a distância, elevação da escolaridade, educação em tempo integral, educação continuada, qualidade da educação, melhoria da infraestrutura educacional e da formação do educador, assim como Cursos para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Formação Esportiva.

No Programa Indústria Saudável, foram realizados diversos projetos relativos ao Acesso ao Conhecimento, como campanhas educativas e de segurança e saúde no trabalho, estilo de vida saudável.

Foram realizados diagnósticos referentes ao Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho e Saúde e Estilo de Vida.

Na área de assessoria e consultoria, foram realizados projetos sobre Sistema de Gestão, Tecnologia SESI de investimento em Cultura, lazer e responsabilidade social.

Na área de Promoção de Saúde e do Estilo de Vida Saudável, os principais projetos foram Ginástica na Empresa, Jogos do SESI, Música, Gestão e Otimização de Espaços de Cultura e Lazer, Serviço de Vacinação e Ações Educativas e Preventivas em Saúde e Estilo de Vida, Assistência Médica e Odontológica.

Os Programas de Promoção Institucional englobaram projetos de Ação Global, Dia Nacional da Construção Social, Esporte e Cidadania, o Prêmio Construindo a Nação, o Cine SESI Cultural, o Programa ViraVida, o Prêmio CNI/SESI Marcantonio Vilaça, SESI Bonecos do Brasil e o Festival Internacional de Teatro de Objetos.

Os principais projetos na área de Desenvolvimento da Gestão Organizacional trataram do Modelo de Excelência da Gestão, A Gestão da Estratégia, Escritório de Projetos, Medição de Desempenho do SESI, Linhas de Fomento, Gestão de Clientes e Monitoramento de Mercado, Avaliação de Impacto Social, Desenvolvimento Organizacional nas Funções de Marketing e Relações com o Mercado dos Departamentos Regionais e Inova SESI.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho plena convicção de que o SESI manterá a trajetória exitosa que tem contribuído para nosso desenvolvimento social e econômico e para a melhoria das condições e bem estar do trabalhador brasileiro.

Meus cumprimentos aos diretores e a todos os colaboradores do SESI, responsáveis diretos pelo elevado nível do trabalho realizado por entidade tão respeitável do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 533, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2011, que *autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 533, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 31-8-2011)

Relator revisor: Senador Alfredo Nascimento

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2011)

Prazo final prorrogado: 20-9-2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, DE 2010**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.*

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.*

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2011**

(Reforma Política)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta o § 3º*

ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários do Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe*

sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

14

REQUERIMENTO Nº 1.674, DE 2009

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.674, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando inserção em Ata de voto de aplauso a Cássio Roberto de Almeida Romano, diretor da Casa do Brasil em Madri, na Espanha, pela conquista do Prêmio Brasil 2009, na categoria Cultura, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-Espanha.*

Parecer favorável, sob nº 884, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

15

REQUERIMENTO Nº 924, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 924, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei Senado nº 502, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (concede seguro-desemprego ao trabalhador rural).*

16

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

17

REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2011

(Incluído em Ordem do dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.018, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, *solicitando voto de aplauso à ministra, jurista, docente, ex-procuradora de carreira e ex-desembargadora federal Ellen Gracie Northfleet pelos relevantes serviços prestados à Justiça do País.*

Parecer favorável, sob nº 885, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp.

18

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.031, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cinema para pessoas com deficiência auditiva e visual).*

19

REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.032, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.033, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (esclarecimento nos cinemas sobre danos causados com o uso de drogas).*

21

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.038, de 2011, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, a fim de que tenha tramitação autônoma (partilha dos recursos oriundos do DPVAT).*

22

REQUERIMENTO Nº 1.045, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.045, de 2011, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, de 2007; 20 e 21, de 2011, todos Complementares, por regularem matéria correlata (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).*

23

REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2011

(Reforma Política)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.055, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2011, seja desapensada da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (sistema eleitoral proporcional de listas pré-ordenadas).*

24

REQUERIMENTO Nº 1069, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.069, de 2011, do Senador Armando Monteiro, *solicitando, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*

sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011 (*redução das alíquotas das contribuições compulsórias de diversos órgãos*).

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Está encerrada sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 51 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigo 13 do

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
403-M	Paulo Bauer	13	05 a 08.09	Atividade Parlamentar
404-M	Eduardo Amorim	13	06 e 08.09	Atividade Parlamentar
405-M	Garibaldi Alves	13	06 a 08.09	Atividade Parlamentar
406-M	Alfredo Nascimento	13	06.09	Atividade Parlamentar
407-M	Sérgio Petecão	13	30 e 31.08 ; 01, 06 e 08.09	Atividade Parlamentar
408-M	Cristovam Buarque	13	06.09	Atividade Parlamentar
409-M	Pedro Simon	13	06.09	Atividade Parlamentar
410-M	Wilson Santiago	13	06 e 08.09	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

05/09/2011

segunda-feira

- 16h** **Solenidade de posse dos Desembargadores Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Marco Aurélio Bellizze Oliveira no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça**
Sala de Sessões do Plenário
SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
- Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
- Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
- Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrellá é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,4)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 31.08.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 200 páginas
(OS: 14669/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

